



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

SOCIEDADE E AMBIENTE AMEAÇADOS



Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e de Desenvolvimento Regional

.....Brasília | 2008

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
2008

Presidente

Arlindo Chinaglia

Primeiro Vice-Presidente

Narcio Rodrigues

Segundo Vice-Presidente

Inocência Oliveira

Primeiro-Secretário

Osmar Serraglio

Segundo-Secretário

Ciro Nogueira

Terceiro-Secretário

Waldemir Moka

Quarto-Secretário

José Carlos Machado

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente de Secretário

Manato

Segundo-Suplente de Secretário

Arnon Bezerra

Terceiro-Suplente de Secretário

Alexandre Silveira

Quarto-Suplente de Secretário

Deley

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e de Desenvolvimento Regional

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA Sociedade e Ambiente Ameaçados

Audiência pública realizada pela
Comissão da Amazônia, Integra-
ção Nacional e de Desenvolvi-
mento Regional sobre o tráfico na
Amazônia de mulheres e crianças
para exploração sexual e a situa-
ção de religiosos ameaçados de
morte por combatê-lo.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2008

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Sílvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anuniação

Projeto gráfico: Racsow

Capa e diagramação: Valter Luís

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 370

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Conflitos sócio-ambientais na Amazônia : sociedade e ambientes ameaçados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
179 p. – (Série ação parlamentar ; n. 370)

Audiência pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional sobre o tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação de religiosos ameaçados de morte por combatê-lo.

ISBN 978-85-736-5572-8

1. Violência contra a mulher, Amazônia. 2. Prostituição, Amazônia. 3. Prostituição infantil, Amazônia. 4. Religioso, atentado, Amazônia. I. Série.

CDU 396(811)

ISBN 978-85-736-5572-8

Sumário

Membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional	5
Apresentação	7
Repensando o Conceito de Governabilidade na Amazônia Brasileira – Paulo Vannuchi	9
A Amazônia, Realidade e Símbolo – Dom Tomás Balduino	13
A Amazônia Verdadeira em Quadros – Lúcio Flávio Pinto	19
Audiência Pública: “O tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo”	27
Anexo Lista dos assassinatos ocorridos na Amazônia Legal 1985/2007	107

Membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Mesa da Comissão

Presidente	Janete Capiberibe	PSB (AP)
Vice-Presidentes	Maria Helena	PSB (RR)
	Sergio Petecão	PMN (AC)
	Neudo Campos	PP (RR)

Composição da Comissão

Titulares

Deputado Asdrubal Bentes	PMDB (PA)
Deputado Carlos Souza	PP (AM)
Deputado Francisco Praciano	PT (AM)
Deputado Dalva Figueiredo	PT (AP)
Deputado Luciano Castro	PP (AC)
Deputado Marcelo Castro	PMDB (PI)
Deputado Marinha Raupp	PMDB (RO)
Deputado Natan Donadon	PMDB (RO)
Deputado Wellington Fagundes	PR (MT)
Deputado Marcelo Serafim	PSB (AM)
Deputado Zequinha Marinho	PMDB (PA)

Suplentes

Deputado Átila Lins	PMDB (AM)
Deputado Elcione Barbalho	PMDB (PA)
Deputado Flaviano Melo	PMDB (AC)
Deputado Gladson Cameli	PP (AC)
Deputado Lucenira Pimentel	PR (AP)
Deputado Lúcio Vale	PR (PA)
Deputado Paulo Rocha	PT (PA)
Deputado Silas Câmara	PSC (AM)
Deputado Zé Geraldo	PT (PA)

Deputado Zequinha Marinho	PMDB (PA)
Deputado Vanessa Grazziotin	PCdoB (AM)
Deputado Sebastião Bala Rocha	PDT (AP)
Deputado Ilderlei Cordeiro	PPS (AC)
Deputado Lira Maia	DEM (PA)
Deputado Marcio Junqueira	DEM (RR)
Deputado Moreira Mendes	PPS (RO)
Deputado Perpétua Almeida	PCdoB (AC)
Deputado Urzeni Rocha	PSDB (RR)
Deputado Giovanni Queiroz	PDT (PA)

Apresentação



J. Batista

A Amazônia Legal ocupa 61% do território brasileiro. São 5,2 milhões de quilômetros quadrados onde estão, inteiros, seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima) e parte de outros três (Maranhão, Mato Grosso e Tocantins). Como comparação, sua área equivale a mais da metade da Europa. É a maior bacia de água doce do planeta, a maior reserva natural do mundo para produtos farmacêuticos e bioquímicos, abriga mais de 30% da biodiversidade da Terra e, sozinha, representa 1/3 das florestas tropicais do planeta. Aí vivem 25 milhões de brasileiros.

O que nos orgulha contrasta com uma situação diversa. De 2003 a 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu mais que o dobro da taxa média do país, alavancado, especialmente, pela exploração da terra e das riquezas naturais. Na Amazônia, grandes extensões de terras indígenas, reservas naturais e outras terras públicas são reivindicadas como privadas, ilegalmente. As populações tradicionais que as ocupam são expulsas, exploradas, empobrecidas. Nos últimos anos foram desmatados 154 mil quilômetros quadrados de área e, a seguir este ritmo, metade da floresta desaparecerá até 2050.

Não são poucos os lugares onde o Estado Democrático de Direito é coisa desconhecida, atropelado pelo poder financeiro que, não raro, resulta de financiamento público e de atividades ilegais que movimentam fortunas, subjagam populações, aniquilam o

meio ambiente; traficam mulheres e crianças para exploração sexual dentro e fora do país; tornam o crime a prática corriqueira, comum, habitual e inconteste.

O poder público, ausente ou omissor, fraco ou inoperante, negligente ou conivente, segue regras estranhas ao dever Constitucional. Igreja e sindicatos viram referência para a garantia mínima dos direitos essenciais para proteção contra as ações criminosas. Por isso, a lista dos ameaçados de morte supera os 300 só no estado do Pará.

O crescente desflorestamento da Amazônia, os assassinatos impunes – como o da Irmã Dorothy Stang –, as ameaças de morte com tabelas de preço publicadas em anúncio de jornal revelam a inexistência do Estado de Direito, se não de civilização, em partes da região Amazônica. A prática criminosa oprime os mais fracos: a floresta e as populações.

Debatemos este cenário, junto com propostas de ação, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Uma certeza: a situação presente vivida nas áreas de fronteira agrícola e o atual modelo de desenvolvimento não servem à Amazônia e ao seu povo.

Apresentamos este livreto onde transcrevemos a audiência pública para que mais gente se inteire deste pedaço de Brasil e dê sua colaboração ao debate. Esperamos, assim, contribuir para passar esse período à memória e para construirmos um futuro diferente – tendo como base a sustentabilidade ambiental e social – para a Amazônia e os brasileiros que constroem sua vida neste pedaço de Brasil.

Um abraço.

Deputada Federal Janete Capiberibe
Presidenta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e Desenvolvimento Regional

Repensando o Conceito de Governabilidade na Amazônia Brasileira

UM MOSAICO DE INTERAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS



Radiobrás

Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

O Brasil está comemorando vinte anos de democracia. Um dos temas mais vibrantes e complexos dessa construção institucional e política diz respeito à Amazônia e seu patrimônio imaterial na atualidade. Trata-se de um debate que demanda a interação dos Poderes Públicos com a sociedade civil, na busca de soluções que, necessariamente, devem estar atentas para um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e solidário, que garanta o direito à diversidade e o direito intergeracional.

O Estado Democrático de Direito deve ser edificado sobre três pilares constitucionais: o pluralismo político, que se produz na discussão social e na formação política da população; a juridicidade, que compreende os instrumentos de concretude democrática; e o bem-estar, elemento orientador de toda ação do Estado, na reafirmação dos Direitos Humanos e dos valores universais da dignidade da pessoa humana.

É pertinente relembrar a inovação incorporada pelo vigente texto constitucional da República Federativa brasileira, ao garantir em meio ao seu princípio federativo um tratamento especial às minorias e às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

A Constituição de 1988 confirma o direito à autodeterminação dos povos, à propriedade coletiva, à identidade e à não-discriminação. Ela instaura um processo integracionista avançado, reconhecendo a individualidade contínua e a diversidade étnico-cultural.

Entretanto, as frentes desordenadas de ocupação econômica no Brasil se confundem com a sua história. Basta lembrar das Capitânicas Hereditárias São Vicente e Pernambuco, as mais prósperas do sistema, que arrastaram e empurraram a população indígena do litoral para o interior do país, aniquilando sua cultura – sem se esquecer de mencionar as epidemias que continuaram com o extermínio de comunidades pré-colombianas.

O conflito por terra e o modelo de desenvolvimento econômico predatório versus uma proposta de reforma agrária moderna e o projeto de sustentabilidade caracterizam um dilema planetário, de interesses antagônicos que perpetuam a exclusão social.

O tráfico e a prostituição de mulheres e crianças amazônicas, juntamente com o trabalho escravo, a biopirataria e toda a variedade de violações à legislação ambiental são alguns dos flagelos, contra os quais nossos defensores e militantes dos direitos humanos têm se insurgido, alertando e provocando as autoridades locais e federais, a ponto de colocar em risco sua própria integridade física.

Precisamos repensar o conceito de governabilidade aplicável à região amazônica. Entende-se por governabilidade o fortalecimento das instituições democráticas, envolvendo dimensões sociais e políticas da gestão pública, tais quais as relações entre poderes, o sistema partidário e o sistema de intermediação de interesses. É a capacidade política de governar, produzir consensos e promover a legitimidade das decisões – garantindo a eficácia e sustentabilidade das políticas públicas. Em suma, trata-se da capacidade do governo de transformar demandas sociais em decisões políticas legítimas.

O Brasil sempre foi visto como um ator peculiar em questões ambientais, com destaque no tabuleiro das relações internacionais, por conta, principalmente, de sua biodiversidade rica e suas enormes potencialidades em capital humano e produção agrícola.

A Rússia é o país com maior área florestal do mundo. Em segundo lugar, aparece o Brasil, seguido do Canadá e dos Estados Unidos. Tal característica ressalta a necessidade de medidas robustas no tocante a políticas de desenvolvimento sustentável.

A transversalidade do tema, que envolve de questões ambientais a sociais, além de comerciais, industriais e de defesa nacional, exige uma habilidade de negociação frente a um mosaico de fatores que

se torna mais complexo a cada dia no mundo contemporâneo, da globalização e do multilateralismo. Não podemos deixar de mencionar as pressões sobre propriedade intelectual que o Brasil tem sofrido no caso das patentes farmacêuticas e da utilização de nossa biodiversidade.

É preciso assegurar, ao lado de medidas firmes de monitoramento e preservação de nosso meio-ambiente e de nossos recursos naturais, condições de sustentabilidade para as comunidades locais, capacitação de recursos humanos, instalação de indústrias agroflorestais e a gestão eficiente desses recursos.

O desafio é conciliar preservação e desenvolvimento. O complexo amazônico demanda um novo modelo de governabilidade, com uma política ambiental integrada e plural, garantidora da riqueza endêmica – seja a natural, mas também dos costumes e hábitos tradicionais, línguas e crenças –, que assegure aos povos originários e ao país o direito à vida, ao trabalho e à cultura.

A Amazônia, Realidade e Símbolo



Marina Moreira

D. Tomás Balduino, Presidente da Comissão
Pastoral da Terra (CPT - Nacional)

No dia 8 de maio três bispos do Pará denunciaram no Congresso Nacional, a exploração sexual e o tráfico de adolescentes naquele Estado. Por isso estão ameaçados de morte. Um deles, o D. José Azcona, bispo de Marajó, relatou que no rio Tajapuru meninas e meninos de 12 a 16 anos se vendem por 2 quilos de carne ou por 3 litros de óleo combustível. “Há uma rota, disse ele, do tráfico humano de Breves para a Guiana. O responsável tinha em seu poder o nome de 100 vítimas, muitas delas menores, que ele tinha enviado ao estrangeiro. Foi preso, mas, logo em seguida solto, passeou por Breves como um campeão”. Esta chaga social da exploração sexual de menores é um espelho e um símbolo do que vem sucedendo em geral com a Amazônia toda, desde que foi descoberta até hoje. Os bispos que vieram até Brasília relatar estes fatos sabem que não são coisas de agora e que não acontecem só na Amazônia. A verdade, entretanto, é que na Amazônia tudo isso é estruturalmente mais facilitado e a ocultação do crime foi sempre mais protegida. É a magnitude do território-fronteira, com suas distâncias imensas; é a cobertura da “floresta da chuva”, com seus inumeráveis mistérios; é o “Mare dulce”, único no mundo; são os “santuários” que ainda subsistem em alguns lugares mais recônditos; é a invencível sedução internacional pelo lendário “El Dorado”.

A CNBB lançou em 2007 a Campanha da Fraternidade sobre a Amazônia, com o lema: “Vida e Missão neste Chão”. A grande surpresa foi a amplidão desta “realidade portentosa” no dizer de Euclides da Cunha. Com efeito, a Amazônia ultrapassa o Brasil, supera suas fronteiras e envolve outros territórios de outros países. O que há é uma Pan-Amazônia interagindo com outras nações e também com as outras partes do Brasil, sobretudo com os demais biomas e demandando soluções urgentes, que só serão adequadas se forem tomadas em conjunto.

Outra surpresa é que a Amazônia tanto na sua miséria como na sua grandeza é propriamente a imagem e o símbolo do Brasil e da América Latina, além de ter, em razão do seu bioma, um relacionamento estreito com o Planeta Terra, comprovadamente sensível às ameaças conseqüentes à depredação deste território.

É nesta perspectiva de realidade simbólica que alinharei aqui umas reflexões sobre o modelo instalado na Amazônia e suas conseqüências sobre o universo sócio-ambiental. Privatização, grilagem, concentração. O destino inexorável da Amazônia é, infelizmente, a privatização total do seu território. O Poder público, sem meios de controle e, ao mesmo tempo conivente, fechou os olhos ao assalto consumado que consta do mapa atual da Amazônia. No final dos anos 50 e início de 60 as terras devolutas começaram a ser negociadas pelos governadores dos Estados, principalmente do Pará e do Mato Grosso, com empresários do Sul e Sudeste. As áreas eram vendidas a partir de cartas de aerofotogrametria, sem considerar povoações de ribeirinhos, posseiros e povos indígenas aí estabelecidos. A ditadura militar consolidou este processo oferecendo altos incentivos à ocupação da Amazônia. Os conflitos não tardaram a eclodir por toda a parte. Prevaleceu sempre a força dos latifundiários com apoio judicial, cartorial e policial. Segundo Ariovaldo de Oliveira, “se há uma caixa preta das terras do Brasil ela está no Cadastro do Incra. Por lá passaram alguns dos maiores agentes da grilagem de terra do País”.

O pior mesmo está acontecendo no atual governo através das concessões de terras da Amazônia. A lei 11.284, de 2 de março 2006, abriu totalmente a concessão das terras da Amazônia. O

poder público, sem meios para fiscalizar resolveu privatizá-las sob a capa de “gestão”. Prevê-se que dentro de 10 anos 130.000 quilômetros quadrados de terra estarão nas mãos de concessionários, brasileiros ou estrangeiros, por 40 anos. Esta lei não inclui dispositivos para fiscalização. A Constituição, entretanto, só permite a alienação ou concessão de terras públicas acima de 2.500 há., com a aprovação prévia do Congresso Nacional. (Art. 49, XVII). A medida provisória 422 dispensa agora a licitação para a alienação de terras públicas da Amazônia até 1.500 há. Em resumo, nada escapa à privatização. Plantações de soja, cana de açúcar e eucalipto são as atividades que mais atraem os estrangeiros. Eles se organizam com ONGs que são verdadeiras potências, que dispõem de uma significativa quantidade de recursos, alguns até provenientes do BNDES. O modelo paulista de usina de álcool inclui a propriedade do canavial. Até 2012 a plantação de cana, que já ocupa 6 milhões e 200 mil há. no Brasil ocupará 9 milhões de há. incluindo a Amazônia. O plano do governo, com efeito, prevê até lá um total de 530 usinas de etanol. A CONAB levantou o seguinte dado preocupante: Em 2007 e 2008 27% da expansão do plantio de cana se deu em áreas antes plantadas por grãos. No dizer da Via Campesina “teremos tanques cheios ao custo de barrigas vazias”. Este avanço sobre a propriedade das terras se dá sempre na forma de concentração das mesmas. O Brasil continua o 2º maior concentrador de propriedades da terra do mundo. Com a atual perda das terras da agricultura familiar para o latifúndio da monocultura esta concentração vai se agravar. A devastação. O capital não se contenta com a ocupação da terra. Faz sempre dela terra de negócio em vista do lucro. A exploração da madeira marca o começo do desmatamento. Vem em seguida a grande derrubada para a pecuária. A Amazônia é a região brasileira que mais produz carne bovina. Os desmatamento prossegue para dar lugar às monoculturas do agro-negócio, tão badalado pelo governo e pela mídia, transformando a floresta em grandes extensões de eucalipto, de soja, de algodão e sobretudo de cana de açúcar. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente na Amazônia já foram desmatados 70 milhões de há., mais de 22 milhões só nos últimos dez anos. O principal

instrumento do desmatamento é o fogo. Entre janeiro e dezembro de 2005 a Embrapa detectou 161.374 queimadas no âmbito da Amazônia Legal. Elas continuam e seus autores se aproveitaram do tempo nublado para atear fogo, livrando-se do satélite de monitoramento. O programa Grande Carajás abriu a concessão para 22 empresas siderúrgicas no sul do Pará e Maranhão que produzem o ferro-gusa à base do carvão vegetal, grande parte do qual provem da floresta nativa, embora haja lei que o proíba. As hidrelétricas são outra forma de devastação. Destrói o meio ambiente e expulsa populações indígenas e ribeirinhas. O governo vem empurrando com muita força Jirau, no rio Madeira e Belo Monte, no Xingu. Esta vai estragar um dos santuários ainda preservados do Brasil. A população de lá não terá sequer um bico de luz. Toda a energia será destinada a uma empresa transnacional instalada em S. Luís do Maranhão.

Vítimas do agro-negócio e sujeitos da libertação. Assim como este modelo arrebenta com a ecologia, do mesmo modo atinge o homem e a mulher da Amazônia. Até 1900 ainda se contavam um milhão de indígenas no Brasil. Hoje estão reduzidos a 700 mil. O maior número de vítimas se encontra neste território. O motivo principal é a tomada das terras para o estabelecimento deste chamado progresso desumano e cruel. Para isso houve verdadeiras guerras. De um lado a força oficial mais as milícias privadas, do outro a resistência dos frágeis moradores, índios, negros quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, camponeses. Depois do crime vem a impunidade. Segundo levantamento da CPT, de 1971 a 2007 houve 819 assassinatos de lavradores no Pará em conflitos no campo. Destes, 568 ficaram sem apuração. Houve 92 processos com apenas 22 julgamentos no tribunal do júri. Todos foram condenados. Houve condenação de 13 pistoleiros e 7 mandantes. Dos mandantes não há nenhum preso. Outra injustiça clamorosa é a expulsão das terras com seu séquito de casas queimadas, roças destruídas pessoas espancadas ou presas. Em 2007 o poder judiciário despejou 14.221 famílias de suas terras. As milícias privadas completaram o quadro expulsando 4.340 famílias. O destino destas 18.500 famílias foi sempre a periferia das cidades e as favelas.

Mas estas vítimas não são mais passivas como outrora. Graças a uns eventos que não dá para relatar aqui, e ao apoio decisivo de Igrejas e entidades, tornaram-se sujeitos autores, destinatários e protagonistas de sua própria história. A grande riqueza da Amazônia de hoje, riqueza, presente também no Brasil e na América Latina consiste, além do potencial de uma natureza exuberante, no fato dos seus povos estarem de pé, apesar dos sucessivos crimes do capital contra a natureza e contras as pessoas. É um povo que perpetua a memória e a luta de de Sepé Tiaraju e de Zumbi dos Palmares, de Antônio Conselheiro e de Chico Mendes. Povo que busca a mudança radical. Não busca apenas a terra da sobrevivência, mas a terra que é mais do que terra ou seja a dignidade e a soberania, a participação e a democracia a justiça e a paz, não só para si próprios mas é para todas a Nação.

A Amazônia Verdadeira em Quadros



L.F.P.

Lúcio Flávio Pinto, Jornalista e Editor do Jornal Pessoal, que mantém, há oito anos em Belém - PA

1 - O MANDANTE DO CRIME SUMIU

O consórcio, a técnica de matar por encomenda que fraciona e isola os elementos da cadeia de comando e execução do crime, acobertando seus mandantes, foi o grande vencedor no segundo julgamento sobre o assassinato da missionária americana Dorothy Stang, realizado entre 6 e 7 de março deste ano, em Belém. O pistoleiro assumido Rayfran das Neves Sales, mais conhecido por Fogoió, foi condenado a 28 anos de prisão (um a mais do que no primeiro julgamento). Ele confessou que disparou à queima-roupa os seis tiros que mataram a missionária católica, de 73 anos. Disse mais: que fez isso por vingança pessoal, porque a religiosa tentava expulsá-lo da área que ocupava no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), por ela apoiado, na região da rodovia Transamazônica, no Pará.

Rayfran era o terceiro integrante do consórcio criminoso a receber condenação do tribunal do júri. O primeiro, julgado e sentenciado em abril de 2006 a 17 anos de prisão, foi Amair Feijoli da Cunha. Apelidado de Tato, ele foi preso como o intermediário entre os pistoleiros e os supostos mandantes do assassinato. Um deles, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, fora condenado, junto com Rayfran, em maio do ano passado, a 30 anos de prisão, a pena mais pesada de todas, por ser enquadrado em homicídio triplamente qualificado. Mas no mês passado ele simplesmente foi absolvido - e pelo mesmo resultado de um ano antes: 5 a 2.

Um terceiro condenado, a 17 anos, é Clodoaldo Carlos Batista, cúmplice de Rayfran no assassinato de Dorothy. Ele está preso em Belém, mas sua pena já foi atenuada para o regime de semi-liberdade porque cumpriu um sexto do prazo da condenação

A surpresa e o espanto diante da nova decisão provocaram indignação em Belém, no restante do país e pelo mundo afora. O efeito prático imediato da mudança radical no resultado entre os dois julgamentos populares, separados pelo intervalo de um ano, foi a aceleração na tramitação e a aprovação de um projeto que dormia na Câmara Federal. Com sua entrada em vigor, a partir de junho, não haverá mais, necessariamente, novo julgamento popular quando a pena da condenação for superior a 20 anos, razão da realização do segundo júri para o fazendeiro. A repetição do julgamento deixará de ser automática. Passará a depender do exame de mérito sobre o recurso que a defesa dos réus vier a submeter a instância superior da justiça, que poderá indeferir o pedido e encerrar a causa.

O processo penal será corrigido e melhorado com essa providência? Talvez fosse melhor simplesmente acabar com o tribunal do júri, instância sujeita a intensa polêmica desde o seu nascedouro. Apesar dos excessos de teatralização e dos riscos de manipulação dos jurados que contém, a manutenção dessa instituição tem sido defendida. Argumenta-se que assim os processos criminais escapam ao anonimato dos autos, retidos em cartório e nas varas judiciais, sujeitos à deliberação individual (ou monocrática) de um juiz, e os submete a toda a sociedade, representada por um grupo de cidadãos que têm seu nome sorteado para apreciar os piores delitos, os crimes contra a vida, em nome de todos.

Sob impulsos emotivos e sentimentais, os jurados estariam supostamente mais sujeitos a cometer erros do que um profissional do direito, que domina a técnica. Justamente por isso, réus condenados as penas mais pesadas deveriam ter uma oportunidade para voltar a apresentar sua defesa, o que preveniria eventuais erros judiciais clamorosos, que irão afetar grande parte de suas vidas, ou quase toda a vida que ainda teriam. O novo julgamento é mecanismo com mais méritos do que deméritos na estrutura do júri popular.

No caso de Vitalmiro Bastos de Moura, a radical inversão na sentença seria a prova automática de que o resultado foi forjado e que uma conspiração armada pelo consórcio criminoso conseguiu se infiltrar no corpo de jurados – e, quem sabe, também em outros segmentos do tribunal. Isso pode ter acontecido de fato, mas, debaixo de muitas suposições e interpretações, faltam provas concretas. Os que reivindicam justiça para os assassinos da irmã Dorothy Stang podem ter-se deixado levar por mais emoção e subjetividades do que os próprios jurados ou outros integrantes dessa história chocante.

A partir do réu confesso da execução da missionária, consumada de forma fria e sem maior preocupação com sua ocultação, os elos da cadeia montada para o crime se baseavam em provas testemunhais. Fogoió admitiu que recebeu dinheiro de Tato para matar a freira. Tato disse que só agenciou o pistoleiro (e mais Clodoaldo, que não atirou na freira) porque todos seriam remunerados por Bida e por outro fazendeiro, Regivaldo Galvão, o único que ainda não foi a julgamento – e o aguarda em liberdade, graças a um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

Quando o assassino e o intermediário do crime mudaram seus depoimentos, inocentando Bida da responsabilidade que lhe haviam imputado antes, o elo causal probatório se desfez. Há fundados motivos para acreditar que foi forjado um artifício: os dois podem ter recebido dinheiro para desdizer o que declararam em juízo (e documentado em vídeo gravado, que os acusadores no julgamento deixaram que fosse exibido, sem impugnarem a prova, como podiam fazer, já que ela não constava dos autos, talvez por excesso de confiança na renovação automática do resultado do primeiro júri).

Mas se as aparências são pela fraude, a rigor, não se pode dizer que a nova sentença, de absolvição de Bida, contraria tão ostensivamente as provas dos autos, como diz o recurso de apelação da acusação, que requereu ao tribunal a anulação do segundo julgamento. A prova principal, que era testemunhal, simplesmente deixou de existir quando os dois acusadores do fazendeiro trocaram seus depoimentos. O novo testemunho teria força

menor de convencimento sobre os jurados se contra ele houvesse mais provas documentais do que as reunidas no processo.

Se quiserem voltar a obter a condenação de Bida e impedir que Regivaldo Galvão, conhecido por Taradão, também escape do destino que lhe querem impor, esses grupos de pressão vão precisar não apenas tentar convencer a opinião pública sobre o crime, mas também enriquecer os autos com outras provas ou robustecer as já existentes. Simplesmente deblaterar contra a sentença pode ter efeito contrário ao pretendido, sugerindo que esses grupos apenas protestam porque não conseguiram o que queriam. Federalizar o julgamento, como defenderam, seria mero casuísmo, além de tudo, inútil: mesmo sob jurisdição federal, outro júri teria que ser convocado. Na mesma praça, é claro.

Aceitar uma relação de causa e efeito entre suas teses e o resultado do júri seria prejudicar os réus e substituir o conselho de sentença, que é instituição legal e legítima, por um tribunal ad-hoc. Mesmo com bons propósitos, o que se estaria a propugnar seria uma situação de exceção, que, reproduzida e multiplicada, levaria a um regime de exceção. Com causa nobre, mas anti democrático.

Parece que o tempo, ao menos numa sociedade como a nossa, que se acostumou a conviver com crimes de toda natureza com um grau maior de tolerância, parece agir em favor do réu, contribuindo para reforçar sua imagem de vítima, do que em benefício da vítima verdadeira da violência. Principalmente quando os réus têm instrumentos para incentivar ainda mais essa tendência a se apresentarem como coitadinhos.

Independente do desdobramento que terá o júri do mês passado, porém, a sentença de absolvição de um dos supostos mandantes do assassinato tem um significado muito grave: fortalece o acobertamento dos que realmente mantêm e intensificam os crimes de encomenda, mais comuns na Amazônia do que sua pretensão a civilização pode aceitar. Por consequência, reforça a impunidade dos principais personagens dessa engrenagem de violência.

É totalmente ilógica a situação que resultou da sentença. Se Rayfran realmente estivesse em litígio com a missionária, ele te-

ria cometido a violência num momento em que as diferenças, numa escalada, o levassem a um ato súbito de agressão, extravasando de vez suas diferenças com a desafeta. Mas ele agiu como um matador profissional, com frieza, eficácia e sem nenhum sinal aparente de envolvimento pessoal com sua vítima. Dorothy recebeu os tiros depois de puxar a bíblia que carregava na bolsa e começar a lê-la para o pistoleiro, que a atingiu por trás, na nuca e nas costas. Já o fazendeiro Bida fora levado pela irmã Dorothy ao Ibama e ao Ministério Público do Trabalho por denúncias de crime ambiental e trabalho escravo, que resultaram em multas aplicadas contra ele.

Qualquer pessoa com elementar inteligência e alguma informação sobre um ato desse tipo não terá dúvida em concluir que o pistoleiro cumpria um trato. Alguém contratou seus serviços especializados e o pagara, profissional como ele é (e jamais desmentiu sua condição de pistoleiro). Atrás dele, na rede, estava o intermediário entre o requisitante do serviço e o executor. Logo, havia mais alguém na outra ponta da linha. Com a sentença, o mandante sumiu e a engrenagem ficou sem sua conexão, solta no ar. Sem que a lei da gravidade seja abolida, a história teria que cair. Sua sustentação é, pois, artificial.

O que está acontecendo em relação ao assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, lembra bastante o caso da morte do ex-deputado estadual Paulo Fonteles de Lima, em 10 de junho de 1987. Três personagens diretamente envolvidos na trama criminoso (os dois pistoleiros e o intermediário) foram identificados e dois deles presos. Um dos pistoleiros conseguiu escapar, mas teve o mesmo destino do outro: tornou-se vítima de queima de arquivo.

O agenciador do crime, que era o personagem mais famoso, o “capitão” James Vita Lopes, foi julgado em 2001 e condenado a 21 anos de prisão. Em silêncio (quebrado apenas para, finalmente, aceitar conversar com este repórter, que o acusará ao longo dos anos seguintes ao crime), James cumpriu na prisão um terço da pena (incluído o tempo de prisão antes do julgamento) e foi liberado por bom comportamento. Foi embora para sua terra, Bragança Paulista, e dele nada mais se ouviu.

Crime solucionado? Não. Os verdadeiros mandantes jamais foram citados, exceto por este jornal. Escaparam incólumes, graças à posição assumida por Vita Lopes, um homem disciplinado e determinado. Todos se consideraram satisfeitos com o desfecho, ainda que incompleto. Mas como o consórcio organizado para calar de vez o cidadão incômodo continuou com sua cabeça, não só pode ter continuado em ação como serviu de estímulo e modelo para novas engrenagens desse tipo, conseguindo o mesmo sucesso.

Para enfrentá-las e vencê-las a disposição é fundamental, mas não suficiente, ao menos se se busca um resultado no âmbito das formas legais e institucionais de justiça. Às vezes os defensores da justiça perdem por uma formalidade, mas eles precisam se convencer de que detalhes também são importantes quando se lida com estruturas tão complexas. Um erro desses pode se tornar o caminho de fuga, que acaba por favorecer os selvagens crimes de encomenda por trás das porteiças sem lei da Amazônia.

2 – A deformidade “natural” do trabalho escravo

Entre 2003 e 2006, 192 pessoas foram autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por submeter seus empregados a regime de trabalho análogo à escravidão. Mais de dois terços dessas empresas (147) atuam na Amazônia Legal. O campeão nacional do trabalho escravo é o Pará, com quase um quarto de todas as atuações, 52. As duas colocações seguintes nesse nefando ranking são ocupadas por Estados amazônicos: Tocantins (43) e Maranhão (32). Goiás, já excluído da região, é o seguinte, com 10 atuações.

O que leva à concentração dos casos de exploração de mão-de-obra não é uma anomalia amazônica, mas o fato de a região constituir a área de expansão da fronteira econômica do Brasil. Há o pressuposto tácito (ou tático) de que o pioneiro não traz necessariamente consigo a contemporaneidade. O então ministro Delfim Neto, quando todo-poderoso do regime militar, disse que a Amazônia deve primeiro ser “amansada” pelo bandido para, depois, poder chegar o mocinho.

A filosofia é a mesma do modelo econômico então vigente: primeiro fazer o bolo da renda crescer para então distribuí-lo (se sobrar alguma fatia para os retardatários, naturalmente). Por essa combinação perversa, a Amazônia sofreu os efeitos da concentração da renda e da selvageria primitiva, sancionada e admitida na “fronteira”.

Sendo o resíduo da área mais antiga e mais rica, à qual só agora se agrega, por um movimento gravitacional exercido de fora para dentro, deve ter paciência para esperar a chegada das conquistas da modernidade. Primeiro é preciso vencer o monstro de “Loch Ness”, que é o “fator amazônico” complicador, a onerar os investimentos públicos e privados, como teorizou o estudo que deu origem ao Programa Grande Carajás, em 1980. Elaborado em inglês por encomenda da Companhia Vale do Rio Doce e depois repassado para o escaninho oficial, ele é uma das tábuas da lei amazônica, juntamente com o capítulo regional do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), concebido para vigorar a partir de 1975 pela tecnocracia, comandada pelo prusiano general Ernesto Geisel.

Apesar de todas essas atenuantes impostas, porém, a chaga é muito forte quando chega ao conhecimento da sociedade internacional. O governo procura fiscalizar, aplica multas e criou a “lista suja” para excluir os exploradores de mão-de-obra dos benefícios oficiais, mas essas iniciativas se mostram insuficientes para estancar o problema e muito menos resolvê-lo. Não só porque não acabaram com a impunidade, que resiste às multas e penalidades, mas porque não chegam até à origem dessa situação. Enquanto o “modelo” de desenvolvimento persistir, a deformidade que provoca continuará a ser congênita.

Audiência Pública: “O tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo”

Brasília, 6 de maio de 2008

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

José Nery – Senador, membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado e Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo daquela Casa;

Dom Luiz Soares Vieira – Arcebispo de Manaus, Amazonas, e Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;

Dom José Luis Azcona – Bispo Prelado de Marajó, Pará;

Dom Erwin Krautler – Bispo Prelado de Xingu, Pará;

Dom Flávio Giovenale – Bispo de Abaetetuba, Pará;

Felipe Tavares Seixas – Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal;

Cláudio Lima de Souza – Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima;

Leila Paiva – Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humano da Presidência da República;

Felício Pontes Júnior – Procurador da República no Estado do Pará;

Fernando Antônio Dos Santos Matos – Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

Márcia Vasconcelos – Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da OIT.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO SENADO FEDERAL

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em atendimento ao Requerimentos n°s 352, de 2008, de autoria dos Deputados Janete Capiberibe, Marcelo Serafim, e 361, de 2008, de autoria da Deputada Maria Helena, para debater a respeito do tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes e, em especial, os senhores expositores.

Chamo para compor a primeira Mesa: Senador José Nery, membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado e Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo daquela Casa; Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, Amazonas, e Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Dom José Luiz Azcona, Bispo Prelado de Marajó, Pará; Dom Erwin Krautler, Bispo Prelado de Xingu, Pará; Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, Pará.

Dando continuidade à presente reunião, informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. O Parlamentar que desejar interpelar os expositores durante a sua palestra, deverá dirigir-se primeiramente à mesa e registrar seu nome.

Esclareço aos senhores expositores e aos Srs. Parlamentares, que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que, durante suas exposições, falem ao microfone.

Informo ainda que os convidados não poderão ser aparteados no decorrer de sua exposição. Somente após encerradas as exposições os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo



Senador José Nery (E), Dom Erwin Kraütler, Dom Luis Soares, Presidenta da comissão da Amazônia, Deputada Janete Capiberibe, Dom Luis Azcona e Dom Flávio Giovenale.

cada o prazo de 3 minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a tréplica e a réplica pelo mesmo prazo.

Os apartes e interpelações deverão ser feitos estritamente quanto ao assunto objeto da convocação nos termos regimentais.

Antes de iniciar a fase de exposições, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre esta audiência.

Senhores convidados, nobres colegas, queridos Bispos, com sua licença, falarei algumas palavras.

No dia de hoje, em Belém, a Justiça está julgando o assassinato de Dorothy Stang, nossa irmã que está com Cristo e estará sempre conosco. Este é o nosso clima na Amazônia.

Infelizmente, vivemos fatos corriqueiros, sistemáticos e repetidos de violação dos direitos humanos. Isso motivou o meu requerimento para esta audiência pública na Comissão da Amazônia, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Coincidentemente, realizamos uma maratona em defesa dos direitos humanos na Amazônia. Pela manhã, os Bispos estiveram com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que se reuniu especialmente para ouvir os relatos de completa ausência do Estado em algumas regiões da Amazônia.

Tráfico e prostituição de mulheres, adolescentes e crianças amazônidas, trabalho escravo, violação da legislação ambiental, tráfico de drogas e biopirataria, esses são alguns dos crimes denunciados que resultaram inclusive nas ameaças sofridas pelos Bispos. Esse sistema subjuga as populações locais à violência e ao silêncio.

O que está em cheque, de certa forma, é o modelo de desenvolvimento instaurado na Amazônia brasileira, onde estão arraigados vários problemas que serão abordados aqui. É quase um consenso científico o entendimento sobre as chamadas fronteiras agrícolas, fronteiras florestais, fronteiras hidrelétricas, fronteiras de desenvolvimento, os arcos do desmatamento.

Esse modelo próximo ao colonialismo traz consigo a instabilidade, a violência e concentração de renda e riqueza com base na exploração da floresta. É um sistema desigual, antidemocrático e arrogante, só pensa no capital, esquece homens e mulheres, vende nossas crianças.

Segundo dados da 17ª Assembléia de Caritas Internacionais, em Genebra, cerca de um milhão de pessoas são traficadas por ano no mundo.

Dom José, Dom Flávio, Dom Erwin, temos orgulho de suas lutas. Compartilhamos suas indignações, sabemos que a Amazônia é rica e o seu povo é pobre. Esse é o centro do problema.

A Amazônia tem a maior província mineral do planeta, tem o potencial hidrelétrico gigantesco, biodiversidade incalculável. É um absurdo que nosso povo esteja nesse nível de exploração. É absurda a violação constante dos já fragilizados direitos humanos.

Nessas regiões, a presença do Estado é pequena, omissa, ou subserviente, ou conivente.

Como Parlamentar, proponho, como resultado desta audiência pública, ir ao Governo Federal sugerir a criação de uma força tarefa para investiga a série de crimes sistemáticos e orquestrados contra os direitos humanos, trabalhistas e ambiental, para, por um lado, unir, coibir, fazer justiça; por outro lado, dotar as regiões da infra-estrutura pública necessária para a garantia

dos direitos essenciais, dos direitos humanos já denunciadas e conhecidas.

Temos obrigação, como representantes do povo brasileiro, do povo amazônida, membros do Estado brasileiro, de propor ações concretas, efetivas, para imediata erradicação dessas ameaças aos direitos humanos. Para isso, devemos ter o compromisso de traçar uma política consistente, ampla, democrática de desenvolvimento, com sustentabilidade social e ambiental e com justiça social.

Esta Comissão está trabalhando a partir da Subcomissão do Orçamento para a Amazônia, tanto para o fortalecimento do Estado brasileiro nessa região do Brasil, quanto para o fomento de políticas, tecnologia, conhecimento e infra-estrutura, que dotem a região de um projeto de verdade de desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que será possível, já a partir do próximo ano, ter uma perspectiva melhor a partir desse trabalho. Mas, se cabe ao Estado o papel de fomentador do desenvolvimento com justiça social, cabe também proteger, fiscalizar e punir os casos de descumprimento das normas que regem o Estado democrático brasileiro.

Passamos agora às explanações dos nossos convidados.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Dom Luiz Soares, Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por 10 minutos para sua exposição.

O SR. DOM LUÍZ SOARES – Sra. Presidenta, acho que não preciso de tanto tempo assim. Vim aqui realmente para trazer o apoio da CNBB aos nossos Bispos, aos nossos irmãos Dom Erwin, Dom José Luiz, Dom Flávio, e também para dizer que estamos felizes que esta Comissão da Amazônia os tenha convocado para dizerem o que está realmente acontecendo com eles.

Estou trabalhando na Amazônia já há 24 anos. Fui Bispo de Macapá e lá conheci a senhora, o seu marido e também algumas outras pessoas que estão aqui. Depois, há 16 anos já estou trabalhando em Manaus. Então, considero-me já um amazônida e atualmente um amazonense. Vivo em uma região que é desafiadora, uma região que diz muito para o mundo, como todos sabem, uma região que ainda é considerada periferia do Brasil,

uma região que tem muitos problemas, como nós sabemos. Isso que está acontecendo com eles é um reflexo do que está acontecendo com o nosso povo, com a nossa gente. Se isso acontece com Bispos, portanto, figuras que são proeminentes, que têm um destaque na sociedade, os senhores podem imaginar o que está acontecendo realmente com o nosso povo, com a nossa gente.

É uma região que precisa ser enfrentada com mais seriedade pelo Brasil. Quando digo pelo Brasil, refiro-me ao Estado brasileiro, ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e Municipais, como também à sociedade brasileira.

A Amazônia é o futuro do mundo. A água, por exemplo, os senhores sabem, já começa a escassear no planeta. E temos outras coisas, como mesmo a floresta. Infelizmente, repito, infelizmente, por falta de um plano de desenvolvimento global da região, está acontecendo tudo isso. Trata-se, portanto, de uma região que tem um vazio de Estado. O Estado está ausente em uma grande parte da região. Então, o que ocorre lá é em função disso também. É uma região que precisa ser levada a sério, senão, vamos perder toda essa riqueza.

Venho, portanto, em nome da CNBB. O Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, encontra-se enfermo, não pôde vir e, portanto, vim para representá-lo. Venho também em nome dos demais Bispos dizer da alegria de que esteja acontecendo esta audiência pública. Também espero que esta iniciativa não seja um fogo fátuo, mas que leve a algum resultado, que desperte não só o Congresso Nacional, como também o Brasil para ações concretas. Espero que consigamos não digo eliminar, mas, pelo menos, diminuir a violência que ocorre em nossa região, principalmente contra as pessoas mais pobres, contra as pessoas mais excluídas da nossa sociedade.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Estou ansioso para ouvir o que vai ser dito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradeço.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sra. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para sugerir uma maneira de disciplinarmos os trabalhos. Creio que temos no momento 3 expositores. A suges-

tão que faço a V.Exa. é no sentido de ouvirmos as exposições dos 3 convidados e, depois, então, partirmos para o debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Em relação à sugestão apresentada pelo Deputado Asdrubal Bentes, quero dizer que não há apenas esta Mesa. Estão compostas 2 mesas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – V.Exa. sabe que tenho sido um crítico dos mais contumazes contra a forma como se processam estas audiências públicas. A matéria é da maior relevância, porém, o horário é impróprio, porque daqui a pouco teremos a Ordem do Dia. Há um número muito grande de expositores, para um tempo muito exíguo que os permitam abordar uma matéria complexa, extremamente grave e da maior relevância não apenas para a nossa região, como para todo o País.

Quero solicitar, portanto, a V.Exa. que nas próximas audiências sejam convidados no máximo 3 ou 4 expositores. Do contrário, fica humanamente impossível, em razão das nossas atividades parlamentares. Aqui temos quase que ter o dom da ubiquidade: temos que estar aqui e lá ao mesmo tempo, o que é impossível. Então, solicito a V.Exa., que é Presidente da Comissão, que discutamos interna corporis uma forma de evitar que essas audiências caiam, até, no descrédito, em razão do exíguo tempo que é concedido aos expositores para abordarem uma matéria da maior gravidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Vamos estudar, na Presidência da Comissão, Deputado Asdrubal Bentes, uma forma de resolver esse problema em relação ao tempo de realização de cada audiência pública, às mesas compostas, ao tempo que é necessário para a exposição de cada convidado.

Tenho certeza absoluta de que cada audiência pública é solicitada por sua máxima necessidade. Vamos ver como fazer.

Agradeço as palavras a Dom Luiz Soares, que muito conhece a Amazônia.

Dom Luís, obrigada por me fazer lembrar de quando eu era menina. Em sua exposição, disse esperar que esta audiência não seja um fogo fátuo que esteja surgindo aqui nesta sala. Eu lhe prometo que não o será. Juntamente com os Deputados Asdrubal Bentes, Paulo Rocha e Janete Rocha Pietá, iremos ao Presidente para

abordar a necessidade da criação de uma força-tarefa, a fim de que não fiquemos aqui apenas nos debates. Isso é muito ruim para nós, Parlamentares, assim como para a sociedade, para a base que nos elegeu em nossos Estados.

Passo a palavra ao Senador José Nery.

O Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, concordou que estivéssemos hoje em conjunto, o Congresso Nacional, para reforçar esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. SENADOR JOSÉ NERY – Meus cumprimentos à Sra. Presidente, Deputada Janete Capiberibe, Presidenta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável; Bispos da Amazônia: do Pará, Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba; Dom José Luís Azcona, Bispo da Prelazia do Marajó; Dom Luiz Soares, Arcebispo Metropolitano de Manaus; e Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu. Cumprimento também os Srs. Deputados presentes, Paulo Rocha, Asdrubal Bentes, Janete Rocha Pietá, além dos representantes de entidades da sociedade civil do Estado do Pará: Dr. Felício Pontes, Procurador da República no Estado do Pará; o Padre Amário, de Anapu; e a Profa. Ana Lúcia, educadora do Município de Abaetetuba, Pará.

Senhoras e senhores, a iniciativa desta audiência pública tem a participação da Câmara dos Deputados, por meio da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que aprovou requerimento nesse sentido. A Comissão de Direitos Humanos do Senado igualmente aprovou requerimento com o mesmo teor. No processo de definição sobre a realização dessas audiências, houve o entendimento para que a realizássemos de comum acordo, aqui na Comissão da Amazônia, com a participação da Comissão de Direitos Humanos do Senado. O instrumento legislativo da audiência pública é muito importante, porque sempre permite que os fatos que são tratados possam contar com a visão dos vários segmentos envolvidos em uma determinada problemática.

Aqui estamos para debater a denúncia feita pelos bispos do Pará, já citados, quanto ao tráfico internacional de seres humanos, especialmente mulheres, à exploração sexual de crianças e

adolescentes e às ameaças de morte que foram feitas tanto aos bispos que aqui comparecem a esta reunião quanto a diversos agentes da sociedade civil. Foram ameaçados membros de conselhos tutelares, membros de entidades de direitos humanos, Parlamentares e lideranças populares, que não têm se cansado, tanto no Pará quanto em toda a Amazônia, de denunciar o modelo de desenvolvimento que leva à concentração da terra, à implantação de grandes projetos chamados de desenvolvimento regional, na área mineral, florestal, do agronegócio, da pecuária.

A Amazônia, especialmente os povos nativos, as comunidades tradicionais, os ribeirinhos, os indígenas, as populações quilombolas, os pequenos agricultores, os sem-terra, aqueles que hoje habitam a periferia das cidades, enfim, a grande maioria da nossa população tem sido tratada de forma injusta. Hoje quase 80% da população da Amazônia já está nas cidades, o que exige uma luta histórica dos movimentos sociais da cidade, luta por uma política de desenvolvimento urbano, pela reforma urbana, ao lado de uma outra grande bandeira que tem sido levantada, ao longo de tanto tempo, contra essa situação que tem motivado muita violência, mortes, assassinatos como o de irmã Dorothy. Dois dos assassinos de Irmã Dorothy, um que praticou o crime e o outro que mandou matar, têm hoje em Belém, no Tribunal de Justiça do Estado, o seu segundo julgamento. Mas, ao mesmo tempo em que a pressão dos movimentos da sociedade, da imprensa, dos organismos internacionais apressou o julgamento de Irmã Dorothy, mais de 700 trabalhadores, lideranças, líderes comunitários, membros da Igreja, freiras, advogados e Parlamentares perderam a vida na luta pela conquista da verdadeira reforma agrária. Essa é a realidade: a implantação dos grandes projetos e, ao seu redor, um verdadeiro cinturão de miséria, a negação de direitos. Como eu disse, boa parte da população da Amazônia, no Pará, inclusive, encontra-se na periferia das grandes cidades, contribuindo, pela forma como são relegados, para o aumento de forma significativa da criminalidade. A ausência das condições mínimas de garantia dos direitos básicos da cidadania, da educação, da inclusão, do trabalho, do emprego, de geração de renda, que garanta condições dignas a essas pessoas, tem permitido o aumento da

violência em todos os sentidos. E entre essas violências, está o abandono, situação em que sobrevivem milhares de crianças e de jovens que não têm nem um presente e, muito pior, um futuro assegurado, com o mínimo de dignidade.

Muitas entidades têm denunciado ausência de políticas que efetivamente promovam a inclusão social e que garantam o bem-estar da pessoas, para que possamos, enfim, ter uma sociedade melhor.

Entre os setores da sociedade que têm tido destacada atuação, na defesa dos direitos humanos, do direito dos pobres e do direito dos excluídos, a voz da igreja católica, representada por seus pastores, tem se revelado um ato profético de denúncia dos fatos que oprimem o povo na Amazônia, mas também tem sido o anúncio da esperança no incentivo à organização e às lutas do nosso povo.

Os fatos que nos trazem para esta audiência mais especificamente são conhecidos das autoridades do Congresso Nacional.

Estão me informando aqui quanto ao tempo, Sr. Presidente, mas eu gostaria de concluir e, talvez, só voltarei a falar se for absolutamente necessário.

Mas quero dizer que os fatos que motivam essa audiência pública já foram denunciados em outras oportunidades, muitos deles, em especial em relação a Ilha do Marajó.

Dom Azcona já esteve presente no gabinete da Presidência da República, com o Chefe de Gabinete, Sr. Gilberto Carvalho; no Ministério da Justiça; no Senado Federal e, especialmente, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Direitos Humanos. Ele apresentou relatório feito pela própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em que aponta o envolvimento de autoridades, Parlamentares e Vereadores, com a complacência e a omissão dos órgãos públicos, sobretudo da Polícia às vezes do Judiciário, do Ministério Público Estadual, que não têm cumprido a contento com as suas obrigações para apurar os fatos amplamente denunciados, como o abuso, exploração sexual de crianças e vários outros fatos.

Especialmente, vou-me referir a um fato ocorrido no Município de Portel, Ilha do Marajó, e ao trabalho infantil no Municí-

pio de Breves. Inclusive, na última semana, quando fui à Portel para o lançamento do Programa Território e Cidadania, pude verificar o número de crianças no porto da cidade na mendicância. Eram dezenas. Alguns vinham em seus barcos e elas ficavam acenando para a embarcação pedindo, implorando algo como dinheiro, qualquer tipo de objeto. Às vezes, as pessoas davam roupa, comida.

Enfim, isso é uma situação que bem denuncia a ausência de políticas públicas mais efetivas para garantir educação e inclusão social e não permitir que crianças permaneçam nessa situação.

Nós gostaríamos também de questionar as autoridades, porque aqui estarão presentes representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Polícia Federal, creio que na mesa seguinte. Havíamos sugerido a presença do Secretário de Segurança do Pará para nos informar das providências, nesta Comissão, sobre o andamento dos inquéritos policiais, se eles chegaram a ser pronunciados e levados à Justiça, para que possamos ter uma avaliação sobre a presença efetiva do Estado no cumprimento das suas obrigações legais, para que a violência não continue se reproduzindo incessantemente, sem que haja algo mais preciso do ponto de vista da atuação dos órgãos do Estado. Refiro-me ao Estado brasileiro, tanto à União, quanto ao Estado do Pará.

É fundamental que todos os fatos denunciados tenham ampla investigação, apuração e punição dos culpados. Mas não podemos ficar apenas na repressão, é preciso discutir, principalmente, quais as ações que podem ser realizadas para promover o verdadeiro desenvolvimento com inclusão social.

Nesse sentido, creio que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional é o melhor ambiente, é o melhor lugar para propor aqui, Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares, meus colegas, uma discussão sobre a atuação dos diversos órgãos. Porque é um verdadeiro desencontro entre o que planeja a SUDAM, o que financia o BASA, como órgão de desenvolvimento e fomento regional, o que propõe e realiza os órgãos ambientais e o que propõe e realiza o Governo do Estado.

Há um verdadeiro desencontro. Há ações paralelas e questões ligadas a trabalho e renda, que podem ser tratadas no Ministério

do Trabalho e Emprego, mas também estão no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Então, nós precisamos fazer com que todos os fatos graves denunciados sejam apurados, para que o sentimento e a confirmação da impunidade não permaneça como algo que desestimula as pessoas a continuarem denunciando, lutando e anunciando uma esperança de mudança nesse quadro tão danoso. De outro lado, precisamos, objetivamente, Deputado Paulo Rocha, discutir uma atuação de fato mais integrada, porque, por mais que hajam esforços e eu seria injusto se não reconhecesse alguns esforços que estão sendo feitos, mas são ainda em nível bastante incipiente, que não permite uma integração geral dos órgãos para realizarem as políticas, aplicá-las em educação, saúde, inclusão, para promover a cobrança e a fiscalização justa dos impostos sobre as grandes empresas que atuam na Amazônia, especialmente nas empresas de mineração.

Faço referência especial ao fato de a Vale do Rio Doce que, no Estado do Pará, levar nosso minério. A projeção era de que esse minério – minério de ferro, por exemplo fosse exaurir em 4 séculos. Com o avanço da forma como vêm sendo exploradas, a previsão é que essas minas sejam exauridas em 120 anos. No entanto, a Vale do Rio Doce paga 2% sobre o valor exportado; quando a maioria dos países paga pela exportação dos produtos minerais a CEFEM, aqui no caso em torno de 5% a 7%.

Outra questão tem a ver com a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional. Há necessidade de que a reforma tributária, primeiro, preocupe-se em taxar os ricos, as grandes fortunas, e que não continue incidindo apenas sobre o consumo e sobre a renda dos assalariados.

Portanto, especificamente em relação ao Pará e aos demais Estados mineradores, queria dizer da importância da luta para pôr fim à Lei Kandir, que isenta o grande complexo mineral da Vale do Rio Doce de pagar ICMS, há 11 anos. Essas são questões que, no âmbito da reforma tributária, são importantes. Por quê? Porque isso pode garantir mais recurso para as políticas sociais de desenvolvimento. Ao lado da nova concepção do papel do Estado e do modelo de desenvolvimento, é preciso ter recursos

que assegurem as condições para os investimentos na promoção do verdadeiro desenvolvimento da Amazônia.

Portanto, nossa pretensão aqui é, mais uma vez, analisar os fatos denunciados, ter a clareza de como é que eles vão ser apurados, investigados e como serão punidos os responsáveis pelos crimes que os bispos tornaram públicos há tanto tempo. Inclusive, não a partir de agora de 2008, mas de 1999, principalmente os bispos do Marajó e da Amazônia fazem essa denúncia.

Por último, quero dizer que é importantíssima a retomada do diálogo com o Governo do Estado para tratar dessas questões. Infelizmente houve, recentemente, um profundo mal-estar quando uma comissão de bispo não foi recebida pela Governadora Ana Júlia Carepa.

Eu creio que essa audiência, inclusive, é o momento de solicitar de todos que têm responsabilidade, tanto do Governo Federal, do Governo do Estado, quanto dos Parlamentares, de todos aqui com essa questão que encontrem um caminho de diálogo verdadeiro para atender a esses reclamos do nosso povo.

Essas denúncias tornadas públicas permitem que, pela voz dos nossos pastores, possamos recomeçar, animar todo um processo de inclusão das majorias para um novo modelo de desenvolvimento, punição de todos os criminosos envolvidos com crimes ambientais, crime de trabalho escravo, exploração sexual de criança e adolescente, tráfico internacional de seres humanos.

Tudo isso precisa ser colocado na mesa. Quem sabe o palco dessa grande mesa de diálogo de entendimento e de compromisso seja justamente, Deputados Asdrubal Bentes, Paulo Rocha e Janete Capiberibe, minha Presidenta desta Comissão, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Desenvolvimento Regional, no Senado Federal, onde poderemos estar juntos nessa grandiosa tarefa de conceder, lutar, para que nosso povo seja respeitado, nos mais legítimos direitos. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputa da Janete Capiberibe) – Muito obrigada, Senador José Nery.

Passo a palavra, para proferir uma palestra, pelo tempo de 15 minutos que podem ser prorrogados, eu não gosto de deixar as pessoas sob tensão, então, digo logo que são 15 minutos, que podem se estender um pouquinho mais, ao Sr. Dom José Luiz Azcona, Bispo Prelado de Marajó, para sua exposição.

O SR. DOM JOSÉ LUIZ AZCONA – Começaria fazendo uma pergunta: por que estamos aqui? Refiro-me aos bispos? Queria responder com uma afirmação dupla que faz o episcopado brasileiro, na nota de solidariedade que redigiu de apoio a nós, bispos perseguidos e ameaçados de morte.

“Nós estamos aqui por causa do Evangelho”, dizem os bispos do Brasil sobre nós. Isso eu queria deixar bem claro no início. Nós estamos aqui por causa do Evangelho.

De outra maneira, dizem também os bispos nessa mesma nota de solidariedade: “Sabemos também por que são perseguidos: o servo não é maior que seu senhor, se me perseguir, vos perseguirá”.

Agora, por que os senhores e as senhoras estão aqui? E aqui vem um apelo também desta nota de solidariedade dos bispos. Não quero fazer utilização da minha palavra do que eu penso, senão do que pensa a Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil.

Eles, na nota, dizem o seguinte: “Orgulhamo-nos desses irmãos e irmãs. Por outro lado, essa situação expõe também a perversidade que se introduziu em nossa sociedade, cuja história é vergonhosamente manchada de sangue, inocentes etc.” Dizem que nossa sociedade está debaixo da perversidade. É uma sociedade perversa. Isso é grave. Isso é um documento público. Mas os bispos estão cientes do que estão dizendo. E, para não ficar nisso, terminam com, praticamente, um texto do Papa na última Encíclica, que trata, precisamente, da esperança. Mas uma esperança que não vai existir nem para a Amazônia, nem para o Brasil, se não se correr o risco da liberdade a que me refiro.

O texto do Papa, trazido de modo resumido pela nota de solidariedade dos Bispos, diz assim: “Quando a incolumidade física e a comodidade se colocam por cima da verdade e da justiça, vigora na sociedade a lei do mais forte. Então, reinam a violência

e a morte, e a minha própria vida torna-se uma mentira”. Isso descreve, perfeitamente, a situação anímica de muitos de nós. Descreve talvez a situação anímica dos senhores e das senhoras. Os senhores e as senhoras têm a máxima responsabilidade em erradicar as manchas que enfeiam e destroem o rosto da dignidade humana de tantos brasileiros na Amazônia.

Eu faço um apelo pessoal, em nome desse Evangelho que nós viemos aqui, para que tomem consciência da gravidade da situação, e não fiquem em palavras, senão em gestos, um gesto profundo de conversão. É a experiência que estou tendo. Porque, há pessoas muito bem-intencionadas, mas chega o momento em que, deparando-se com o perigo de morte, recuam, voltam para trás. Não pode.



Gilberto Nascimento

Dom Luis Azcona discursa durante audiência

E o que o Papa nos diz, quando fala da pequena e da grande esperança, quando a vida se coloca em risco pelo bem, pela justiça e pela verdade, é que se precisa da grande esperança. E essa grande esperança quem é? É Jesus Cristo. Não estou aqui para fazer homilia nem para ser moralista. Saibam, por toda a experiência que adquiri na Amazônia, há 23 anos, que se não

tivermos essa grande esperança, digo, sinceramente, não temos futuro nem na Amazônia, nem no Brasil.

Eu queria utilizar, para compreender a situação, o texto que redigimos ano passado, cujo prefácio foi escrito por Dom Luís Soares Vieira, que aqui está prestigiando, em nome da CNBB, este grande encontro.

O texto é: Discípulos, Missionários da Amazônia. Recomendando a cada um dos presentes que possam adquirir esse texto e a Conferência Nacional dos Bispos, porque aqui se expressa o pensamento de 35 bispos da Amazônia brasileira e de um bispo da Amazônia da Guiana Francesa, Monsenhor Lafon. O que dissemos? Muitas coisas. Vou resumir, porque não temos tempo.

Queria começar descrevendo a situação da Amazônia em linhas gerais. Há uma ou duas semanas, depois de uma coletiva de imprensa que a gente deu em Belém do Pará, um porta-voz do Governo do Estado disse, no O Liberal: "São 300 pessoas ameaçadas de morte, marcadas para morrer, no Estado do Pará. São 100 pessoas que estão tendo proteção".

Senhores e Senhoras, imaginem 300 pessoas marcadas para morrer num Estado! O que isso significa? É uma sociedade doente, incapaz de retomar o controle, a ordem social, o direito à cidadania e o respeito à vida humana.

De vez enquanto na nossa mídia lá do Norte aparece notícias como esta: "Quanto vale a cabeça de um sindicalista? Quinze mil reais? Ou de um padre?" Em nenhuma parte do mundo acontece essa abominação. Publicamente se faz apologia implícita ao crime, às ameaças de morte a cidadãos, a maior parte das vezes inocentes, que lutam precisamente pela justiça, pela paz, pelos direitos humanos. Não se pode tolerar 300 ameaçados de morte num Estado. É um grito à consciência dos Srs. Senadores e Deputados. Trezentos ameaçados de morte. Chega!

Nós, bispos, nesse documento, proclamamos que uma das causas da situação da Amazônia já foi dito por aí são os modelos de desenvolvimento importados, novas formas de perpetuar atitude colonialista, a qual vigorou durante séculos na Amazônia. Esse colonialismo se perpetua diante dos nossos olhos. Quem manda na Amazônia é São Paulo, ou é Brasília. Chega!

Número 58. Preocupa-nos um Estado omissivo em manter a soberania da Amazônia, deixando que se transforme num corredor da exportação, da privação da água, da concessão de florestas, da exploração de minério e do agronegócio, muitas vezes proporcionando facilidades para a invasão do capital estrangeiro.

Tenho aqui uma nota de O Liberal, do dia 4 de março deste ano, que diz: “Urânio era contrabandeado no Amapá.”

Resumo assim:

“Nos grampos telefônicos havia referência a um estoque de 8 toneladas do minério mantidas em São Paulo.

A apreensão de torionita pela Polícia Federal na sexta-feira, 29 de março, nas proximidades do município de Serra do Navio, ainda repercutiu na cidade, indicando uma grande organização de contrabando do minério radioativo no Estado. Macapá funcionava como um entreposto do tráfico. Caiena, de onde era despachado para países africanos, Rússia e Coreia do Norte, segundo a Polícia Federal.

Documentos sigilosos da Polícia Federal que vazaram para a imprensa local indicam participação de autoridades e pessoas influentes do Estado na proteção à rede de contrabando montada para explorar ilegalmente minérios radioativos.”

O que se fez, senhoras e senhores? Estou colocando um pano de fundo para a realidade triste em que agora entra Marajó.

Com relação a Marajó, a situação é complexa. Da ponta do Amapá à ponta do Pará são 300 quilômetros de água. Não tem um barco da Marinha que faça a fiscalização, que vigie essa fronteira aberta. Questão de segurança nacional. Barco chinês, japonês, barco espanhol, todo mundo pode entrar livremente. Narcotráfico, tráfico de armas, biopirataria. Está tudo aberto.

Que nação se pode permitir semelhante fronteira perdida, entregue? Será que nossas autoridades não conhecem essa realidade? Se a conhecem, por que não agem?

Marajó está aí e por aí entra e sai muita miséria humana, muita miséria material. Marajó está indo para o ponto de abandono secular.

Vou-me referir a um plano emblemático, o qual nasceu na Casa Civil, no gabinete do Presidente Lula, com relação a Marajó: o Plano de Desenvolvimento Territorial e Sustentável para o Arquipélago do Marajó, com 300 páginas, já concluído, mas que está encalhado. Ninguém moveu um dedo. O que aproveita? Quinze Ministérios envolvidos na redação, muitas Secretarias, e está encalhado.

Essa inércia, essas almas mortas têm de ser vivificadas. As senhoras e os senhores têm de mexer com esse povo. Uma responsabilidade especial pelo Estado do Pará. Esse plano tem de ser ativado, tem de ser mobilizado, claro, em conexão com a Federação. Mas está encalhado. Essa é a raiz, é o pano de fundo das problemáticas que agora queremos tratar.

Ao próprio Lula, que nos fez uma deferência o Bispo de Ponta de Pedras, Dom Alessio, também em meu nome, disse: “Presidente, por favor, em meu nome e em nome do Bispo do Marajó, afaste as mãos dos ladrões e dos corruptos que queiram mexer com este plano de desenvolvimento, com qualquer projeto de desenvolvimento, do Marajó.” O Presidente o aplaudiu, com um sorriso magnífico, mas ficou nisso!

A prioridade das prioridades desse plano de desenvolvimento elaborado era a luta contra a malária em Anajás, que tem uma população de 24 mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde tolera apenas 50 casos por mil habitantes. Ali, tem ano em que há 800 casos por 1.000 habitantes. Depois de 2 anos de luta da Federação do Estado do Pará e do município, em janeiro deste ano, já foram 777 casos de malária; em fevereiro, 901; em março, 766; em abril, não sei. Desorganização, desarticulação completa. Não há alma para atender Marajó ou Amazônia; não há mística. Cada um “cumpre” seu dever e deixa as coisas correrem como estão.

Com relação à exploração sexual de menores, desde janeiro de 2005, após uma reportagem realizada pelo Sr. Canelas, da Globo, apareceu, à luz de todo o Brasil, a ignomínia e a vergonha no Rio Tajapurú, o qual tem uma margem para Melgaço e outra

para Breves: meninas e meninos de 12 a 16 anos vendendo-se por 2 quilos de carne ou por 3 litros de óleo combustível. Isso sobressaltou! Todo mundo sabe, a Promotoria, a Polícia Federal, mas ninguém colocou um dedo. Isso ainda acontece lá. Pode-se tirar todas as fotografias, pode-se subir nas balsas, pode-se fazer reportagens extraordinárias. Inércia! Por favor, vamos acordar! Chega! Isso vem desde 2005. Onde estão as autoridades desta Federação? Digam-me, porque todo mundo está sabendo. São fatos velhos e conhecidos.

O caso da descoberta dessa rota do tráfico humano de Breves para Guiana, foi divulgado pela própria Globo, dia 15 de agosto de 2006, no programa Fantástico, à luz do dia. Foram 7 minutos sobre a matéria. O responsável era um homem que tinha no seu poder, em arquivo, o nome de 100 pessoas que ele mesmo havia enviado ao estrangeiro, sendo 52 da cidade de Breves, muitas delas menores. E esse homem está solto! Está livre! Há poucos dias saiu da prisão, passeou por Breves como um campeão! Isso é desmoralizar, é acabar com a consciência ética! Todo mundo viu, todo mundo sabe no Brasil. São fatos que estão na cara, não temos por que encobrir nada!

Estupro de menores em Portel. Há 3 Vereadores que ainda estão intocáveis. Eles são celestes, ninguém tocou neles depois de 2 anos de luta para acabar com essa ignomínia! Estão aí, possivelmente se apresentarão de novo para serem Vereadores, com muita probabilidade de vitória.

Desculpem-me, mas vou terminar com um ponto também importante, que são as quadrilhas de lésbicas podemos chamar assim – de Marajó. São quadrilhas de lésbicas já detectadas, segundo informe do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Temos aqui a Dra. Celina, a quem agradeço pelo impressionante trabalho, pois está tudo documentado. Em Portel, há quadrilhas de lésbicas que aliciam menores, acabam com elas, como podem imaginar. Em Anajás, ano passado também. Perguntem ao Pároco de Anajás, Padre Antonio Neto; perguntem à Noemia, que é do Conselho Tutelar de Menores de Anajás, dessa mesma região; perguntem a qualquer um; perguntem em Bagre sobre a

prostituição infantil aberta diante das nossas caras; perguntem em Currálinho.

O próprio Promotor de Justiça me escreveu, no dia 10 de abril, uma nota. Em Currálinho, desde 2000 até o ano de 2005, foram denunciados 27 casos de exploração sexual de menores, e não foi atendido nenhum! Nenhum! O Promotor de Justiça de Currálinho escreveu:

“Sr. Bispo, honrado em cumprimentá-lo e considerando a existência, nesta Promotoria de Justiça, de procedimento administrativo cujo objeto é a apuração de possíveis casos de prostituição infantil no Município de Currálinho, solicito parceria dessa prelaia para a tentativa de combate dessa prática.”

Por que um promotor tem de recorrer ao bispo de Marajó para lutar? Isso indica o esfacelamento total das estruturas! Explica por que 300 pessoas estão ameaçadas de morte.

Por último, um caso também relacionado a Anajás, quanto ao fato de que o Município, o Estado do Pará e a Federação estão sendo processados pela Defensoria Pública da União, na pessoa do Dr. Anginaldo, por descaso da saúde da população, um direito fundamental. Pois é, no mês de setembro, talvez V.Exas. lembrem, lá houve 4 casos de febre purpúrica brasileira. Faz 20 anos que não se conhece um só caso! Os últimos foram no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Dessas crianças, 2 morreram em menos de 24 horas!

Por fim, por pressão da sociedade civil, nossas autoridades do Estado foram ao Instituto Adolfo Lutz para que declarassem oficialmente que se tratava de febre purpúrica brasileira contagiosa. A Organização Mundial da Saúde preocupou-se e chamou para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara a angústia do que está acontecendo em Manajás. Conclusão da história: declararam efetivamente 4 casos de febre purpúrica brasileira. Foi isolada a bactéria que transmite essa febre, porém, não se conhece o veículo da contaminação e do contágio, que pode ser contágio direto ou pelo ar.

A Secretaria de Anajás está espantada! Esse é um descaso total, é uma questão de saúde pública não só do Pará, como também do Brasil e do mundo. É a humanidade que está em jogo! Por outro lado, há a possibilidade de que algum terrorista pegue, roube, como na PETROBRAS, e isole essa bactéria, quando podemos ter uma guerra bacteriológica. Tudo isso desde a Amazônia, com simplicidade, mas com brutalidade e com uma extensão para o mundo todo. Oxalá, haja esperança quando, ao proclamar o Papa, coloque-nos de verdade no ponto de luta até o fim por uma Amazônia viva, por uma Amazônia humanizada, por uma Amazônia cristianizada, por uma Amazônia com horizonte.

Desculpem-me. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradeço pelos esclarecimentos ao Bispo Prelado de Marajó.

Concedo a palavra ao Sr. Erwin, Bispo Prelado do Xingu, por 15 minutos.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Sra. Presidenta, Sr. Senador, meu grande amigo Arcebispo de Manaus, Vice-Presidente da CNBB, meus irmãos Bispos, Deputadas e Deputados.

Depois do relato do nosso irmão Dom José Luís Azcona sobre esse assunto, não vou acrescentar mais nada. Vou falar do Xingu. Sou Bispo do Xingu. Estou lá há 43 anos, dos quais 27 como Bispo.

Quando falo do Xingu, certamente a maioria aqui presente pensa logo na hidrelétrica de Belo Monte; outros, talvez, pensem nos índios, nos povos indígenas de lá; e outros, ainda, coloquem em primeiro lugar a situação do meio ambiente, pensem em São Félix do Xingu, lembrem-se do trabalho escravo, e assim por diante.

É muito difícil, em poucos minutos, fazer um relatório, mas vou tentar, pelo menos, fazer um resumo. O que vou passar a V.Exas. é para que saibam também de onde partem as ameaças.

Há um ditado que diz: “Não se pode acender uma vela a Deus e outra ao Diabo”. Temos de tomar posição. Não somos pessoas revolucionárias que querem declarar guerra a quem quer que seja. Quando tomamos posição em favor dos povos indígenas, automaticamente somos contra os interesses ambiciosos e gananciosos de certos segmentos da sociedade que querem enriquecer

Graças a Deus, tem um juiz, com juízo mesmo, que agora parou essa... (Pausa.)

Eu tenho a palavra, mas respeito o lugar onde estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Janete Capiberibe) – O senhor pode... (Risos.)

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – A senhora está me provocando, heim? (Risos.) Graças a Deus, tem um juiz ajuizado que parou. Não sei o que vai dar.

Belo Monte, mais uma vez, não é para o Pará. Belo Monte é para o Sudeste. Eu não sei como serão as linhas de transmissão. Há estudos científicos que desaconselham. Nós não estamos simplesmente contra uma hidrelétrica. Estamos querendo que se ouça também o outro lado, w esse outro lado está sendo terrivelmente silenciado. Por que não chegam em Altamira e dizem: “Meu bom povo de Altamira, agora vamos colocar para vocês todas as vantagens de Belo Monte”. E depois: “Também temos a coragem de indicar os prejuízos, as desvantagens irreversíveis que Belo Monte vai trazer.” Não se faz isso. O povo está sendo enganado a palavra correta é essa porque só recebe a metade da instrução, o resto não interessa.

A segunda questão ligada também a Belo Monte é relativa aos povos indígenas. Houve quem falasse abertamente: “Por causa de uma dúzia de índios, a gente não vai parar um projeto que tanto benefício trará ao Brasil.” Colocamos os índios como uma meia dúzia que veio do tempo da pedra lascada. Os índios têm direitos, meus irmãos! E direitos constitucionais. Os políticos, onde quer que estejam, têm a obrigação constitucional de defender esses direitos. Nós não vamos nos calar. Enquanto um índio for prejudicado, nós vamos abrir a boca, doa a quem a doer, porque nós estamos defendendo os direitos dos primeiros habitantes desta terra todos os outros vieram depois. Temos essa obrigação grave. Marechal Rondon disse que o Brasil deve pagar a dívida que tem para com os povos indígenas.

Ao abrir o jornal hoje de manhã, verifiquei que mais uma vez se demonstrou claramente qual é a situação e a realidade dos povos indígenas na Amazônia.

Terceiro ponto: o caso das ameaças. As ameaças não partem do zero. As ameaças têm como pano de fundo a insatisfação para com a posição de quem está do outro lado. As ameaças sempre são fruto da irracionalidade. Nós queríamos ouvir argumentos, mas quando não há argumentos, costumam dizer: “Vamos estourar os miolos dele, porque o máximo que se pega é meio ano de prisão.” Textualmente e com aspas. Por não terem argumento, então, os argumentos passam a ser a execução de alguém. Eu não estou inventando casos.

Como já foi dito pelo nobre Senador, hoje mais uma vez acontece um julgamento em Belém do Pará. O julgamento de uns, mas faltam os dos outros. Não somos nós que vamos inquirir, mas queremos que esse consórcio de crime seja finalmente desvendado e colocado a público. Isso é o mínimo que nós exigimos. Estou falando com o Bispo da Prelazia do Xingu, na qual a Irmã Dorothy trabalhou desde 1982. E lá está o vigário, o pároco de Anapu, que há 10 anos ou mais trabalhou naquela região. Nós exigimos, nós não pedimos. Nós pedimos esmola. Nós exigimos justiça. Nós não queremos nos vingar, mas aqueles e aquelas que são responsáveis pela morte de mais uma inocente têm que ser punidos na forma da lei. Isso é o mínimo que se espera.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Erwin, eu gostaria de um minutinho para convidar o Senador Eduardo Suplicy para vir à Mesa. S.Exa. chegou ao plenário.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Prazer. Chegou na hora da minha fala e perdeu, infelizmente, a fala de Dom Luís Azcona. Mas podem lhe passar por escrito depois.

S.Exa. estava no enterro da Irmã Dorothy Stang, inclusive cantou em inglês. Seja bem-vindo.

Então, quem exige hoje a punição na forma da lei é ameaçado e colocado como inimigo.

Já estou encerrando. Agora, estão me dizendo que tenho de continuar – vou aproveitar. Talvez alguém queira fazer alguma pergunta ao final, se algo ainda não foi esclarecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Erwin, o senhor ainda tem ainda 5 minutos.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Certo. Talvez alguém queira fazer uma pergunta ao final, se alguma questão não foi esclarecida.

A situação da Dorothy, do consórcio do crime e, finalmente, a situação que quero apontar também, a situação que fez Altamira tristemente famosa. Altamira é um lugar muito lindo, talvez um dos lugares mais lindos que Deus criou no Brasil – e não estou exagerando. Estou lá há 43 anos – cheguei novo lá. Altamira, infelizmente, tornou-se palco de crimes perversos que não se pode imaginar. Primeiro, os crimes de 1989 a 1993, dos meninos emasculados, que acompanhamos – a Dra. Celina está aqui, parece que acompanhou o processo. Eu mesmo assisti ao júri popular, no Tribunal de Justiça do Pará, estive lá em solidariedade às famílias. Os senhores e as senhoras não podem imaginar o que essas famílias sofreram ao receberem um menino, um filho de 12 anos ou menos que isso no colo daquele jeito, como a Dona Rosa. É como uma Pietá que não se pode mais pintar. Terrível! E foram condenados à reclusão entre 33 e 74 anos. Meus irmãos e minhas irmãs, só um está preso: um soldadinho. Até hoje, eu penso: será que ele foi o mais culpado de todos? Mas ele está preso.

E o segundo crime ligado ao abuso sexual – não à emasculação – de meninas, em Altamira, agora recentemente, foi a gota d'água que fez o copo transbordar, e os que foram temporariamente retidos se vingaram com outras ameaças. Esse caso parece-me estar sendo esquecido, simplesmente não ouço mais dele se falar, não sei no que vai dar. Mais uma vez, nosso empenho em favor da dignidade humana, especialmente da criança e da mulher em nossa região.

Graças a Deus, hoje, somos bem assessorados. Não quero elogiar ninguém de maneira barata, mas, por exemplo, nosso Procurador da República do Estado do Pará e a Dra. Celina mais uma vez estão aqui – têm nos ajudado muito nesse sentido de procurarmos, pelos canais legítimos, os direitos desse povo.

Era isso o que queria dizer. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradeço a Dom Erwin, Bispo do Xingu.

Antes de conceder a palavra a Dom Flávio Giovenale, gostaria de anunciar que obtivemos um consenso com o Sr. Fernando Antônio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; com a Sra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; com a Sra. Ana Celina Bentes Hamoy, advogada, Coordenadora do Departamento Jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o SEDECA-EMAÚS; com a Sra. Márcia Vasconcelos, Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da Organização Internacional do Trabalho OIT.

Manifestaram-se os que seriam nossos expositores, que participarão durante os debates. É muito difícil acontecer um momento como este.

Agradecemos a todos e a todas.

Há uma pessoa que precisa compor a Mesa, a quem chamo agora: Felipe Tavares Seixas, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

É necessária a sua presença aqui à Mesa, Sr. Felipe, porque o convite estava feito para os Secretários Estaduais de Segurança Pública do Amapá, do Pará e de Roraima. No Amapá e Pará, a rede tem grandes tentáculos. Todo o tráfico de mulheres e crianças sai pela fronteira do Amapá para o Oiapoque e para a Europa.

Chamamos o Sr. Felipe Tavares Seixas para compor a Mesa e fazer a sua exposição. (Palmas.)

Concedo a palavra a Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DOM FLÁVIO GIOVENALE – Sra. Presidente, membros da Mesa, Deputados e Senadores, participantes desta audiência pública, boa-tarde.

Sou Bispo de Abaetetuba, no Pará, um Estado grandioso em todos os sentidos e também nos problemas. O Pará é um Estado muito diferente. Enquanto, por exemplo, a situação do Xingu está na fronteira, onde estão chegando os grandes projetos, Abaetetuba está na foz do Rio Tocantins. Estamos pertinho de

Barcarena e do Pólo Industrial de Conde, que, atualmente, é o maior pólo industrial de alumínio da América Latina. E está caminhando, rapidamente, para se tornar o maior do mundo em termos de alumínio.

Portanto, enquanto outros estão começando, ou, já há vários anos estão enfrentando os desafios da chegada de grandes projetos, nós convivemos com eles. Ninguém vai dizer que deve sair todo aquele complexo do alumínio do Pará e do Brasil, mas temos de enfrentar o desafio para que ganhos sejam obtidos de todos os lados, especialmente para que o impacto social possa ser enfrentado.

Abaetetuba está localizada às margens do Rio Tocantins e tem 72 ilhas, o que, historicamente, favoreceu o crescimento de uma economia saudável feita de pesca, de lavoura, de olarias, de indústria da cana, de comércio fluviais os regatões que subiam toda a Amazônia. Infelizmente, junto com essa grande maioria de trabalhadores honestos, há também uma minoria que se aproveitou até da situação geográfica para se dedicar ao contrabando. O contrabando teve também uma “evolução”. O contrabando de cacau, de açúcar, de arroz, de relógios, de perfumes foi evoluindo para cigarros, drogas e armas.

Em 1997, a situação ficou tão grave, que a Folha de S.Paulo dedicou 2 páginas inteiras à problemática de Abaetetuba, chamando-a de “Medelín do Brasil”, tão grande era a importância do tráfico na região. Um ano depois, em 1998, no dia 19 de novembro, o tráfico deu uma demonstração de força, aproveitando-se do assassinato, por um PM, de um cidadão contraventor que é cidadão, é gente. Foi assassinado a sangue frio, e houve toda uma mobilização. Naquele dia 19 de novembro de 1998, foram queimadas as sedes dos 3 Poderes democráticos: o Fórum, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. Este ano, em novembro, vamos lembrar os 10 anos desse fato trágico.

Por isso estamos nesta situação. De lá para cá, passaram-se 10 anos, e Abaetetuba, volta e meia, aparece de novo na mídia nacional e internacional por causa de crimes trágicos.

Abaetetuba foi o primeiro município a implantar o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, depois das denúncias

feitas pelo Conselho Tutelar dos acidentes de trabalho que aconteciam com crianças escarpadas ou que perdiam o braço ou a perna nas marombas das olarias.

Em novembro do ano passado, houve aquela tragédia da menina que foi presa, durante 20 dias, numa cela junto com vários homens e ali seviciada e torturada.

A partir de vários fatos como esses, a Igreja se envolveu no combate às drogas. E as ameaças vieram como consequência.

Estou aqui hoje para conclamar todos a procurar soluções, porque mais do que continuar a rebater as denúncias, devemos encontrar soluções. Como dizia o cômico: “Depois da problemática, vamos tentar encontrar a “solucionática”.

A paz, o desenvolvimento, é sempre apresentada sob a forma de uma pomba, até pela imagem bíblica da Arca de Noé. Mas uma pomba, como todos os pássaros, precisa de 2 asas para voar. Se quisermos lutar contra as drogas, precisamos também voar com 2 asas: uma asa é a da repressão; a outra asa é a do desenvolvimento. Só uma asa não serve, só a repressão não funciona, como também procurar só o desenvolvimento sem repressão é ilusão.

Como estamos atualmente no que se refere à repressão? Como está a situação da Polícia em Abaetetuba? As Polícias Civil e Militar estão sem estrutura física e operacional. A Polícia Militar nunca teve um quartel próprio, funciona sempre em casa alugada. A Polícia Civil tem uma delegacia, que, depois do fato da menina, teve parte da carceragem desativada. O remendo ficou pior do que o soneto. Agora, quando alguém é preso por causa de qualquer coisa, é mandado para Belém ou, senão, para a carceragem do Centro de Recuperação, ou seja, a prisão, a penitenciária. A penitenciária, que há 2 ou 3 meses abrigava 120 pessoas, agora está com mais de 200, para uma carceragem prevista para 90.

A delegacia, já que estamos numa região fluvial, depois de anos e anos de existência, possui uma lancha, mas não tem gasolina e não tem efetivo para fazê-la funcionar.

O horário de trabalho dos policiais é organizado em 24/48 horas. Ou seja, trabalham 24, descansam 48 horas. Um delegado não pode continuar a investigação do delegado precedente. Resultado: as investigações vão na frente, na base do soluço.

Fui assaltado, no mesmo dia em que fui ameaçado. Fiz a denúncia na delegacia virtual. Em dez minutos, tudo foi resolvido de casa. Semanas depois, o delegado me disse: “Venha aqui efetivar.” Chamou-me num horário que não tinha ninguém. Deu-me todas as mordomias de Bispo: deu-me um delegado, um escritório, um escritório. Para passar a limpo as dez linhas que eu tinha escrito demorou 3 horas. No teclado, não se vê mais as teclas é preciso substituí-lo; o telefone não pode chamar, está bloqueado para chamada para celular; a Internet cai toda hora. Três horas para escrever dez linhas. Isso, com todas as mordomias que um bispo pode ter. Quem não é bispo...

Segundo, precisamos de uma polícia com melhor preparo humano. Não é a polícia que é corrupta. Há policiais corruptos. Não vamos colocar todo mundo no mesmo... Há policiais corruptos. São freqüentes os comentários de envolvimento de agentes ao tráfico de drogas. Até há o absurdo de um delegado que, graças a Deus, já foi afastado, chegou numa reunião a dizer que eles sabiam exatamente onde estavam as bocas-de-fumo de Abaetetuba, mas não prendiam ninguém por uma questão social, porque o tráfico de droga dava trabalho para as famílias. Graças a Deus, já foi afastado.

Outra questão é a prática da tortura. Estamos novamente, não saiu em público, com outro caso efetivado pela Polícia Militar, que prendeu um jovem de vinte anos e, na prática, executou-o. É um colega seu, depois de várias perseguições, foi preso e disseram-lhe: “Vamos te levar para a delegacia.” Mas, antes, levaram-no para um bairro escondido e o massacraram com paulada, para prepará-lo para o depoimento que ele deveria dar.

Já falei um pouco do Centro de Recuperação de Abaetetuba, que agora está superlotado.

Sonhamos com a presença da Polícia Federal. Não conseguimos ainda. Abaetetuba está dentro do raio de ação da Polícia Federal de Belém, mas, dada a gravidade da situação, dado que é rota do comércio internacional de droga, pedimos mesmo um esforço da Polícia Federal. Também pedimos aos senhores, com seu peso político, com sua intervenção, para que Abaetetuba possa ter uma sede, um quartel, um posto da Polícia Federal,

cuja ausência é um incentivo ao aumento do tráfico de drogas na região.

Passando para outra asa: como estamos em termos de prevenção? Sabemos que a prevenção se faz com 3 pontos: educação, trabalho e esporte/lazer.

Educação. Em Abaetetuba, até a 4ª série, temos escola em todas as comunidades podemos discutir ainda. Em Abaetetuba surgiu, 3 ou 4 anos atrás, reportagens dos alunos-jacarés, quer dizer, alunos que deitavam no chão para escrever no caderno porque não havia carteiras. Eram chamados alunos-jacarés.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há um gargalo, porém, de acesso à 5ª série. Esses são dados oficiais do Censo. Se observarmos essa segunda tabela, constataremos vagas para a 5ª série, cidade, interior e ilhas. O total de crianças que terminaram a 4ª série e em 2008 não encontraram vagas para a quinta foi de 1.245 alunos. Se não se construir nenhuma escola este ano, o déficit, em 2009, segundo as projeções, vai ser de 1.398; em 2010, de 1.285; em 2011, de 1591. Em 4 anos, vamos ter um déficit de mais de 5 mil alunos que terminam a 4ª série e ficam fora da 5ª série. Se nós nos iludirmos de que 80% deles ficarão em casa vendo televisão e coçando a barriga e 20% só entrarão para a marginalidade, vamos ter mais de mil pré-adolescentes ou adolescentes na marginalidade.

Ali temos o gargalo do ensino médio. Vejam as vagas para o ensino médio. Também temos um déficit em 4 anos de outros 5,6 mil. Portanto, jovens com 15, 16, 17 anos que terminam a 8ª série e não têm vaga para entrar no ensino médio. Colocando 20% daqueles da 5ª série mais 20% desses daqui, vamos ter 2,5 mil. Daqui a pouco, vamos precisar chamar a Força Nacional, fazer uma operação parecida com aquela do Rio de Janeiro.

Essa é a tabela de evasão escolar. De 2004 a 2006, temos de 1ª a 4ª séries. Vamos pegar, por exemplo, a tabela azul. Em 2003, começaram a 1ª série 6.437 alunos; em 2006, somente 3.646 terminaram.

Vejam essa segunda tabela. Temos as porcentagens de desistência de 1ª a 4ª séries. De 2003 a 2006, tivemos um abandono de 43%; de 2004 a 2007, tivemos um abandono de 36,68%. De 1ª a 4ª!

Vamos ver os números de 5ª a 8ª séries faltam 2 anos, não conseguimos os dados pelo Censo, do MEC, não havia possibilidade de fazer escola por escola. De 2003 a 2006, começaram 3.862; terminaram 2.200. Desistência de 5ª a 8ª séries de 43% dos alunos.

Ensino médio diurno. Vejam o desastre que aconteceu: de 2004 a 2006, 61% dos alunos abandonaram a escola. Vejam que na região Abaetetuba é o município que melhor condições tem no campo educacional é o melhor. Todos os professores de Abaetetuba têm nível superior. Quando tem concurso público, os abaetetubenses fazem a festa porque ganham todas as vagas. Portanto, se Abaetetuba está assim, imaginem como estão os outros municípios.

Outra coisa que se nota é a escola na contramão da história. O que quer dizer? A sociedade de hoje exige cada vez mais qualificação, e a escola é cada vez menos exigente. Até alguns anos, para ser aprovado no Estado do Pará, a média era 6; baixaram para 5, a fim de melhorar o desempenho, as estatísticas de aprovação. A dependência é uma farra na prática, essa é a palavra certa, porque se vai para frente sem preocupação.

O segundo ponto, depois da educação: trabalho e qualificação. Como estamos? Estamos a 35 quilômetros do maior pólo industrial de alumínio da América Latina. Agora, a PA-403, que une Abaetetuba a esse pólo, é pior do que queijo suíço – pior, porque o queijo suíço, pelo menos, é bom, mesmo com todos os buracos. Mas aquela estrada corta qualquer possibilidade de alguém lá querer trabalhar.

A UFPA, Universidade Federal do Pará, tem um campus em Abaetetuba que foi uma benção. Graças a ele, temos professores qualificados, mas não evoluiu para nenhum curso preparatório de técnicos ou engenheiros para o pólo industrial. Temos apenas cursos no campo de educação, de licenciatura.

Estamos sonhando. Dentro do projeto de educação do Governo Federal, lançado ano passado, tem o CEFET, uma escola técnica federal para Abaetetuba, prevista para começar em fevereiro parece que vai ser em agosto, mas até agora não saiu edital algum. Seria bom um compromisso dos Deputados aqui presentes,

especialmente dos paraenses, para que esse CEFET possa chegar mesmo em agosto.

A Diocese avançou com o Centro de Formação Profissional Cristo Trabalhador, que funciona há 5 anos. Agora, estamos estreitando os laços com a CEDUC, para uma parceria.

Especialmente, falta um plano de desenvolvimento socioeconômico para a região. Não é o município que pode fazer isso, mas o Estado. O Estado do Pará e a União poderiam dizer qual é o projeto socioeconômico e ambiental para aquela região.

Então, quais são os pedidos? Primeiro, há um projeto chamado Navega Pará, associado à utilização da fibra ótica da ELETRONORTE. Já está em Abaetetuba a fibra ótica na SEFA e na Universidade Federal. Por que não implantar logo esse projeto até o final de junho, para que a delegacia, o quartel da Polícia Militar possam estar conectados, possam ter melhores condições de trabalho?

Foi prometida a construção da nova delegacia. Eu pediria que se fizesse um esforço para que essa nova delegacia e o quartel da Polícia Militar fossem construídos nesse segundo semestre. Se pudessem ser inaugurados no dia 19 de novembro, quando lembraremos os 10 anos daquele fato trágico, daquela demonstração de força do tráfico, daríamos uma resposta à sociedade organizada: “Nós não nos rendemos ao tráfico; nós reagimos e somos gente de bem. Temos um Governo e um Estado presentes”.

Pedimos que as Polícias Civil e Militar façam um trabalho de inteligência para detectar os maus policiais e expulsá-los, a fim de que os bons policiais tenham condições de trabalho.

Por fim, pedimos a implantação de um posto da Polícia Federal em Abaetetuba isso, na asa da repressão.

Na asa do desenvolvimento, no Plano Plurianual, estão previstas 3 escolas para Abaetetuba 3 escolas pequenas, com 6 salas de aula. Solicitamos mais 2 de grande porte para a cidade. Com isso, vamos resolver o problema de Abaetetuba e dessa defasagem de sala de aula. Segundo ponto, garantir a presença da Escola Técnica Federal em Abaetetuba já em agosto próximo. Terceiro, trabalhar para que a Universidade Federal coloque cursos que respondam às necessidades da região, cursos no campo da indústria, da economia, do comércio. Às vezes, nem precisará levar um curso, um departamen-

to completo. Pode-se levar turmas. Qual é a diferença? Não precisa criar um departamento, por exemplo, de psicologia. Organizam-se apenas 2 ou 3 turmas, para o mercado não ficar saturado. Se para a universidade é complicado organizar um departamento, mias complicado ainda é fechá-lo.

Parcerias com ONGs, dioceses, com tantos outros que trabalham lá, com as empresas que estão lá. A maior delas é a Vale do Rio Doce. As empresas não são o resumo do diabo. Não! São compostas por pessoas. Com elas, dá para dialogar, brigar e negociar de igual para igual com dignidade dos 2 lados, sem demonizar ninguém e sem transformar alguém em anjo. Tanto nós como eles somos gente. Portanto, exigimos e damos respeito. Podemos dialogar.



Greenpeace/ Rodrigo Balça

Cujubim-RO, 02/12/2005. Serraria Fortaleza operando de maneira ilegal

Por último, peço um esforço não somente ao Pará, mas ao Estado brasileiro para a elaboração de um projeto de desenvolvimento para a região. Temos ali pertinho Moju, com os projetos todos de dendê. Temos Igarapé-Mirim e Abaetetuba que brigam para saber quem é a Capital Mundial do Açaí, muito gostoso por sinal. Temos tantas coisas bonitas. Mas, sem desenvolvimento, não vamos lutar contra as drogas. Vamos ter sempre meninas

e mulheres se prostituindo, se vendendo, porque onde não há desenvolvimento honesto a desonestidade se instala.

Termino, lembrando um fato emocionante de uma senhora que é um dos símbolos de Abaetetuba.

Uma das coisas bonitas de Abaetetuba, os paraenses sabem, são os brinquedos de miriti, vendidos no Sítio de Belém. Agora estão muito ativos o ano todo.

A princesa dos artesãos tem setenta e tantos anos. Ela ficou viúva muito nova. Mãe de vários filhos. Todos eles um é arquiteto, os outros são professores fizeram universidade. Quando se encontrou, naquela situação, ela fez um voto à Santa Rita, dizendo que se conseguisse educar os filhos sem se prostituir, iria construir não uma igreja, mas uma escola para as crianças. Assim o fez. A escola existe. A Nina Abreu está lá. Está viva. Depois de 2 derrames, continua viva.

Devo dizer que o problema da prostituição pela fome é antigo. Mas se não resolvermos agora não poderemos culpar os outros.

Abaetetuba, nos últimos anos, especialmente nos últimos meses, foi quase que o ícone da falta de respeito aos direitos humanos. Pode-se tornar o ícone também da resposta da sociedade e do Poder Público para dizer: “Nós não aceitamos essa falta; nós vamos construir uma nova sociedade”.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – O Senador Suplicy anuncia que está havendo votação nominal no Senado. S.Exa. vai se retirar, mas retornará daqui a pouco.

Agradeço a D. Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, os esclarecimentos.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Tavares Seixas, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

O SR. FELIPE TAVARES SEIXAS – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores convidados, senhoras e senhores, gostaria de brevemente relatar um pouco a situação, as limitações e as propostas da Polícia Federal para a região amazônica.

Nos últimos 5 anos, cerca de 6 mil policiais federais foram incorporados aos quadros, numa tentativa de reforçar realmente

o combate aos crimes de competência da Justiça Federal e que foram alargados, em 2002, para outros crimes interestaduais de competência da Justiça estadual. Essa realidade é um pouco da nossa limitação, que é o fato de a Polícia Federal ser cada vez mais demandada. Isso para mim e para os policiais federais é motivo de orgulho porque é um sinal de que é uma instituição que ganha respeitabilidade, ganha confiança e que por essa razão tem sido procurada, demandada.

Atualmente, em cada uma das capitais do Brasil existe uma superintendência com delegacias especializadas e no interior existem algumas delegacias que fazem o que chamamos de clínica geral, ou seja, não existe aquela especialização por assunto, mas existe uma unidade que deve dar conta de todas as atribuições da Polícia Federal.

Na região amazônica, tendo em vista a grande extensão territorial, essa situação fica um pouco complicada, sim, como disse o convidado no caso de Abaetetuba, pois está próximo de Belém. Há uma dificuldade em se colocar uma unidade da Polícia Federal lá, porque estaria na circunscrição de Belém, e outras delegacias talvez tivessem uma prioridade tendo em vista uma distância maior.

Sabemos que a ocupação da Polícia Federal precisa ser mais presente no País, mas isso é algo que está sendo realizado. Os concursos têm sido realizados. De 2002 para cá, foram 2 concursos, 6 mil policiais. Está previsto um novo concurso para o ano que vem, o orçamento da Polícia Federal vem crescendo e as ações também.

Uma das limitações que encontramos é de ordem constitucional e legal. Essas são as atribuições.

Temos a exata noção de que a Polícia Federal não é a solução para o problema da repressão e responsabilização neste País. Precisamos, sim, resgatar as polícias estaduais que precisam ser resgatadas. Naturalmente, temos ótimos exemplos no País. Mas verificamos que em muitos casos há, sim, polícias com efetivos reduzidos, com estruturas precárias e com falta de capacitação.

É preciso um esforço para que haja uma atuação integrada entre a Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar, sem prejuízo da atuação da Polícia Rodoviária Federal.

O efetivo da Polícia Federal hoje, salvo engano, é de cerca de 12 mil homens. Não chega ao efetivo da polícia do DF, considerando Polícias Civil e Militar.

Então, é impossível imaginar que a Polícia Federal realmente conseguirá resolver o problema de criminalidade no País. É para isso que temos as outras polícias e é para isso que temos o pacto federativo e a distribuição de competências e atribuições.

Hoje é prioridade da Direção-Geral a região amazônica. O Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa, tem dito isso insistentemente quando entrevistado. Concretamente, nas últimas duas turmas, a grande maioria dos policiais foram lotados na região amazônica e há promessa de que a grande maioria dessa próxima turma seja lotada na região também.

Além disso, está em curso a Operação Arco de Fogo, que embora o mote inicial seja o combate aos crimes contra o meio ambiente, parece-me claro que a ocupação da Amazônia em, salvo engano, 14 pontos estratégicos vai contribuir com a redução de todos os outros crimes, tendo barreiras fixas não só da Polícia Federal. Mas com a Força Nacional Polícia Rodoviária Federal, IBAMA, INCRA, vamos conseguir resolver um pouco o problema fundiário, reduzir o tráfico de drogas, além de outros crimes praticados contra o meio ambiente, além da exploração sexual infantil.

Especificamente, nesse assunto que afeta a minha divisão, é importante dizer que o tráfico de pessoas, especialmente crianças e mulheres, é uma questão altamente complexa, envolve fatores sociais, relação de trabalho, fluxos migratórios. Na verdade, não deixa de ser uma anomalia nas relações de trabalho. Apesar de um fluxo migratório natural, através do qual as pessoas procuram uma vida melhor, envolve a exploração, o aliciamento e a rede criminosa. Diferenciar uma coisa da outra é difícil.

As vítimas normalmente não se vêem como vítimas. É muito comum, após a deflagração de uma operação policial, na hora de ouvir a vítima, ela negar ser vítima. Para ela, a exploração, na

origem, já é uma realidade. Então, o que diferencia a exploração no destino?

É preciso, sim, combater também a exploração na origem: as casas de prostituição, a exploração sexual infantil e a exploração sexual comercial. Infelizmente, esses outros crimes não são atribuição da Polícia Federal.

A Polícia Federal atua quando há interestadualidade ou caso de repercussão internacional. Nesse contexto, evidentemente, quando há conexão, é possível, sim, a Polícia Federal investigar os crimes correlatos.

Na verdade, o que me parece importante é essa visita que o CDDPH fará à região amazônica para verificar a atuação pontual integrada entre as polícias e qual será o papel da Polícia Federal nesse trabalho. Sem entrarmos em atribuições de outras polícias, para não criarmos qualquer problema institucional, mas no espírito de cooperação, de coordenação.

Coloco a Polícia Federal à disposição.

Somos parceiros e queremos ser parceiros. Sabemos que há deveres, mas queremos fazer algo mais com muita boa vontade.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Muito obrigado, Sr. Felipe.

A Comissão agradece ao Dr. Felício Pontes Júnior, Procurador do Ministério Público do Pará, pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Lima de Souza, Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, que dispõe de 5 minutos.

Recebemos correspondência, oriunda do seu Estado, justificando que V.Sa. não compareceria a esta reunião. Então, seja bem-vindo. É muito bom tê-lo aqui presente. Aliás, V.Sa. é o único a comparecer. Os 2 outros convidados, o do Amapá e o do Pará, não puderam comparecer.

O SR. CLÁUDIO LIMA DE SOUZA – Sra. Presidenta, Deputada Janete Capiberibe, Senador José Nery, é um prazer imenso estar aqui com V.Exas., mas, na realidade, eu vim mais para ouvi-los.

Parabenizo os Bispos D. Luís Soares, D. Erwin e D. Flávio pela coragem em denunciar. Eu estive à frente da Superintendência de Roraima, por aproximadamente 2 anos e 3 meses, concluído, recentemente, no dia 28 de março, e nunca recebi qualquer denúncia a respeito de ameaças a religiosos ou de combate ao tráfico de mulheres e crianças. Admiro muito a coragem dos senhores, mas para mim foi uma surpresa estarem aqui debatendo esse tema.

Com relação a ameaças, como Superintendente da Polícia Federal nunca as recebi, assim como denúncias dos próprios pais que tiveram filhos que saíram de casa ou desapareceram.

Assumi a Secretaria no dia 30 de março e tomei conhecimento de que foram instaurados vários inquéritos e prisão em flagrante com relação a crimes de costumes.

Atentados violentos ao pudor, no ano de 2006, na faixa etária de zero a 11 anos, foram 11; tentativas de estupro, 4; estupros, 17; favorecimento à prostituição, 2.

Na faixa etária de 12 a 17 anos: atentado violento ao pudor, 17; tentativa de estupro, 6; estupro, 35; favorecimento à prostituição, 10.

No ano de 2007, atentado violento ao pudor cresceu, na faixa etária de zero a 11 anos, de 26 para 65; tentativa de estupro, 4; estupro, 22; favorecimento à prostituição, zero.

Na faixa etária de 12 anos a 17: atentado violento ao pudor, 19; tentativa de estupro, 4; estupro, 54; favorecimento à prostituição, 12.

Tomei conhecimento dessas informações na sexta-feira, dia 2. Não me preocupei, porque eu pensava que o título da reunião para a qual fui convidado seria a situação de religiosos ameaçados de morte por combate ao tráfico. Como já sabia que não existia qualquer ameaça, fiquei... Mesmo assim, fiz uma pesquisa rápida. Por isso, as informações que tenho a respeito desse fato são somente essas.

Fico muito grato pelo convite. Estou muito satisfeito, como ouvinte. Espero tomar mais cuidado, agora, ao saber dos meus novos comandados a respeito desses fatos.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Neste momento, passamos aos debates.

Pelo Regimento, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB do Pará.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Obrigado, Sra. Presidente.

Senhores expositores, inicialmente, quero hipotecar minha irrestrita solidariedade a V.Sas. pelas ameaças que vêm sofrendo em função das denúncias feitas de crimes, que considero hediondos.

Quero externar o meu apoio ao trabalho social que as igrejas realizam, de grande importância para a nossa Amazônia. Embora seja alvo da cobiça mundial, ainda não conseguiu despertar essa cobiça entre os brasileiros.

Já demonstramos, senhores expositores, ao longo de 5 mandatos, que a Amazônia vem sendo discriminada. Temos cobrado a presença do Estado. A minha região, sudeste do Pará, é tida como violenta, mas não é. É uma região de fronteira agrícola, agropecuária e minerária e, conseqüentemente, atrai fluxos migratórios. De onde vêm os bons, vêm os maus também.

Na realidade, a ausência do Estado não é de hoje, e há várias causas. Uma delas começou com a estapafúrdia decisão de intervenção federal na Amazônia, através do Decreto-Lei nº 1.164, de 1971, que federalizou aquelas terras. Os Estados do Pará e Amazonas deixaram de existir. Cem quilômetros às margens das rodovias, construídas e em construções projetadas, eram áreas federais. Os órgãos INCRA, IBDF e tantos outros foram impotentes e incompetentes para gerir esse patrimônio fundiário e ambiental. É natural, é humano, que quem vem do Sudeste para a Amazônia não está acostumado com a nossa natureza. E quando chegavam e viam uma castanheira, não queriam saber se o valor econômico daquela árvore estava no fruto, que, à época, representava o segundo produto na pauta de exportação do Estado do Pará. Hoje a Deputada Perpétua até brinca com os paraenses, dizendo que a castanha-do-pará não é mais do Pará, é do Acre.

Vejam bem. A ausência do Estado é que ocasionou todas essas mazelas. A quebra do pacto federativo foi crucial para a Amazônia.

Eu sou amazônida D. Luís deve conhecer a terra onde eu nasci, Humaitá, criado em Manicoré, estudei em Manaus, desci e cheguei a Belém, fui adotado. De maneira que sou um amazonense, paraense, enfim, um verdadeiro amazônida.

Creio que essas distorções provocaram esse caos lá. Os nossos Estados, os Governos Estaduais, também não corresponderam às expectativas. Isso vem ocorrendo há décadas.

Nós, no Congresso, temos feito a nossa parte. Eu me permito discordar, com todo o respeito, de algumas opiniões, porque temos que fazer a divisão dos Poderes. A nós cabe legislar e temos legislado.

Com relação aos adolescentes. Tive a honra de participar da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Deputada Rita Camata e tantos outros companheiros.

A questão indígena, altamente complexa, envolve uma definição que até hoje é controversa, também tivemos o cuidado de elaborar um capítulo, na Constituinte, destinado aos índios, para protegê-los e às suas culturas e aos seus costumes e tradições.

O órgão encarregado da tutela não adianta, pode-se fazer a melhor legislação do mundo, mas, se não tiver quem a execute, é letra morta pelos índios, a FUNAI desculpem-me, eu tenho repetido inúmeras vezes – deveria ter sido extinta há muito tempo, porque não tutela coisa alguma.

Tenho minhas divergências com o Dr. Felício com relação à definição do que seja posse permanente indígena, porque o preceito constitucional, o § 1º do art. 231, é claro: tem que haver as 4 condições que são alternativas e não cumulativas. Basta que não exista uma delas e não é mais área indígena. Porque a permanecer essa visão tradicional, digamos assim, nós todos teríamos que ir embora, porque originariamente o Brasil era dos índios.

Temos de compatibilizar de tal maneira que possamos fazer com que os índios sintam-se realmente cidadãos, preservando a sua cultura, mas também aprendendo a nossa cultura.

O que vejo hoje, infelizmente, é que muitos procuram isolar o índio para tê-lo como “objeto”, entre aspas, para turistas estrangeiros, exatamente aqueles que não preservaram as suas tribos, que as exterminaram até, que não preservaram a sua natureza e,

agora, vêm nos dizer o que temos de fazer. Não! Aí é que está o erro maior, talvez até da nossa parte. Eu não ponho a carapuça na cabeça, porque tenho lutado muito aqui para que tenhamos um plano de desenvolvimento da Amazônia feito pelos amazônidas naquilo que nós conhecemos, naquilo que nós vivemos, naquilo que nós sentimos, daquilo que nós necessitamos e não impostos de cima para baixo, como vem sendo ao longo de dezenas de anos, de Brasília para a Amazônia, por tecnocracias que nunca puseram os pés na Amazônia, que não sabem o que é andar em uma canoa, que não sabem o que é um pé de seringueira, que não sabem o que é uma castanheira.

Então, creio que falta a nós, da Amazônia, uma união maior, necessária não só para o Amazonas, como também para o Pará e o Amapá. Nós temos de estar unidos em defesa daquilo que é nosso e não deixar que alienígenas venham dizer o que temos de fazer.

Eu me lembro de que, na Constituinte, aquele roqueiro Sting andou por aqui e já cuidando de áreas indígenas. Em uma semana que ele esteve no Brasil, desrespeitou até o Plenário mas aí a culpa era de quem presidia a Mesa, entrou com traje de roqueiro no Congresso Nacional para pregar que nós deveríamos ampliar as áreas indígenas. Eu entendi e fui à tribuna e disse que eu o respeitava como roqueiro. Eu tinha, naquela época, 50 anos, e não ousava dizer que conhecia a Amazônia. Ele, em uma semana, já era PHD em Amazônia.

Então, são essas coisas que nós não podemos aceitar.

Parabenizo os senhores pela coragem de fazer essas denúncias.

Digo-lhes que fizemos a melhor legislação tanto para os índios quanto para os adolescentes. Agora, cabe ao Executivo e ao Judiciário a sua parte.

Não podemos ser, nesta Casa, o receptáculo de tantas mazelas, não podemos ser responsabilizados por tudo de ruim que acontece neste País, porque lamentavelmente a mídia nos transformou nisso, talvez por algumas exceções que existiram nesta Casa e que denegriram a imagem do Congresso Nacional.

Tenho a convicção de dizer que a grande maioria dos Parlamentares são pessoas de bem que trabalham, que honram o seu

mandato e que procuram defender os interesses das suas regiões, dos seus Estados e do País, e entre eles eu me incluo.



Greenpeace/ Daniel Beltra

Mato Grosso, 17/9/2007. Vôo de Alta Floresta a Claudia (Amazônia Brasileira). O desmatamento não é apenas uma ameaça à biodiversidade e aos povos da floresta, mas também uma importante fonte de emissões de gases poluentes. O desmatamento é responsável por até 1/5 das emissões globais.

De certa forma, agradeço aos senhores pela coragem.

Nós nos colocamos à disposição para esta luta, que é uma exigência nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradeço ao Deputado Asdrubal Bentes.

Passo a palavra ao Deputado Sebastião Bala.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA – Obrigado, Deputada Janete.

Cumprimento todos, muito especialmente os bispos presentes, D. Luís Soares, o Senador José Nery e todos que nos acompanham, nesta tarde, nessa audiência pública, muito importante, da Câmara dos Deputados.

Quero falar em meu nome e no da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da qual sou Vice-Presidente. Há pouco, conversei com o Presidente Pompeo de Mattos, que está na Casa. Inclusive, se o horário permitir, gostaríamos de ter um encontro com os senhores na Comissão de Direitos Humanos.

Não sei se o horário vai permitir, porque, às vezes, precisam retornar ao Estado de origem. Mas gostaríamos de recebê-los na Comissão de Direitos Humanos, até porque estamos com requerimento pronto para convidá-los para irem àquela Comissão. Só que com a realização desta reunião, vamos ter que avaliar com os senhores se gostariam de ir a uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. É nossa intenção recebê-los em uma audiência pública para que possam ter uma nova oportunidade de fazer essas denúncias e pedir proteção de vida, que é o ideal número 1 de todos os que militamos nos direitos humanos.

Quero cumprimentá-los pela determinação e luta pelos menos favorecidos, pela defesa da igualdade e dignidade do povo brasileiro, sobretudo da Amazônia, e pela coragem de fazer essas denúncias.

É um escândalo para o nosso País as pessoas serem ameaçadas de morte porque apresentam denúncias, muitas vezes comprovadas e amparadas por órgãos de imprensa ou de investigação. Chega-se ao ponto de tirar a vida, como aconteceu com a irmã Dorothy. Então, qualquer ameaça contra religiosos neste País, sobretudo na Amazônia, tem que ser levada muito a sério, porque daí para que se transforme num fato, muitas vezes a distância é muito pequena.

Ao cumprimentá-los, ao garantir-lhes o apoio da Comissão de Direitos Humanos, ao reverenciá-los pela defesa de uma população oprimida, que vive numa situação social de desigualdade muito profunda, quero saber porque não ouvi na fala dos senhores, e é importante para nós – se os 3 bispos ou algum deles já procuraram os órgãos competentes para pedir proteção de vida. Há os programas de proteção. Seria importante saber qual encaminhamento tem sido dado nesse aspecto, porque queremos os senhores vivos, continuando a defender a população humilde

da Amazônia brasileira e a fazer denúncias tão contundentes. São assuntos realmente muito graves que requer atenção muito especial de toda a população brasileira, muito especialmente de nós, Deputados, e das autoridades do Poder Executivo.

Parabéns aos senhores pela presença aqui. Nossa solidariedade e nosso apoio. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Obrigada, Deputado Sebastião Bala.

Passo a palavra a Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO – Obrigada, Sra. Presidenta.

Cumprimento D. Luís Soares, D. Luís Azcona, Bispo do Prelado de Marajó (trabalhei muito com o Padre Giovanni Gallo naquela área), D. Flávio (gostaria, se possível, que me passasse todos esses dados expostos agora), D. Erwin Kräutler, Dr. Felipe e Senador José Nery.

Num dos problemas aqui abordados a questão do tráfico foi muito bem exposta por D. Flávio, pude sentir o que é atrapalhar o poder que o tráfico é no mundo.

Fui Vice-Presidente da CPI do Narcotráfico, uma das mais importantes que esta Casa já teve, e com resultados muito positivos. Aquela CPI foi um marco para que pudéssemos deslanchar uma política nacional.

D. Flávio, quero abordar a questão da prevenção. Somente se consome droga porque existe consumidor. A droga existe, é vendida e utilizada porque não há preocupação com a prevenção. Sempre trabalhei na prevenção. Fui Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes no meu Estado, fui do Conselho Nacional do Ministério, enfim, foi um trabalho que fizemos, e eu e meus amigos ficávamos o tempo todo fugindo. Eles tinham tecnologia de ponta. Começamos a sofrer uma série de perseguições. É muito comum fazerem isso quando começamos a atrapalhar.

Nós nos preocupamos com a violência à criança, ao adolescente, enfim, como um todo e também com o tráfico de drogas. Temos um compromisso. Eu, por exemplo, estou nesta Casa a

serviço do meu Estado, a serviço do meu País. Lamento profundamente não ter estado aqui desde o início. Estava participando, por iniciativa nossa... Hoje estamos com a Relatoria de uma proposta sobre regulamentação da profissão do artesão, que está mexendo com mais de 8 milhões de pessoas no País. Recebemos artesões e pessoas de vários segmentos, de vários Ministérios que fazem parte dessa estrutura e colocamos nosso trabalho à disposição de todos. Acho que é uma obrigação, não só nossa, amazônidas, mas do País todo. Tenho certeza de que esse eco será muito forte, muito grande dentro desta Casa. Não podemos ver só como amazônidas. Nós sabemos perfeitamente o que já foi abordado também pelo Deputado Asdrubal Bentes como esta Comissão é vista: não tem o devido valor, em geral é assumida por pessoas indicadas politicamente por partidos pequenos, mas tem uma importância fundamental para o desenvolvimento do nosso País, e do mundo também, na questão ambiental, enfim, de tudo aquilo que ela trabalha.

A Amazônia não quer ser vista de forma individualizada. Queremos integrá-la ao restante do País e, acima de tudo, queremos respeito na hora de sermos ouvidos, o que também foi dito pelo Deputado Asdrubal.

Aproveito esta oportunidade para manifestar nossa solidariedade ao que for possível e pudermos movimentar, seja através do meu partido, PMDB, que nacionalmente é um dos mais fortes, é o maior, seja com o Deputado Paulo Rocha e outros companheiros. Com certeza, estaremos integrados nesta luta junto com os senhores.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Muito obrigada, Deputado Elcione Barbalho.

Passo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO – Sra. Presidente, reverendíssimos bispos, companheiro da Polícia Federal, Senador, talvez alguém possa dizer que sou um infiltrado por ser do Rio Grande do Sul e estar na Comissão da Amazônia.

A luta em defesa dos humildes, dos pobres, dos trabalhadores, dos índios, dos negros, das mulheres, enfim, de toda a sociedade mais reprimida, não é somente nacional, mas também internacional.

Ouvindo o Deputado que se pronunciou primeiro, manifestando-se sobre os índios, no Rio Grande também há várias áreas indígenas demarcadas. Houve resistência.

Sempre tenho dito que Pedro Álvares Cabral não descobriu o Brasil. Na verdade ele invadiu o Brasil, porque os índios já estavam aqui. Este Brasil era deles, mas agora eles têm os naquinhos de terra e ainda há pessoas que acham que é demais. “Para que tanta terra para os índios, pois são vadios, não trabalham. Tem de mudar o jeito de eles viverem. Eles têm que se adaptar ao nosso jeito”. Então, temos que tomar muito cuidado quando tratar dos companheiros índios.

A questão dos negros. Sempre tenho dito que todos que estamos aqui temos alguma descendência: de italiano, de alemão, de polonês, de português. Eu, por exemplo, sou descendente de italiano, que veio para o Brasil em busca de melhores dias. Mas os negros foram trazidos presos em porões de navio. Até o nome deles foi trocado aqui. Então, temos uma dívida com os negros.

Foi aprovada na Constituinte de 88 e agora estão demarcando as terras por decreto do Governo Lula. Na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, há 8 decretos legislativos revogando os decretos governamentais. Está sendo aprovado um atrás do outro. Se não fizermos alguma coisa, nós e a sociedade, esses decretos governamentais vão ser todos revogados, tanto de demarcação de terras indígenas como das áreas dos quilombolas.

Cumprimento os senhores bispos pela coragem de fazerem essas denúncias. No Rio Grande, sofremos muita repressão, mas lá a questão é mais política, o debate é mais político. Lá no Pará, a coisa é na bala mesmo. A maioria dos casos é resolvido na bala. O Cel. Pantoja, que coordenou aquele massacre de Eldorado do Carajás, foi condenado a 150 anos de cadeia, mas está cumprindo essa pena em liberdade. Ele está solto, mas foi condenado a 150 anos de cadeia. A irmã Dorothy esteve aqui na Câmara dos Deputados para pedir socorro porque ela estava sendo ameaçada

de morte. Esteve até uns dias meio escondida por aqui. Ela nos disse um dia: “Vou ter que voltar para lá porque comigo está tudo bem, sou freira, sou irmã, mas e o coitado dos sindicalistas, dos companheiros sem-terra que não tem ninguém que os proteja? E aí acabou acontecendo o que aconteceu.

Estivemos em Altamira com a CPMI da Terra. Fizemos uma audiência na Câmara de Vereadores. Ao chegarmos lá, fomos recepcionados por centenas de fazendeiros, peões de fazendeiros e certamente muitos pistoleiros que não queriam nos deixar realizar a audiência ali porque estávamos denegrindo a imagem do Estado do Pará. A polícia teve que fazer um corredor polonês para podermos chegar até à Câmara de Vereadores. E foi feita uma negociação. Eles concordaram então que fizéssemos a audiência da CPMI, desde que recebêssemos uma comissão dos fazendeiros para eles nos entregarem um documento. Fomos à sala do Presidente da Câmara de Vereadores, e eles nos entregaram o tal documento. Acho que foi um equívoco do Deputado João Alfredo, que era o Relator da CPMI, e da Senadora Ana Júlia, que hoje é Governadora do Pará. S.Exas. reivindicaram o seguinte: “Nós recebemos o documento desde que vocês o modifiquem”. Porque tinha uma frase que dizia o seguinte: “A irmã Dorothy foi assassinada em legítima defesa”. Então, os companheiros solicitaram que retirassem essa frase. Acho que foi um erro. Devíamos ter pego aquele documento assim. Como pode uma senhora com 73 anos, que a única arma que tinha era uma Bíblia, ser assassinada em legítima defesa?

Meus caros bispos, parabéns pela coragem dos senhores. Estaremos aí para fazer pelos senhores o que pudermos.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Obrigada, Deputado Adão Pretto.

Neste momento, passamos aos debates. Chamaremos pelo nome aqueles e aquelas que faziam parte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Já passo a palavra a V.Exa. É que abriram mão da segunda mesa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Com a palavra o Deputado Paulo Rocha.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Sra. Presidenta, nobres Parlamentares, quero saudar os Bispos, na pessoa de D. Flavio, D. José Luís Azcona, D. Erwin e D. Luís Soares. Não sei se os senhores vão sair daqui mais desanimados ainda, porque, neste tipo de audiência pública, realmente, às vezes, falamos, e não somos ouvidos. Os Parlamentares que deveriam estar mais presentes não estão. Mas é o processo interno da Casa, e quero pedir aos senhores que não saiam daqui decepcionados porque o funcionamento é assim.

A veemência com que os senhores estão trazendo esses problemas para cá é exatamente movida pela terceira palavra do terceiro ou quarto ponto a que D. José Luís se referiu, que era a questão da esperança.

D. José Luís, quero dizer que nossa geração é muito movida pela esperança. Se não fosse, muitas mudanças não teríamos conquistado em nosso País. Porque o processo de dominação, o processo de controle que havia sobre o nosso povo era muito grande. Eu sou parte dessa geração. Já estou aqui nesta Casa há 17 anos, mas antes de vir para cá eu estive outros 17 anos no movimento sindical, na organização do povo. Aliás, quero dizer-lhe que aprendi muito com a nossa, como dizemos na militância, madre Igreja que muitas coisas não dependem só do político, não dependem estritamente de governos. É claro que esses são os maiores responsáveis, mas no processo há muitas coisas que dependem da organização do povo. Este sim. E foi isso que eu aprendi ao longo da história, da luta dos trabalhadores lá no Pará. De quantas missas nós participamos por companheiros que foram tombados na luta? Luta pela terra, luta exatamente pelo que os senhores estão agora a denunciar. Há quanto tempo isso existe lá no Pará, D. Erwin, que é o mais antigo desse processo.

Eu diria que há muitas coisas que dependem da chamada correlação de forças. O Senador José Nery está aqui e S.Exa. é meu parceiro na questão de se aprovar uma legislação mais dura no combate ao trabalho escravo. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição aqui em 1995, e nós ainda não logra-

mos construir uma maioria política capaz de aprová-la. A nosso ver, era uma legislação eficiente no sentido de combater e, quem sabe?, erradicar o tráfico, porque mexe com a questão da propriedade, mexe com a questão do confisco da terra para a reforma agrária. Ainda não logramos êxito. Desde 1995 esta proposta está tramitando nesta Casa. Isso porque existe uma correlação de força aqui na Câmara. Essas são as regras da democracia que nós conquistamos. E quantos de nós já fomos à luta, quantos de nós tombamos na luta, quantos de nós ainda continuamos no front dessa luta, desse embate, nesse processo de correlação de força?

Quero reforçar a idéia da esperança, para não ficar no discurso vazio. Sou um daqueles otimistas que afirmam que o Brasil está mudando, está avançando. Eu diria aos senhores, para ser justo, que não é só no Governo Lula, e eu sou do PT. O Brasil vem avançando ao longo de um processo, que é essa atuação de políticos importantes que vêm para cá e se dedicam, pessoas do movimento social, do movimento organizado, da luta do povo, nessa combinação de pressão, de mobilização e de diálogo.

Diria que lá no Pará, na nossa região, as políticas públicas estão chegando para o povo. Nas ilhas de Itaituba está chegando a casinha construída pelo INCRA. Nas comunidades em que não havia energia há séculos essa energia está chegando. Então, é um processo.

Perdoe-me, Dom José, mas Marajó está atrasada porque lá havia uma dominação maior das estruturas conservadoras, das estruturas dos domínios. Hoje se vê que é uma das regiões em que há os maiores problemas. Nem por isso está havendo ações governamentais e políticas. O senhor falou e vou lhe dar razão da questão dos planos. Tem um problema no setor público que é uma desgraça. E a questão da burocracia. Olha que já enfrentamos e mudamos muita coisa, mas essa tal burocracia no setor público é um processo que atrasa, que é lento. O senhor viu o Presidente da República ir a Marajó lançar o linhão, que nem sequer saiu da estação.

Há vontade, há decisão política, mas falta o processo. Ali está o companheiro do Ministério da Integração, Coordenador do Plano de Desenvolvimento do Marajó. Quero dizer a ele que esse

plano não está jogado fora. Dr. Luís, está demorado, é verdade, mas não está sendo jogado fora. Amanhã mesmo o Governo, o Presidente Lula, vai se encontrar com os 8 Governadores da Amazônia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Júlio Miragaya.

Continuando, o Presidente vai se encontrar amanhã com os 8 Governadores da Amazônia e eles vão fazer o ajuste do lançamento do Plano Amazônico de Sustentabilidade – PAS. Quer dizer, faz parte já de todo esse processo de debates que nós mesmos da bancada da Amazônia promovemos. Todos nós que estamos aqui fizemos um processo de debate, inclusive na nossa região, Estado por Estado, para contribuir nesse processo de desenvolvimento.

Como temos a pecha de sermos muito político e em seu discurso o senhor jogou muita a responsabilidade para nós, eu queria lhe dizer que há um esforço muito grande. Sou um grande defensor da nossa bancada do Pará e da Amazônia, porque há uma atuação forte. É preciso mais unidade, mas há um processo de intervenção política dessa bancada. Falo aqui porque sou coordenador da bancada do Pará e agora estou fazendo parte de uma coordenação da bancada da Amazônia. Falo no sentido de fazer com que a Amazônia seja vista pelos brasileiros não com aquela visão mais colonialista ou só de contemplação, mas como um pedaço do Brasil que faz parte do desenvolvimento. Com suas especificidades e com suas diferenças ela tem que ser vista pelos governantes, pelos políticos, pelos empresários, enfim, pelo povo nesse processo.

Eu diria que há um esforço infelizmente lento para dar respostas a esses graves problemas que nos indignam. Lembro-me que esses problemas lá do Estreito de Breves não são de agora. Antes de eu ser Deputado isso já existia. Quando eu era da CUT, quando eu era dirigente do Sindicato dos Gráficos, nós é que fazíamos essas denúncias. Então, é um problema realmente ao qual nossa geração tem que dar respostas. Mas eu diria ao senhor que estamos nesse processo.

Esta Comissão aqui, chamada Comissão da Amazônia, foi um espaço conquistado graças à mobilização da força política da

Amazônia. Transformamos esta Comissão num fórum agora permanente e institucional da Câmara dos Deputados. Ela agora faz parte do processo legislativo da Câmara dos Deputados. Foi um processo de mobilização da bancada da Amazônia e de todos os outros Estados, que agora transformaram esta Comissão numa caixa de ressonância dos problemas da Amazônia, dos problemas da nossa região, para que os amazônidas sejam ouvidos. Os senhores, por exemplo, estão trazendo para cá os nossos velhos problemas, as nossas velhas mazelas. Isso sem perder a esperança, num processo de união do povo, de organização do povo. Com o destemor de pessoas como os senhores e com a presença política de bancadas importantes, que possamos buscar a solução desses nossos problemas.

Muito mais como companheiro do que como Deputado, porque já vivi isso ao longo dessa nossa militância, eu sei que a primeira coisa que os órgãos competentes nos oferecem é um policial para ficar do lado, uma proteção, não sei mais o quê. Sinceramente, sentimo-nos impotentes diante de uma situação como essa. Sentimos essa impotência constantemente por viver num País com tanta liberdade, já num processo de bastante democracia, mas as pessoas se sentem acuadas, pois estão sendo ameaçadas na luta por uma sociedade melhor, na luta pelos direitos humanos de um povo que batalha, que vive numa Amazônia tão bonita e tão bela.

Então, muito mais importante do que a minha solidariedade é o companheirismo que temos de ter neste momento. E, pela nossa experiência, sabemos também que temos que nos preocupar com a nossa própria guarda, porque não basta só uma proteção institucional. Pessoalmente temos que ter esse cuidado maior, porque esse tipo de gente que pratica esse tipo de ação vive à espreita, às escuras, às escondidas. Se não estivermos preparados, tornamo-nos vítimas fáceis desse tipo de armadilha, de espreitas, de covardias. Minha solidariedade é traduzida principalmente pelo companheirismo nessa luta pela nossa Amazônia, pelo nosso povo. (Palmas.)



Greenpeace/ Alberto Cesar Araujo

Anapu, 14/2/2005. Cortejo Com o Corpo da Irma Dorothy.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradecemos ao Deputado Paulo Rocha e pedimos desculpas, porque na lista dos Parlamentares aqui não foi colocado o seu nome. Peço desculpas, então, como Presidenta desta Comissão da Amazônia. Muito obrigado.

Dom Erwin, Bispo Prelado do Xingu, terá de sair desta Casa às 18 horas para pegar o avião. Então, vou passar a palavra, antes de dar início aos debates, ao Dom Erwin, para que possa fazer uso da palavra, fazer suas considerações e deixar ainda alguma recomendação aqui nesta audiência pública que achar necessária.

Com a palavra o Dom Erwin.

O SR. DOM ERWIN KRÄUTLER – Muito obrigado pelo convite e pela presença das ilustres autoridades. Esperamos que a palavra esperança cale fundo em nosso coração e que possamos ver dias melhores.

Queria responder apenas ao nobre Deputado Sebastião Bala Rocha, do Amapá, nosso vizinho, a respeito da segurança. Só para dirimir algumas dúvidas, segurança e proteção não nos foram nem tanto oferecidas, mas, eu diria, até impostas. Não estou

reclamando, mas insistiram que não havia outra possibilidade de reagir a não ser aceitar. Tenho de declarar que há hoje 6 policiais militares se revezando em 2 turnos de 24 horas cada. Estou sendo vigiado, acompanhado 24 horas ao dia, dia e noite. Onde quer que eu esteja, eles estão junto. Eu os chamo até de coroinhas. (Risos.) Eles são fiéis, fidelíssimos. Uma vez até perguntei isso é hilariante e eu conto mesmo para uma irmã religiosa quantas vezes ao domingo ela participava da eucaristia. Ela disse: “Uma vez, é claro, não é?” Eu disse: “Pois é. Eu tenho coroinhas que participam 3 ou até 4 vezes. Em tantas missas quantas o Bispo reze eles estão. (Risos.) Mas isso é só

Agora, naturalmente, tem que ver como isso vai ficar. Eu me sinto hoje preso na própria casa. Qualquer passo que dou para fora, eles estão juntos, um na frente, outro do lado, outro atrás. Em todas as reuniões, mesmo nas visitas. Não posso mais fazer visitas facilmente. Se sou convidado para um almoço, é o bispo convidado para o almoço com mais 3 homens. Eu até me sinto mal porque quero convidá-los também. Mas não, estão lá de sentinelas, de vigilantes, de guarda-costas. Isso não é fácil.

Estou também cerceado na minha missão. E digo isso com todas as letras. Eu faço tudo que fiz até agora como bispo, mas, fora de brincadeira, não sou um herói, de jeito nenhum. Eu não sei até quando vou agüentar. Os adversários – nem os chamo de inimigos estão exatamente contando com essa reação: o bispo não vai agüentar, vai entrar em parafuso, vai pendurar as chuteiras e vai cair fora. É isso o que querem.

O que se faz, eu pergunto, para descobrir de onde parte isso? Alguém escreve no jornal de maior circulação no Pará e até da Amazônia que “pessoas como esse bispo de Altamira têm que ser eliminadas”. Está no jornal podem olhar, podem ler tranquilamente do dia 4 de junho de 2006. E nada aconteceu. Está no dossiê, podem ler. E nada aconteceu.

Depois falam até de prêmio, marcam o dia da minha morte. Não passa do dia 29 de dezembro. Até quando? Podem chamar isso de terrorismo psicológico, mas temos experiências no Pará. E não estou falando no Pará. Isso às vezes me dói, porque todos, pelo que eu saiba, todos aqueles que fizeram o que fizeram não

eram paraenses mas o Pará leva a fama. Então, eu não entendo até onde podemos chegar e qual será, afinal de contas, a conclusão disso tudo. Telefonaram para a própria Juíza de Altamira, na quinta-feira da semana da Páscoa, dizendo que o bispo foi executado. Será que não se vai rastrear para saber de onde partiu aquilo? De manhã corria o boato por Altamira de um telefonema, de novo de Belém, da Capital, dizendo que o Padre Amaro, que estava sentado aqui há pouco, foi morto a bala. O que é isso? Até quando vai isso? É o que me pergunto. Então, nossa insistência é exatamente para que se apure de onde parte isso. E eu só acenei um pouco. Eles identificam o bispo com inimigo número um porque dizem que é contra tais e tais projetos, porque defende os índios, porque defende o meio ambiente, porque faz isso, aquilo e aquilo outro. Mas então é preciso saber de onde parte isso. Essa é minha preocupação maior.

Minha insistência é para que os órgãos competentes façam tudo. Eu sei que está acontecendo alguma coisa na Polícia Federal, mas temos que apurar isso, porque eu não vou querer ficar sendo acompanhado até o dia em que entregar a minha alma ao Criador. Eu quero de novo a liberdade de ir e vir como qualquer outro cidadão brasileiro. Não posso ficar cerceado em minha liberdade de ir e vir; eu não cometi nenhum crime em minha vida, pelo contrário, insisti sempre na luta pelo Evangelho, pelo bem e na defesa da dignidade humana e dos direitos humanos dos povos do Xingu.

Era o que eu queria dizer. Agradeço a todos. Desculpem. Estou meio cansado porque viajei a noite inteira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Mas isso não tem nada a ver, estou seguindo agora para Belém, nossa Capital, e amanhã já vou para o Alto Xingu Tucumã, Ourilândia. A minha vida é essa.

Obrigado.

(Não identificado) – Só por curiosidade: os “coroinhas” estão com o senhor aqui em Brasília também?

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Não. Não fale alto, por favor. (Risos.) Pelo menos na Capital Federal, aqui dentro, certamente não vai precisar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Erwin, o senhor falou uma coisa muito forte: será que a solução para a manutenção da vida de vocês 3 é a vigilância durante 24 horas? Eu digo que não. Ela é necessária, mas é preciso também promover um debate sobre o caso, como este que fazem aqui as Comissões da Amazônia e de Direitos Humanos do Senado, porque esta é uma questão urgente.

Nós, juntamente com o Senado, solicitaremos ao Presidente Lula uma audiência para lhe entregar um documento contendo o resumo desta audiência pública e para lhe pedir que constitua uma força-tarefa, formada por vários órgãos do Governo Federal, com urgência, a fim de apurar em Marajó todas essas ilegalidades. Incrível que tudo o que vocês relataram aqui é ilegal! Nós vamos fechar os olhos diante disso? Vamos relatar ao Presidente Lula essa necessidade.

Dom Erwin, muito obrigada pela coragem de fazer aqui esse depoimento.

Vá com Deus e boa viagem.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Fiquem com Deus.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dando continuidade ao debate, concedo a palavra à Sra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humano da Presidência da República.

A SRA. LEILA PAIVA – Boa-noite. Abro mão das formalidades, em nome da garantia da fala de todos os presentes, e cumprimento as pessoas responsáveis pela realização desta audiência, e principalmente as pessoas que vieram de seus Estados para publicizar essas denúncias, para nos chamar a atenção, para nos cutucar mais uma vez.

Eu poderia fazer uma fala indignada, como mulher, como defensora de direitos humanos, como mulher que nasceu na Amazônia, mas, como gestora pública, tenho a obrigação de enfatizar o que estamos fazendo diante dessas denúncias. Mesmo não fazendo, sinto-me muito indignada com todas essas questões.

Temos, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, um canal de comunicação entre a população e o Poder Público Federal, o Disque 100, um canal nacional de denúncia, que todas as pessoas conhecem, que é legítimo e muito utilizado já recebemos mais de 60 mil denúncias pelo Disque 100. O Estado do Pará ocupa o quarto lugar no ranking nacional de denúncias. Esperamos que esses números sejam utilizados para pautar nossa política pública.

Avaliando esses números, no ano passado, iniciamos um processo de priorização de algumas ações no Pará. Aprovamos vários projetos, especialmente projetos que fortalecem as redes locais. Não é nossa intenção ter uma receita nacional para algumas dessas questões. A exploração sexual de crianças e de adolescentes, a violência sexual como um todo não pode ser tratada de uma só forma no Brasil.

Falando de Amazônia, então, essa diferença de territorialidade, de realidades é mais séria. Quando apoiamos, por exemplo, conselhos tutelares com carros, ouvimos da Amazônia que não bastam carros, que precisamos apoiar também com barcos, caso contrário não conseguiremos atingir toda a população.

Então, as realidades são muito diferentes. Estamos querendo que as redes locais nos dêem essas receitas: como devemos fazer para fortalecer as redes e criar políticas demandadas pela própria população? Não é fácil, especialmente porque vivemos em um País sexista, adultocêntrico. Quando falamos de Amazônia, isso ainda é mais sério. Falar de Nordeste, de Norte no Brasil é falar de regiões muito machistas, muito sexistas. Tanto que os políticos que foram acusados de abuso sexual ou de exploração sexual que tiveram seus nomes publicizados, inclusive, pela CPMI de 2003, 2004, foram reeleitos.

É só um exemplo de que o Poder Público sozinho não pode realizar todas as ações necessárias para mudarmos essa realidade. É preciso mexer com a questão cultural, mudar um pouco a visão que temos de sociedade; é preciso mudar a forma de tratarmos a questão da sexualidade neste País; é preciso mudar a correlação de força entre homens e mulheres, especialmente nessas regiões.

Inclusive, agendamos para os dias 15 e 16, no Pará, uma audiência a fim de pensarmos um plano específico para aquela região. Algumas coisas que estamos fazendo acho que vão ajudar tanto a Região Norte quanto as outras. Estamos internacionalizando o serviço disque-denúncia para recebermos denúncias também das cidades de fronteira. Nas fronteiras secas no Norte há casos seriíssimos de tráfico de crianças e adolescentes. Não podíamos receber denúncias dessas cidades gêmeas, mas passaremos a recebê-las. Estamos disseminando o chamado depoimento sem dano, que nasceu no Rio Grande do Sul. Para vocês entenderem a diferença, ouvi, por exemplo, de uma psicóloga, em Rondônia, onde nasci, a seguinte experiência: “A gente entendeu que o pai era agressor porque quando a menina viu o jacaré, ela se referiu ao pai como se ele fosse o jacaré.” Eu lembrei que brinquei com jacaré quando era pequenininha. O jacaré não é exatamente esse monstro que imaginamos.

Então, estamos levando essa experiência do depoimento sem dano, do Rio Grande do Sul, para o a Região Norte. Já vamos discutir no Pará, dias 15 e 16, a implantação de salas de depoimento sem dano, em Belém e em Ananindeua, inicialmente. Acho isso importante porque humanizaremos a participação de crianças e adolescentes nos processos de segurança e justiça. Às vezes eles são as nossas únicas provas. Ouvimos hoje alguns relatos. Mas acho que isso tudo não basta. Precisamos nos mobilizar.

Estou com os contatos de todos vocês. Vamos mandar convites para que participem dessa audiência que será realizada nos dias 15 e 16 a fim de sairmos de lá com um plano conjunto.

A outra vertente é a questão da repressão. Temos conversado com a Polícia Federal de que forma podemos ajudar a aprimorar esses espaços de responsabilização, dando uma retaguarda para as vítimas. Acho que esse é o maior papel do programa de proteção de crianças e adolescentes e de garantia dos direitos humanos.

Estamos cientes dessa situação. Recebemos hoje, oficialmente, de Celina o relatório. Vamos avaliar, junto com a ANCED, a possibilidade de alguns casos serem acompanhados prioritariamente através de um projeto, não só por advogados locais, mas também por advogados de fora, o que acho que minimiza a

questão das ameaças. Podemos pensar, nos dias 15 e 16 — deixo aqui o convite para o Dr. Felipe, depois entrarei em contato com ele para formalizá-lo, que outras ações de inteligência, de repressão podemos implementar.

Coloco-me à disposição de vocês. Estamos na Secretaria e estaremos no Pará nos dias 15 e 16 para pensarmos junto com a população do Estado como melhorar esse serviço de proteção que hoje implementamos através da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradecemos à Sra. Leila Paiva, que ocupa na Presidência da República o cargo estratégico de Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Como Presidenta da Comissão da Amazônia, peço desde já a você que se una a esta Comissão no sentido de garantir uma audiência com o Presidente Lula para tratarmos do assunto que estamos discutindo aqui.

Tendo em vista a gravidade dos fatos, conto com o apoio dos membros do Governo Lula, como o Dr. Fernando Antônio dos Santos, para que esta Comissão consiga chegar ao Presidente. Para tanto, até deixo com vocês o número do meu telefone: 9654-9223.

Passo a palavra ao Dr. Felício Pontes Júnior, Procurador da República no Estado do Pará.

O senhor é um dos “coroinhas”...

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Um dos 3.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Vários saíram, tanto que houve o esvaziamento da sala, mas, como bons “coroinhas”, já aprenderam ouvindo os que já fizeram suas exposições.

Com a palavra o Dr. Felício Pontes Júnior.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Obrigado, Deputada Janete.

Estou um pouco rouco em razão da maratona que estamos vivendo no Estado do Pará, mas gostaria de aproveitar a deferência

de dispor deste espaço para dizer que aquilo a que estamos assistindo aqui não é nada mais, nada menos, no entendimento do Ministério Público Federal, do que o final da linha de um projeto de desenvolvimento da Amazônia que não levou em consideração os povos da floresta.

Tudo o que está acontecendo aqui seria previsível se tivesse havido uma discussão pública dos planos de desenvolvimento empregados na Região. Não podemos de forma alguma dizer que houve omissão do Governo Federal durante os últimos 30 anos relativamente à Amazônia no que diz respeito a deslocar recursos públicos nacionais para a implementação do desenvolvimento na região. De maneira alguma podemos dizer isso. O problema é que lá foram implantados projetos importados, que não levaram em consideração os povos da floresta, muito menos as peculiaridades ambientais da Amazônia.

Entre 2001 e 2002, participei de força-tarefa do Ministério Público Federal em que começamos a trabalhar na fonte desses projetos de desenvolvimento. Descobrimos que a fonte desses projetos eram recursos que estavam em 3 principais agências de fomento da Região: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e SUDAM.

Pegamos primeiro a SUDAM. Analisamos, por amostragem, um projeto para saber se realmente havia sido aplicado dinheiro público federal naquilo que deveria ter sido aprovado. A conclusão foi de que houve fraude. No segundo projeto que pegamos, também de forma aleatória, constatamos a existência de fraude. No terceiro e no quarto projetos, já indicados pelas pessoas que nos auxiliavam, sobretudo sindicalistas e ribeirinhos que atuavam na região e sabiam onde o projeto estava sendo implantado, mais uma vez constatamos a ocorrência de fraude.

Esses projetos, todos fraudulentos, fizeram com que nós do Ministério Público Federal instituíssemos uma força-tarefa e chamássemos a Receita Federal e a Polícia Federal para nos auxiliar. O resultado foi tão dramático, mas tão dramático, que o Presidente da República à época teve de declarar extinta a SUDAM, dizendo que ali havia um antro de corrupção.

Aqueles projetos tinham basicamente, como mote de desenvolvimento, 2 atividades principais: madeira e pecuária. Primeiro

vinha o madeireiro e tirava a madeira nobre da floresta. Como depois disso a terra não lhe interessava mais, ele a vendia e, às vezes, até dava à pecuária, que terminava de colocar no chão o resto que havia sobrado da floresta, para iniciar seu projeto.

Esse modelo de desenvolvimento, que nós batizamos, por assim considerá-lo, de modelo de desenvolvimento predatório, é o grande responsável pelo que estamos vendo hoje na Amazônia. Muitas das populações onde esses projetos foram implantados eram populações tradicionais que tiveram de fugir para a periferia das grandes cidades da Amazônia, onde criaram um bolsão de miséria, um anel de pobreza.

O que vemos hoje, no relato de 3 pastores da Amazônia, 3 vozes que se fazem as vozes daqueles que não têm voz, 3 tenores em jogral magnífico e ao mesmo tempo aterrorizante sobre o que se está passando na Amazônia, é o fim da linha desse modelo de desenvolvimento.

É necessário construirmos um novo projeto de desenvolvimento para a Amazônia, e não é possível dizer que ele não exista: já existe há muitos anos mais do que imaginamos. A esse novo modelo de desenvolvimento nós do MPF chamamos de projeto de desenvolvimento socioambiental, que não é nada mais do que o que os povos das florestas fazem há milhares de anos. Eles sabem muito bem como tirar o sustento sem danificar a Amazônia. Refiro-me, por exemplo, a projetos de cultivo e extração de açaí, castanha-do-Pará, copaíba, andiroba, enfim, de uma infinidade de artigos que a maior biodiversidade do mundo nos dá, e que não são levados em consideração, não são financiados para que sua produção possa ser maior.

Hoje, Sra. Presidenta, um terço das exportações brasileiras um terço já é de produtos biotecnológicos. Toda a produção de açaí de Abaetetuba e de Breves, toda a produção de andiroba, toda a produção de castanha-do-Pará, toda ela é vendida no mercado. No momento em que os produtos são extraído, já há mercado comprador. Mas esse modelo de desenvolvimento está em choque com o modelo antigo, o modelo predatório. Temos necessidade de fazer com que o modelo socioambiental vigore. Mas como fazer isso, se é mais fácil extrair dinheiro cortando as ár-

vores do que esperando pelo menos 6 meses pela produção do açaí, ou anos pela produção da castanha-do-Pará ou do cacau? A extração de madeira é lucro muito mais fácil e certo. Ainda que ilegal, é muito mais lucrativa.

Estimamos que, no ano passado, a indústria madeireira tenha lucrado, somente no Estado do Pará, 800 milhões de dólares, dinheiro suficiente para sustentar uma milícia contra trabalhadores rurais, contra quilombolas, contra índios, contra os povos da floresta.

Então nossa luta não é somente contra o modelo de desenvolvimento arcaico, não, ela é também uma luta contra o poder econômico que se estabeleceu na região, por isso é tão difícil, por isso a Polícia Federal não tem condições de agir, com seu efetivo pequeno diante dos tentáculos que 800 milhões de dólares conseguem comprar.

A Polícia Federal está hoje em Belém, no Pará, na região de Paragominas. Nós detectamos agora na região de Altamira um grande desmatamento acontecendo. São vários processos acontecendo ao mesmo tempo, o que exige do Estado uma estrutura muito forte.

Eu teria muito mais a dizer, mas, dado o adiantado da hora, e para não sacrificar ainda mais as pessoas que estão aqui, eu queria apenas declarar que nós do Ministério Público Federal perdemos a paciência. Começamos, este ano, a propor ações não mais apenas contra madeireiros, fazendeiros, grileiros, mineradores ilegais. Estamos agora propondo ação contra o Governo Federal.

Graças a convênios que firmamos com organizações não-governamentais, temos hoje imagens de satélite quase que em tempo real, para descobrir onde está o desmatamento. Encaminhamos ofícios à Polícia Federal, ao IBAMA e, em alguns casos, ao INCRA, esperando que agissem. Como não agiram, estamos processando o que é o acúmulo, estamos processando os órgãos públicos federais, para obrigá-los a cumprir a sua missão, para fazer com que eles trabalhem.



Greenpeace/ Daniel Beltra

Pará, 30/8/2007. Trecho da BR 163, de Rurópolis a Morais D’Almeida (Amazônia Brasileira). Vista de uma queimada no Parque Nacional de Itaituba, onde queimadas são proibidas.

Há pouco tempo, houve uma repercussão muito grande de ação nossa contra o IBAMA, movida por causa do desmatamento em uma terra indígena. Já estávamos no quinto ofício ao IBAMA, que dizia não ter como chegar à terra indígena. E as imagens de satélite, a cada semana, a cada 15 dias, mostravam o desmatamento aumentando, aumentando. Imaginem o desespero do Procurador da República vendo aquela imagem na sua frente e sofrendo pressão da comunidade indígena para que fizesse alguma coisa, mas, ao mesmo tempo, do outro lado, ouvindo o IBAMA dizer que ou o carro não tinha gasolina, ou, quando tinha gasolina, não havia dinheiro para pagar a diária dos fiscais. Ou seja, o descaso é total, um verdadeiro abandono da região.

É preciso deixar claro que hoje temos motivos suficientes para processar esses órgãos públicos. Nossa intenção é justamente fazer com que haja presença estatal na Amazônia. Enquanto não houver, como Dom Flávio acabou de dizer, vai vigorar a lei dos mais fortes, e, se temos, de um lado, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, religiosos e, de outro, madeireiros, “sojeiros”, pecuaristas, já sabemos onde a corda vai quebrar.

Era só isso, excelências.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA – Deputada Janete, eu queria me reinscrever, para pedir um pequeno esclarecimento a mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Está bem.

Agradecemos ao Sr. Felício Pontes Júnior e o parabenizamos pela atitude.

Registramos a presença do cineasta Luiz Arnaldo Campos, membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, que se realizará em Belém do Pará em 2009. Seja bem-vindo.

Para breves intervenções, concederei a palavra aos componentes da Mesa.

Tem a palavra primeiro o Sr. Fernando Antônio dos Santos Matos, Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS – Saúdo, na pessoa da Deputada Janete Capiberibe, a todos os Parlamentares que, apesar do adiantado da hora, ainda permanecem nesta audiência pública, e, na pessoa de Dom Luiz Soares, Vice-Presidente da CNBB, os componentes da Mesa.

Hoje passamos o dia em companhia de 3 representantes da Igreja Católica do Pará. Nós, que vimos de uma luta de 25 anos em defesa dos direitos humanos lá no Nordeste do Brasil, ficamos impressionados com esse retrato, que não vou dizer que nos seja inédito, porque, desde setembro, quando assumi a coordenação do programa, tenho ido todo mês ao Estado do Pará, onde me reúno com sindicalistas, com ecologistas, com membros do Governo, com membros do Ministério Público Estadual, com membros do Ministério Público Federal. Esse diagnóstico gritante, essa indignação cidadã que os bispos nos trouxeram, isso só aviva o nosso empenho.

Os defensores dos direitos humanos, como disse Dom Erwin, não querem ser heróis, e o Brasil não precisa de mais nenhum mártir. Os defensores dos direitos humanos são pessoas movidas por um sonho, são pessoas que têm uma missão, à qual dedicam sua inteligência, sua coragem, sua capacidade de transformar este País em algo melhor. Quando esses defensores fazem

uma denúncia, como várias das que nos foram trazidas, deixa de prevalecer o interesse individual ou pessoal do denunciante e a responsabilidade passa a ser do Estado, interesse da sociedade. Então não se trata mais de algo do interesse de Dom Luiz ou de Dom Flávio, mas de uma responsabilidade do Governo e da sociedade do Pará, do Governo e da sociedade do Brasil. E não apenas do setor “A” ou “B” do Governo, ou do Parlamento, ou do Executivo, ou do Judiciário, e sim de todos nós que fazemos parte deste País.

Esta é a terceira audiência pública a que eu compareço, desde setembro. As 2 primeiras foram na Comissão de Direitos Humanos – na última, o nobre Deputado Sebastião Bala Rocha estava presente. Elas nos ajudam a apresentar o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, um programa ainda incipiente, até porque o tema é muito recente. Só em 1998 as Nações Unidas trataram do tema, e numa resolução. Não há um pacto, não há um tratado, não há uma declaração da ONU sobre a questão dos defensores dos direitos humanos. Nem mesmo os Programas Nacionais de Direitos Humanos, nem o 1 nem o 2, fazem referência à proteção aos defensores dos direitos humanos. Na Constituição, não há referência expressa aos defensores. Só na 10ª Conferência Nacional de Direitos Humanos há uma cobrança de instituição de política de proteção aos defensores.

Neste ano em que se completam os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, neste ano em que se comemoram os 20 anos da Constituição Cidadã, neste ano em que será realizada a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que vai tentar atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos, temos de registrar que os direitos humanos não acontecem em abstrato, eles só acontecem porque homens e mulheres dedicam sua vida a defendê-los, a promovê-los.

Ano passado, o Presidente Lula baixou um decreto criando a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Eu até trouxe uma apresentação em PowerPoint a esse respeito, mas, dado o adiantado da hora, não será possível mostrá-la. Mas posso informar que ainda este ano o Presidente enca-

minhará a esta Casa projeto de lei que permitirá a ampliação da rede do programa, criando critérios para ingresso.

Vou ser mais específico em relação ao Estado do Pará. A situação é grave. O que os nossos religiosos estão relatando aqui é o quadro que encontramos lá. A coordenação estadual do programa concluiu em dezembro do ano passado um diagnóstico da situação dos defensores. Foram realizadas 99 entrevistas, e, dado o tamanho do Estado, que abriga um mosaico de situações, os problemas são os mais variados: grilagem de terras, desmatamento, mineração, a questão indígena, reservas extrativistas, a biopirataria, o problema da geração de energia. Em todos esses setores, infelizmente, há defensores de direitos humanos sendo ameaçados, e numa proporção tão grande, que a própria Secretaria de Segurança Pública tem-nos relatado dificuldades para conseguir efetivo para essa atuação. Nós temos dito que não há para todas as pessoas necessidade de proteção policial 24 horas, aquilo que chamamos de proteção dura, ostensiva.

Dom Flávio, a minha pombinha tem de ter 3 asas, porque temos de atuar na prevenção, na investigação e na articulação. A prevenção inclui a proteção, mas na realidade ela busca evitar que as ameaças se concretizem. A investigação não é tarefa do Programa, é tarefa dos órgãos policiais, estaduais e federais. E a articulação, esta sim, é o lado que considero mais ousado e mais importante desta política pública. Deixar um bispo 3 anos acompanhado de policiais não ataca a causa do problema.

O grande desafio da Secretaria, do Ministro Paulo Vannuchi, é que esse programa sirva para articular as políticas públicas federais e estaduais que vão na origem do diagnóstico que Dom José, Dom Flávio e Dom Erwin apresentaram. E qual é a origem? Na maioria das vezes, origens econômicas o modelo de desenvolvimento econômico está na raiz do problema. Outras são questões de ordem social.

Temos de atuar. Temas que nos parecem não ter nada a ver com direitos humanos estão estritamente ligados. Por exemplo, a questão da Hidrelétrica de Monte Belo está no âmbito do Ministério de Minas e Energia, na ANEEL. Quem, no dia-a-dia, pensaria que o Ministério de Minas e Energia tem alguma coisa

a ver com direitos humanos? Os direitos humanos não cabem numa caixinha, eles surgem em todas as áreas de atividade do ser humano.

Uma das propostas que virá no projeto de lei é a criação de uma articulação federal que envolva órgãos como o Ministério da Justiça, onde estão a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária, como o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, o INCRA, enfim, órgãos que possam ajudar a atuar na causa do problema. Sei que isso parece utópico, mas é exatamente essa utopia, muitas vezes chamada de esperança, que faz com que nos dediquemos à causa e busquemos esse apoio.

O Estado do Pará está tendo dificuldades, apesar do apoio técnico e financeiro que recebe não só da Secretaria Especial dos Direitos Humanos como também do Ministério da Justiça, mas ele está tendo a coragem de assumir que precisa dessa colaboração. Os órgãos do Governo Federal farão o possível para dar esse apoio, porque basta dessa situação, como bem disse Dom José Luiz. Ninguém aceita mais conviver com isso.

Vamos cada vez mais, como temos feito sistematicamente, nos reunir com as autoridades. Nos dias 19 e 20, a comissão do CDDPH tentará, de maneira integrada e articulada com autoridades do Estado, prevenir, proteger e investigar essas graves violações dos direitos humanos.

Quero dizer mais uma vez que saímos daqui com o compromisso renovado, diante da força, da mística que os bispos nos trouxeram.

Parabéns pela luta! Parabéns pelo exemplo!

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Obrigada ao Sr. Fernando Antonio.

Passo a palavra à Sra. Márcia Vasconcelos, Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da OIT.

A SRA. MÁRCIA VASCONCELOS – Boa noite, Deputada Janete Capiberibe. Em nome do Escritório da OIT no Brasil, agradeço-lhe o convite da Comissão.

Depois de todas as observações feitas, eu gostaria apenas de colocar à disposição dos convidados da Comissão o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Escritório da OIT no Brasil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, à erradicação do trabalho infantil e ao trabalho escravo, que tem no Estado do Pará, na região amazônica como um todo, presença bastante forte.

Eu gostaria de destacar que para a OIT o tráfico de pessoas é considerado grave violação dos direitos humanos e grave violação dos direitos fundamentais do trabalho. Os programas que a OIT desenvolve no Brasil, desde 1992, já têm foco no combate a essa grave violação, tanto ao tráfico para fins de exploração sexual e comercial quanto ao tráfico para fins de trabalho forçado e de trabalho escravo.

É importante lembrar também que o Brasil é signatário das principais convenções internacionais da OIT que dizem respeito a esses temas. Desde a década de 50, o Brasil se comprometeu com a erradicação do trabalho escravo, do trabalho forçado, e desde 1992 se comprometeu com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, ratificando a Convenção nº 182 da OIT. Dessa forma, o Estado brasileiro se compromete, em âmbito internacional, a combater essas práticas. Por meio da cooperação técnica internacional, desses projetos, o escritório da OIT no Brasil tem buscado apoiar o Governo Federal, os Ministérios do Trabalho e da Justiça, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no enfrentamento dessas questões.

Gostaria apenas de destacar uma iniciativa específica que, a nosso ver, pode contribuir de forma decisiva para o enfrentamento dessa questão na região amazônica.

Ano passado, a partir de uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal, nós lançamos este guia, que é o Guia de Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras. Esse guia é fruto de uma iniciativa da própria Polícia Rodoviária Federal, que, por intermédio de parceria com a OIT, foi capaz de sistematizar os dados que já eram coletados desde 2004 pela PRF.

A partir dessa iniciativa, nós percebemos a importância de também realizar esse mapeamento considerando as hidrovias brasileiras. Desde 2005 nós temos uma parceria bastante frutífera com a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Aquaviários e Afins. Já existe uma campanha voltada especificamente para o setor dos trabalhadores aquaviários com relação ao combate ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Isso por quê? Porque nós sabemos que principalmente na Região Norte o transporte aquaviário desempenha papel fundamental, e muitas vezes o trabalhador do transporte aquaviário percebe essa movimentação, a ocorrência desse crime, mas não sabe exatamente a quem denunciar ou mesmo o que fazer diante dessa ocorrência.

No sentido de fortalecer a atuação desse trabalhador como parceiro na luta na preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes, essa campanha foi lançada em 2005. Agora, em 2008, estamos realizando um projeto-piloto, em parceria com a Federação Nacional, a partir do qual vamos realizar o mapeamento dos pontos vulneráveis na Hidrovia Corumbá/Santarém. Esse trabalho já foi iniciado, e nossa idéia... a metodologia garante que ele seja realizado de forma a envolver todos os sindicatos de trabalhadores aquaviários dessa região, de maneira que, ao mesmo tempo em que eles sejam informantes com relação aos pontos vulneráveis nessa hidrovia, também passem por um processo de sensibilização e de envolvimento maior com essa temática, sintam-se mais fortalecidos, conheçam a rede de proteção de crianças e adolescentes e possam atuar como agentes de denúncia e de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nossa idéia é que o resultado desse projeto-piloto seja divulgado no final deste ano, que tenhamos um mapeamento semelhante a este dessa hidrovia específica e que posteriormente possamos ampliar essa iniciativa para toda a Região Norte e para todas as hidrovias brasileiras.

Apenas gostaria de fazer um destaque dessa experiência específica, que pode contribuir de maneira muito importante para a prevenção e para o combate à exploração sexual e ao tráfico de pessoas na Região Norte e colocar o projeto de combate ao

tráfico de pessoas e o escritório da OIT no Brasil à disposição dos senhores, para contribuir para a preservação dos direitos das crianças e adolescentes e das mulheres.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Muito obrigada, Dra. Márcia. Tenho certeza de que há interesse. Vou contatar o escritório, para fazermos um trabalho conjunto, e acredito que os bispos, o Senador José Nery também farão parcerias saudáveis para a população.

Convido a Sra. Ana Celina Bentes Hamoy, Advogada Coordenadora do Departamento Jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/Emaús).

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Há uma representante da Via Campesina que quer fazer uma intervenção, e eu havia negado. Desculpe, mas, com a saída da companheira, a representante da Via Campesina tem a palavra.

O SR. SENADOR JOSÉ NERY – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Pois não.

O SR. SENADOR JOSÉ NERY – Sra. Presidenta, Deputada Janete Capiberibe, peço licença para me retirar, em função de outro compromisso inadiável, mas não poderia fazê-lo sem antes me manifestar aqui, após contato com o Presidente Paulo Paim, Senador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que, impossibilitado por problema de saúde, não pôde vir até aqui, mas me pediu para transmitir a V.Exa., à Comissão da Amazônia, aos Bispos da Amazônia e aos órgãos do Governo Federal aqui representados, Secretária Especial de Direitos Humanos, Polícia Federal, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado assume integralmente as orientações, conclusões e encaminhamentos que esta Comissão da Amazônia realiza, por meio desta audiência pública, da qual a Comissão de Direitos Humanos do Senado é participe, na forma em que combinamos.

Portanto, expresso nossa esperança, nossa convicção e nosso compromisso de que atuaremos acompanhando a apuração e, sobretudo, a luta pela punição dos crimes amplamente denunciados. Trabalharemos – e este é um compromisso – para integrar a ação dos órgãos que atuam na Amazônia, para que os planos em discussão possam efetivamente refletir esse compromisso. O Plano Amazônia Sustentável para toda a Amazônia brasileira, o Plano de Desenvolvimento para o Marajó e outras iniciativas, além de um debate muito apropriado sobre o modelo de desenvolvimento, suas conseqüências danosas para o povo da Amazônia e a busca de novas alternativas são fundamentais para conceber, elaborar e aplicar um novo plano, que realmente trate o desenvolvimento com inclusão social, em que as diversas variantes daquilo que consideramos desenvolvimento sejam efetivamente consideradas e aplicadas nas políticas públicas dos governos, das instituições públicas, do Parlamento, também considerando a participação da sociedade civil amazônica, de uma forma geral, na construção desse processo. Estamos juntos nessa mesma luta.

É a mensagem da Comissão de Direitos Humanos do Senado nesta audiência pública. Estaremos vigilantes para que todos os encaminhamentos possam efetivamente surtir os efeitos desejados.

Agradeço a todos a participação, à companheira da Via Campesina. Estive hoje acompanhando, na Comissão, junto ao Presidente do Senado e da Câmara, para tratar de problemas ambientais especialmente na Amazônia, Código Florestal, que querem alterar para dar mais poder, mais possibilidade aos madeireiros, ao agronegócio na Amazônia.

Peço desculpas por ter que interrompê-la, mas quero dizer a todos da nossa luta e do nosso compromisso, Dom Luiz, Dom Azcona, Dom Flávio, Dom Erwin, que esteve conosco até há bem pouco, para construir hoje, com todas as nossas forças, com todo o nosso compromisso, a Amazônia, o Pará, o Brasil dos sonhos do nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Muito obrigada, Senador José Nery. Estaremos juntos, Câmara e Sena-

do, caminhando contra o que me é perguntado por jornalistas: “Mas serve de alguma coisa essa audiência pública? Já teve entrevista, já teve no Senado uma audiência pública, lá não sei onde, numa dessas localidades? Você acha?” Eu acho que sim, por isso nós estamos aqui. Creio que este momento, Senador José Nery, vai ter desdobramentos muito importantes para o povo do seu Estado, o Pará, do meu, o Amapá, da Amazônia e do Brasil.

Obrigada, Senador. (Palmas.)

Com a palavra a Sra. Maria Costa, que representa a Via Campesina.

A SRA. MARIA COSTA – Deputada Janete Capiberibe, saúdo em seu nome todos os presentes. É uma pena a gente ver – não só por serem bispos, mas pela idade que têm – essas pessoas virem aqui pedir socorro. Ouvei, certa vez, não sei se foi Dom Erwin dizer numa entrevista o seguinte: “Eu não quero morrer, eu quero viver.” E aquilo me chamou muita atenção, porque eu me lembrei de Frei Luís Cappio, quando fez greve de fome contra a transposição do Rio São Francisco, que dizia para nós todos os dias: “Eu não quero morrer, eu quero viver e tenho amor à vida.” Fico imaginando, Deputada, que esses são religiosos, agora as Comissões não chamam outros trabalhadores que são ameaçados e posteriormente mortos em vários lugares do País. Eles estão aqui certamente também representando todos esses ameaçados de morte pelo País afora, porque lutam contra a voracidade de um modelo de desenvolvimento imposto no País. E esse modelo de desenvolvimento vai passar por cima de qualquer pessoa que se colocar no seu caminho, seja religioso, religiosa, ou não. Eu não quero aqui que os companheiros, irmãos, voltem com menos esperança do que chegaram à Casa, porque certamente a maior proteção que vocês podem ter é a de Deus, que vocês já se apegam todas as horas, e do próprio povo que está todos os dias nas missas, celebrações e caminhadas com vocês.

Quero também dizer que não nos iludamos, porque nesta Casa tramitam vários projetos que condenam vocês que estão aqui e vários outros trabalhadores neste País à morte, porque há projetos como a Medida Provisória 422, de 2008, que inclusive é semelhante a um projeto do Deputado Asdrubal Bentes – que estava aqui há

pouco, é pena que não esteja, pois gostaria que ele estivesse aqui para ouvir –, que legaliza o grilo na Amazônia, que legaliza tudo isso que vem sendo feito na Amazônia. Esse tipo de projeto condena à morte, sim, vários trabalhadores, como disse bem o Procurador anteriormente. Então nesta Casa, meus companheiros, meus irmãos, não se iludam. Muitos dos projetos que tramitam nesta Casa vão, sim, condenar à morte sem-terra, quilombola, índio, padre, bispo, irmãs, camponeses, camponesas, como vem sendo feito.

Na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, apareceu uma jovem de pouco mais de 20 anos, Deputada, com a metade do corpo todo ferido à bala de borracha, porque ousou, no 8 de março, com outras mulheres, ocupar a fazenda da Stora Enso, que tem um projeto tramitando nesta Casa e no Senado, que trata da diminuição da faixa de fronteira para que as empresas transnacionais de produção de papel, de celulose, possam implementar seus projetos destrutivos das populações e do meio ambiente.

Quero também dizer que é honrosa a coragem dos senhores – e temos acompanhado – de vir a esta Casa. Mas é também necessário dizer que esta Casa é responsável por parte disso e que, a partir desta data, Deputada Janete Capiberibe, se alguma coisa acontecer com essas 4 pessoas que vieram aqui, toda a responsabilidade será dada aos 3 Poderes deste País. É preciso que isso fique registrado nos Anais desta Casa, porque a irmã Dorothy também veio aqui.

É oportuno lembrar que o Projeto do Complexo do Rio Madeira vai trazer tantos problemas quanto o alumínio, as madeiras e vários outros projetos que temos na Região Amazônica. A Polícia Federal – rapidamente para não estourar o meu tempo – às vezes, quando os sem-terra e os agricultores ocupam um latifúndio, uma megaempresa multinacional, chega antes da gente, sem termos contado para ela. Portanto, o serviço de inteligência deste País é de qualidade. Como disse Dom Erwin há pouco, é possível saber de onde vêm essas ameaças. É preciso que o serviço de inteligência atue não só para criminalizar os movimentos sociais, ou na sua maioria, mas atue nesse tipo de caso no intuito de ajudar a resolvê-los, para que não aconteça mais o que ocorreu com a irmã Dorothy.

Toda a nossa solidariedade aos companheiros que estão aqui. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Obrigada, companheira Maria Costa.

Concedo a palavra, para uma brevíssima comunicação, em respeito à Mesa, ao Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA – É brevíssima, mas é importante. Informo que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai realizar, no dia 2 de junho próximo, o seminário 18 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, Avanços e Perspectivas. Nesse seminário, contaremos também com a parceria do Bispo Dom Luís Azcona, que nos mostrará o trabalho que vem fazendo sobre exploração sexual e denúncias de tráfico internacional de crianças e adolescentes.

Mas pergunto – podem responder nas considerações finais – aos bispos que ainda estão aqui, Dom José Luís e Dom Flávio, se têm uma suspeita, um indicativo, pois são 3 bispos de áreas diferentes, de que haja uma espécie de arдил montado por uma organização, ou se são situações localizadas e não vinculadas uma à outra. Eles podem responder nas considerações finais, Deputada Janete Capiberibe, para não tomar muito tempo da Mesa. E faço o convite aqui para os bispos, se for possível, participarem do seminário. Vamos formalizar o convite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Eu pensei que teríamos tempo para os bispos interagirem com a Plenária, mas a hora já está avançada, e a reunião começou um pouco atrasada. Passamos para as considerações finais e para algum comentário sobre o tema abordado durante a audiência pública, porque ficará registrado aqui e fará parte do relatório da Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Tavares Seixas.

O SR. FELIPE TAVARES SEIXAS – Sra. Presidenta, gostaria de reiterar o que já disse. Não tenho nenhum comentário específico a fazer sobre que foi dito pelos demais convidados. A Polícia Federal está à disposição para essa parceria no combate à criminalidade na Amazônia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Passo a palavra ao Bispo Dom Luís Azcona, do Marajó.

O SR. DOM LUÍS AZCONA – Esta problemática em concreto de abuso sexual de crianças e exploração sexual das mesmas, tráfico humano, não exclusivamente de nós 3, que é uma das causas que coincide e é sintomática para ver o que vou dizer. Em Santarém, em Cametá, em Bragança, além de Ponta de Pedra, Abaetetuba, Marajó e toda uma problemática da Amazônia Oriental, que vai-se agravando e intensificando de modo muito perigoso. Praticamente todos os bispos da Amazônia Oriental que estão detectando este fenômeno brutal, para o qual ainda não temos os dispositivos que possam sair ao passo para erradicar, porque se trata de erradicar.

Um tema que queria tratar realmente é o da investigação. Recolhendo a palavra da Sra. Costa, o que fazemos, não somente conosco, os 3 bispos que estivemos aqui e o padre Amaro, senão com essas 300 pessoas marcadas para morrer no Estado do Pará? O que fazemos de concreto? Estão ameaçadas, estão marcadas para morrer por porta-voz do Governo do Estado. O que é isso? Como enfrentar, e não como enfrentar com medidas mais ou menos? Vamos ter um projeto, trata-se de algo estrutural. A nossa sociedade chegou a um ponto em que não vai poder avançar mais, não está avançando mais. De novo, chega. É preciso pensar muito mais a fundo, ir às raízes mesmo e descobri-las e colocar, senão o que estamos fazendo não é perder o tempo, mas fazer algo completamente insuficiente para a solução destas problemáticas gravíssimas.

Terceiro, nessas atividades de narcotráfico, nessas atividades de desprezo de crianças adolescentes no nível sexual, de tráfico humano, é muito possível que exista, não, é muito possível, existe autoridades nossas. Podem ser Senadores, podem ser Parlamentares da Câmara, podem ser. E é difícil de se olhar, é Fulano, é Fulano, mas o povo já fala claramente e proclama nomes em voz alta. Como enfrentar este poder constituído, que é venenoso e destrói por completo a sociedade? O que fazer com esses poderosos que estão aí? Porque, se não chegarmos a eles, de

fato vão ser insuficientes as medidas que serão tomadas. Somos conscientes disso.

Segundo, e neste ponto, como chegar a eles e como acabar com a influência deles? Esse é um desafio para toda a Nação. Depende da descoberta e da eliminação, não das pessoas, mas de todas as ilegalidades, de todo abuso do poder que estão realizando. São questões graves que devem ser analisadas e de verdade enfrentadas. Do contrário, repito, é insuficiente.

Termino também com uma palavra de esperança, não uma esperança como uma utopia, mas uma esperança grande da qual fala o Papa. Porque no Brasil, a Amazônia está precisando testemunhas que cheguem até o final. Mas não são suficientes as estruturas novas, a atuação da Polícia Federal forte não é suficiente. A realidade chegou a tal extremo que as testemunhas vão correr perigo; e as testemunhas não podem ser somente 3 bispos, 2 padres e alguns leigos; tem que ser cada cidadão e cada cidadã. É um apelo à consciência de cada um, um apelo direto; do contrário, não vamos solucionar este problema.

E a grande esperança, repito o que dizia no início, com palavras de Bento XVI, é quando tua vida ou a possibilidade de perdê-la se defronta com a necessidade de defender a vida, a verdade e a justiça. A vida, a verdade e a justiça valem mais que sua segurança física, do que sua comodidade. E isso somente pode acontecer com essa grande esperança. Esperança, sim, mas bem determinada numa pessoa, Jesus Cristo; do contrário, tampouco há saída essa realidade na qual temos entrado e não sabemos até onde vai-nos levar. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Luís Azcona.

Convidamos Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, no Pará, para suas palavras. Lembro que tudo está sendo gravado; isto é importante. Mesmo que não visualizemos muita gente no plenário, é importante o resultado desta audiência pública.

Com a palavra Dom Flávio Giovenale.

O SR. FLÁVIO GIOVENALE – Quero agradecer o fato de podermos ter vindo aqui, porque o fato de divulgar, conversar, até de trocar idéias, em situações diferentes. Hoje de manhã, era mais

com o Executivo; hoje à tarde, com o Legislativo. Acho que é de fundamental importância, porque isso não nos deixa sozinhos, ver que tem muita gente compartilhando dos mesmos ideais, dos mesmos projetos, dos mesmos sonhos, com nuances diferentes, isso é importante. Ninguém quer fotocópia um do outro. Seria um mundo muito chato, se fosse todo mundo igual.

Quanto a sua pergunta sobre a segurança, fomos procurados pelos órgãos de segurança do Estado do Pará, logo imediatamente depois que souberam do fato, explicaram-nos que tinham um tipo de segurança ostensiva, dura como a colocada que nós não achávamos que era conveniente.

Ontem mesmo voltou lá o Joy para conversar com a gente e com as duas conselheiras, que são as duas mais ameaçadas; até pelo fato de não serem vistas publicamente, não terem tanta notoriedade, elas correm muito mais riscos que a gente. Estamos tendo não uma proteção do tipo dura, como é o caso de Dom Erwin, mas temos tendo um acompanhamento. O Comandante da Polícia Militar de Abaetetuba é gente fina, como se diz, ele já tinha trabalhado lá como tenente; agora é major. Tanto eles como outros do Joy deixaram os seus telefones celulares para um contato mais imediato. Estamos vendo isso.

A esperança mesmo é de continuar nesse fator. Como Dom Erwin disse ninguém sonha em ser mártir ou em ser herói. Sou uma pessoa muito normal. Dom Luís me conhece



Greenpeace / Daniel Beltra

- Mato Grosso, 17/9/2007. A destruição das florestas tropicais é responsável por até 20% das emissões globais de gases que provocam efeito estufa. Proteger antigas florestas como a Amazônica é crucial para preservar a biodiversidade e o clima do planeta.

de outros carnavais, desde quando era padre em Manaus. Brincando, digo que deixo essa honra para quem quiser.

Mas acho que o importante é continuar a trabalhar, no caso nosso muito mais na prevenção. Não é tarefa da igreja a repressão. Podemos, por intermédio da educação, da nossa busca de caminhos corretos de desenvolvimento para todos, até depois de promoção de iniciativas então ajudar nesta em roer as bases da corrupção, da droga, tudo isso que está por trás dessas situações.

Agradeço a participação, o convite, e vamos ver de nos encontrar em outras situações, talvez lá em cima, lá em Abaetetuba tomando um açaí gostoso, com uma tapioca, um abará, um peixinho assado, que vai ser ótimo. Já deu água na boca. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Agradeço ao Dom Flávio Giovenale.

Passo a palavra ao Sr. Dom Luís Soares Vieira, Arcebispo de Manaus e Vice-Presidente da CNBB. Tenho certeza de que a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é muito importante. A sua presença aqui é muito importante. Também nós vamos explorar muito esse momento, o senhor nos permite, não é?

Com a palavra O Dom Luiz Soares Vieira.

O SR. DOM LUIZ SOARES VIEIRA – Obrigado, Janete. Desculpe-me chamá-la de Janete, mas você é uma antiga conhecida.

Eu queria dizer a vocês que fiquei muito feliz com esta audiência pública, porque acredito que ela levará realmente a alguma coisa. Recordo-me de um bispo do Peru, se não me engano, que dizia sempre nas reuniões da nossa região que quando começou essa questão de drogas, achávamos que era coisa de jovens, depois achávamos que era algo muito perigoso para mexer e, quando percebemos, estávamos totalmente dominados pelos traficantes. Digo aos senhores que o mesmo aconteceu no campo político, quando a Alemanha se tornou nazista. O testemunho de alguns bispos alemães foi esse também. A situação estava ruim, apareceu alguém com uma solução melhor, um messias, vieram as eleições, as pessoas começaram a achar que era uma solução até razoável e foram esquecendo o outro lado; quando perceberam, estavam nas mãos do Hitler.

Nós temos de estar muito vigilantes na sociedade. Precisamos vigiar. Não podemos deixar que isso aconteça conosco; não podemos ter Deputados e Senadores eleitos com o dinheiro da droga. Não podemos ter Senadores, Deputados, Prefeitos eleitos com dinheiro de tráfico de crianças e de mulheres. Não podemos deixar que isso aconteça entre nós e que sejam eleitos madeireiros que naturalmente irão grilar terras e lutar por leis que protegem os grileiros. Então, eu acho que a questão é realmente de vigilância. Nós temos de despertar a sociedade para o fato de que, ao nosso redor, há o bem e há o mal. E esse bem e esse mal estão dentro de nós também, mas é preciso estarmos atentos para que não caiamos numa sociedade que tenha medo desse pessoal.

Eu diria a vocês que nós estamos numa sociedade que tem medo, sim. Eu tenho visto, lá em Manaus, que o tráfico elimina as pessoas. Mas não é só o tráfico, não. Nós estamos vendo as ameaças do Pará principalmente e também já numa região do Estado do Amazonas, em Lábrea, onde está acontecendo a mesma coisa com a ocupação da área e devastação do meio ambiente.

Então, fico feliz com a realização dessas audiências e por ver essas pessoas aqui: o Dr. Fernando, Dr. Felício Pontes, o representante da Polícia Federal, a Leila e tantas outras pessoas aqui que não foram nominadas. Ficamos muito felizes em saber que na sociedade há pessoas que estão gritando: “Vamos acordar, não vamos cair na mão desse pessoal, porque, se não, depois, não vamos conseguir sair, a não ser quando chegarmos ao fundo do poço.” Então, eu fiquei muito feliz e estou aqui em nome da CNBB para dizer que estamos engajados realmente nessa luta por uma sociedade diferente, uma sociedade em que as pessoas sejam muito mais importantes que o lado econômico e o financeiro.

Muito obrigado pelo convite, Janete. (Palmas.)

A Sra. Presidenta (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Luís, eu é que agradeço. A Comissão da Amazônia e os Parlamentares que dela fazem parte e estiveram aqui presentes agradecem a presença da CNBB num momento de debate tão grave envolvendo a sociedade como um todo.

Quero dizer aos 3 bispos – aliás, quando se fala em 3 bispos, já se sabe que está em discussão a ameaça de morte nas ilhas no

Estado do Pará – da importância das suas presenças nesta audiência. Eu quero agradecer ao representante da Polícia Federal. Nós tínhamos a expectativa de... Você é novo na Polícia Federal, não é isso? (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Cinco anos e meio. Veja bem, agradeço a todas as organizações que estão compondo esta plenária; àqueles que o D. Luís citou, anônimos e anônimas, nesta Audiência Pública. É muito importante a presença de todos.

A coragem e a clareza dos Bispos da CNBB são extraordinárias, neste momento que estamos vivenciando. E nós sabemos, D. Luís, que abordou o assunto com muita sabedoria, no sentido de que uma ação pontuada da Polícia Federal ou do IBAMA, na questão ambiental, valerá à pena por um tempo. Mas, ao longo dos anos – eu aprendi isso na minha vida – devemos esperar, rezar, pedir a Deus e também ter paciência.

O que está sendo discutido e debatido nesta audiência pública, a partir da abordagens de todos, são as necessidades de educação e de saúde. Enfim, tudo o que está faltando nestas comunidades tão isoladas, de onde vieram os nossos bispos, se dá em função de uma ausência quase total do Estado brasileiro. Qual a sua composição? São os Municípios, mais de 5.600, os 27 Estados Federais e o Governo Federal.

Portanto, esta ausência faz com que estejamos debatendo a ameaça de morte aos bispos. E temos de contra-atacar. Há uma provocação vindo de vocês. Eu já li muito na imprensa sobre o trabalho que vocês, Bispos, realizam nessas comunidades. Ele é a referência das pessoas. A Igreja é a única referência de respeito ou de debates dos direitos humanos. E quando a Igreja tem uma postura, como abordou o D. Erwin, de defesa dos oprimidos, vem a ameaça de morte. Isso não é normal. Isso não tem de ser considerado normal em momento nenhum.

Em conjunto com o Senado Federal, daremos continuidade a esta audiência pública. Pode ser que precisaremos chamá-lo novamente, D. Luís. E nós o chamaremos. Mas não vamos deixar que esta Audiência Pública caia no vazio. Já fiz minha parte. Isso não existe. Não foi para isso que o povo do Amapá me

elegeu para a Câmara dos Deputados. Eu sou Deputada do povo brasileiro. Então, vamos estar sempre firmes e transparentes nas nossas ações.

Vamos preparar um resumo desta audiência pública para enviarmos aos expositores, os outros participantes que quiserem obter cópias; basta procurar a Comissão da Amazônia. Vamos levar esse resumo ao Presidente Lula, para que S.Exa. tenha um pouco mais de conhecimento da ausência do Estado brasileiro, que é maléfica às meninas índias, aos meninos índios, às ribeirinhas, aos ribeirinhos, ao agricultor, à agricultora, ao homem e à mulher da floresta. O que se está vivenciando no Estado do Pará? Não podemos deixar que isso caia na mesmice: “Ah, está acontecendo isso lá, a gente denuncia, sem perspectiva de chegar a um lugar.” Isso não acontecerá. Eu afirmo a vocês que estaremos usando a força do nosso mandato de Deputada, a força de Presidenta da Comissão da Amazônia, para darmos notícias ótimas, principalmente à CNBB, uma entidade respeitada no nosso País. É a única presença nessas comunidades, onde está acontecendo essa violação dos direitos humanos em todos os níveis, por causa da omissão do Estado brasileiro.

Agradeço a todos e a todas que participaram desta audiência pública; ao D. Luís Soares; ao D. Luís Azcona; ao D. Flavio Giovenale; ao D. Erwin Krautler; ao representante do Governo Federal e do Executivo; e à Polícia Federal.

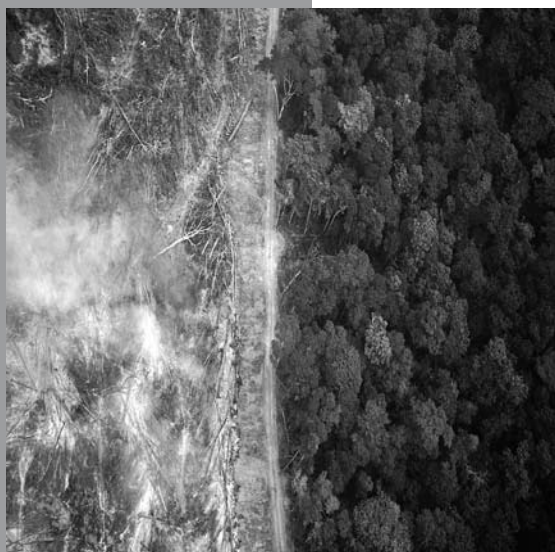
Acreditem! Não ficará só aqui, nesta sala, o que aconteceu hoje. Vai andar, será uma bola que sairemos chutando. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

ANEXO

**Lista dos assassinatos ocorridos
na Amazônia Legal 1985/2007**

**Fonte: CPT – Comissão Pastoral
da Terra**



Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
AC	27/10/1985	Valdivino de Lara	Camponês	Rio Branco	1		Cristiano Ângelo Cândido p/ Edgar Roque Zimmerman
	09/12/1985	Messias Gomes da Silva	Seringueiro	Cruzeiro do Sul	1		
	28/08/1986	Francisco Alves Barroso	Seringueiro	Rio Branco	1		PM Albino Gomes de Almeida
	12/04/1987	Antônio Alves Machado	Peão	Rio Branco	1		Francisco de Oliveira Lira
	12/04/1987	Manoel Rodrigues de Souza	Peão	Rio Branco	1		Francisco de Oliveira Lira
	18/07/1987	Francisco R. Damasceno	Trabalhador Rural	Sena Madureira	1	28/6/1990 Executor Condenu- do (2 anos).	José Gomes da Silva
	18/06/1988	Ivair Higinio de Almeida	Dirigente do Mov. Sindical	Xapuri	1		Cícero Tenório Cavalcanti; Alvarino Alves da Silva
	11/09/1988	José Ribeiro	Trabalhador Rural	Xapuri	1		Pistoleiro de Darii Alves
	12/09/1988	José de Souza Santos	Trabalhador Rural	Xapuri	1		Pistoleiro
	16/09/1988	Antônio José Caçapava	Seringueiro	Brasileia	1		Pistoleiro
	22/12/1988	Chico Mendes	Presidente STR	Xapuri	1	12-15/12/90 Mandante e exe- cutor condenados (19 anos).	Mandante: Darii Alves da Silva

Chico Mendes, o Homem da Floresta nasceu no seringaço Porto Rico, em Xapuri, tornando-se seringueiro ainda criança. Sua vida de líder sindical tem início com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, em 1975. Chico Mendes participava ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos "empates". Organizava também várias ações em defesa da posse da terra. Foi um dos fundadores e dirigentes do Partido dos Trabalhadores no Acre. Durante o ano de 1988, Chico Mendes, cada vez mais ameaçado e perseguido, continuou sua luta percorrendo várias regiões do Brasil para denunciar a ação predatória contra a floresta e as ações violentas dos fazendeiros da região contra os trabalhadores de Xapuri. Conseguiu a realização de um grande sonho: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no Estado do Acre. Conseguiu também a desapropriação do Seringal Cachoeira, de Darii Alves da Silva, em Xapuri. Em seguida, as ameaças de morte não param, e, mesmo assim, Chico Mendes volta a denunciar a sua situação, juntamente com a de vários outros trabalhadores rurais do país inteiro. Pela defesa intrínseca dos seringueiros e do meio ambiente, Chico Mendes é assassinado na porta da sua casa, deixando a mulher e dois filhos.

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
AC	31/01/1990	José Brito	Seringueiro	Xapuri	1		
	31/05/1990	Mauro Félix dos Santos	Posseiro	Rio Branco	1	4/6/1991 Executor Condenado (12 anos).	Executor: Domingos Alves de Araújo
	09/08/1998	Jaime de Jesus Sales	Trabalhador Rural	Sena Madureira	1		
	02/12/1999	Manoel Ferreira Andrade	Sem Terra	Porto Acre	1		
	02/12/1999	Paraguaio	Sem Terra	Porto Acre	1		
	26/08/1999	Mauri freire Araújo	Trabalhador Rural	Porto Acre	1		Policiais Militares

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
AM	.../09/1987	Não identificados	Garimpeiros	São Gabriel da Cachoeira (lavra)	6		
	24/12/1990	Newton Joaquim Santana	Camponezes	Manacapuru	1		Fazendeiro Valentim Ferreira de Carvalho
	28/07/1991	Darcy Araujo	Dirigente Sindical	Maués	1		Fazendeiro Jefferson Bizantino
	25/08/1994	Antônio Ferreira Neves	Dirigente Sindical	Itacoatiara	1		Raimundo José Coelho, Francisco Rolim Coelho, Zequias Rolim Coelho, e 2 homens desconhecidos
	06/03/1996	Celestino de Oliveira Cabral, 55	Posseiro	Manacapuru / Novo Airão	1		Adalberto Silva de Araujo e Jacson Araujo
	03/02/1994	Iracy de Castro Magave	Posseiro	Anapá	1	Idem.	Idem
	03/02/1994	Osmar de Castro Magave	Posseiro	Anapá	1	Idem.	Idem
	03/02/1994	Áurea de Castro de Castro Magave	Posseiro	Anapá	1	Idem.	Idem
	03/02/1994	Alcides de Castro Magave	Posseiro	Anapá	1	Idem.	Idem
	16/11/1998	Maria de Nazaré Souza Mineiro	Sem Terra	Laranjal do Jari			

A caso Magave era um conflito que se estendia desde 1994 e culminou com a bárbara chacina de toda a família (Nair Magave, Alcides Magave, Osmar Magave, Áurea Magave e Iracy Magave). A origem desse terrível embate ocorreu devido a resistência dessa família às pressões e ameaças da empresa Santa Clara e do fazendeiro Aderbal Távora (vizinhos das terras), que queriam forçar a venda da fazenda Campo Alegre com 571 há., pertencentes à família, localizada no município de Anapá às proximidades da BR-156. Depois da morte anunciada e calculada no dia 2 de fevereiro de 1994, a família foi cruelmente assassinada e espartilhada. O crime ficou conhecido internacionalmente.

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	19/07/1985	Domingos Gomes de Melo	Lavrador	Timbiras	1		
	11/08/1985	Gonçalo F. Campos Souza	Dirigente Sindical	Lago da Pedra	1		
	21/08/1985	José Ribamar Sousa	Posseiro	Monção	1		
	05/09/1985	Manoel Ferreira De Sousa	Trabalhador Rural	Coroatá	1		Pistoleiro de José Lamar
	05/09/1985	Domingos Abreu	Trabalhador Rural	Coroatá	1		
	17/09/1985	Antônio Ferreira da Silva	Dirigente Sindical	Santa Luzia	1		
	17/09/1985	Antônio Inácio	Lavrador	Santa Luzia	1		
	18/09/1985	José Luis Moraes	Lavrador	Caiari	1		
	24/09/1985	Antônio Pedro Rocha	Lavrador	Coroatá	1		
	03/10/1985	Francisco Teodoro da Silva	Posseiro	Santa Luzia	1		
	03/10/1985	Antenor Sena De Freitas	Posseiro	Santa Luzia	1		
	.../12/1985	Sebastião Camilo Sena	Posseiro	Turiacu Monção, Bom Jardim	1		
	.../12/1985	Criança (01 ano de idade)		Turiacu Monção, Bom Jardim	1		
	23/12/1985	Manoel Monteiro de Sousa	Posseiro	Lago do Junco	1		
.../.../1986	Não Identificados		Coroatá	3			
05/02/1986	Claudimar Rodrigues de Souza	Comerciante	Imperatriz	1			

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	17/05/1986	Antônio F. de Araújo	Trabalhador Rural	Lago do Junco	1		
	17/05/1986	Antônio Fontenelle	Posseiro	Lago do Junco	1		Faz. Adélino Pereira Lima e 7 pistoleiros
	21/05/1986	José Inácio da Silva Filho	Pastor	Timom	1		
	05/06/1986	Francisco Alves de Souza	Lavrador	Codó	1		
	20/07/1986	Teodoro		Cândido Mendes	1		
	07/08/1986	Agenor Costa Rodrigues	Lavrador	Imperatriz	1		
	24/08/1986	Francisco Cosme	Lavrador	Imperatriz	1		
	28/10/1986	Maurício Maraglio	Religioso católico	São Luis	1		
	04/02/1987	Edson Carvalho De Araújo	Camponês	Lago da Pedra	1		
	01/03/1987	Antônio Alves de Oliveira	Posseiro	Luis Domingues	1		Pistoleiro Xarapiu da Cidepar e Empresa Entre Rios
	12/03/1987	Raimundo de Jesus Silva	Dirigente Sindical	Bom Jardim	1		Fazendeiro Dr. Clésio Fonseca e pistoleiros Santos, Atanásio e Válder

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	06/04/1987	Tomé Serra	Camponês	Cajapió	1		
	29/04/1987	José de Ribamar Marques	Trabalhador Rural	Turiapu	1		Ceres Empresa e pistoleiros Soares, Juarez e José Paulo
	18/06/1987	Agostinho Leite	Posseiro	Timbiras	1		Fazendeiro José Maria Frazão, pistoleiro João Pereira Franco
	09/07/1987	Milton Souza Cruz	Posseiro	São Luiz Gonzaga do Maranhão	1		
	23/07/1987	Gedeão Lustosa Ribeiro	Presidente STR	Igarapé Grande	1		"4 Pistoleiros mascarados"
	03/08/1987	Elias Alves dos Santos	Posseiro	Paulo Ramos	1		Jagunço "Baixinho"
	.../10/1987	Nestor de Souza Vaz	Posseiro	Buriti	1		Pistoleiro José Coutinho

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	.../11/1987	Raimundo R. dos Santos	Camponês	Coroatá	1		Pistoleiro
	18/11/1987	Pedro Mota da Silva	Posseiro	Coroatá	1	24/2/1994 Executor absolvido.	Antônio Mourão. Executor: Nonato Machado, José Ribas
	.../.../1988	Criança (06 meses)	Posseiro	Vitória Do Mearim	1		Faz. José Estelito Dias Magalhães e pistoleiro
	.../.../1988	Não Identificado	Posseiro	Santa Luzia	1		
	06/01/1988	Criança		Santa Luzia	1		
	22/01/1988	Manoel Neto Pereira	Posseiro	Bacabal	1		Pistoleiro de Ananias Lins
	14/02/1988	Basílio da Conceição	Posseiro	Bacabal	1		
	19/02/1988	João Batista Campos	Posseiro	Santa Luzia	1		Azenir Castro Nobre
	30/08/1988	Doroteu Fortes de Sousa	Posseiro	Esperantino-polis	1		Três pistoleiros
	29/06/1989	José Pereira	Posseiro	Vitória do Mearim	1		
	27/07/1989	José Rocha Moraes	Dirigente Sindical	São Luis Gonzaga do Maranhão	1		
	23/08/1989	Raimundo Procópio	Posseiro	Grajaú	1		
	23/08/1989	Eurico Paulo dos Santos	Posseiro	Grajaú	1		
	29/09/1989	Ananias G do Nascimento	Pequeno Proprietário	Rosário, Anajatuba Santa Rita	1		
	07/11/1989	Maria Benedita Pinheiro	Posseira	Grajaú	1		
	03/02/1990	Valter Baiema Silva	Posseiro	Bom Jardim	1		PM
	08/02/1990	Raimundo João Sabino	Posseiro	Santa Luzia	1		Pistoleiro Francisco Milliano
03/04/1990	Raimundo Nonato Souza	Dirigente Sindical	Bacabal	1		Família Mussuri e pistoleiros	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	01/06/1990	Aldionor Cardoso da Silva	Posseiro	Santa Luzia	1		Pistoleiro.
	12/10/1990	Um Posseiro	Posseiro	Santa Luzia	1		Pistoleiro Deusdeth de Araújo
	24/10/1990	Gentil Rodrigues da Silva	Posseiro	Brejo	1		PM
	24/10/1990	Armando Oliveira Viana	Posseiro	Brejo	1	Processo na Justiça Militar. Os PMS foram julgados e absolvidos.	PM
	19/11/1990	Alonso Silvestre Gomes	Dirigente Sindical	São Mateus do Maranhão	1		PM Mário Santos "Marinho" (+) Vereador Isaias Alves de Oliveira
	14/04/1991	Valdimiro Pereira C. Sales	Posseiro	Morros	1		Fazendeiro Armando Soares de Souza, pistoleiro João Miguel e José de Pato, pistoleiro José R. Bento e Manoel Veridiano, capataz Antônio Damasceno
	10/06/1991	José Cláudio	Posseiro	Joselândia	1		
	.../08/1991	Manoel da Conceição	Camponês	Olho D'água das Cunhas	1		
	11/08/1991	Raimundo Mangueira	Pequeno Proprietário.	Chapadinha	1		
	05/11/1991	Francisco de ^a Ferreira	Posseiro	Codó	1		
	23/12/1991	Antônio Tavares Roque	Pequeno Proprietário	Santa Rita	1		
	22/02/1992	José Jorge Andrade (Paraliba)	Posseiro	Imperatriz	1		Dois pistoleiros
	13/04/1992	Pedro Araújo Teixeira	Dirigente Sindical	São Mateus	1		Pistoleiro
	19/05/1992	Severo da Silva	Camponês	Santa Luzia	1		Fazendeiro Antônio Borges

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	31/10/1992	Juvenal Ferreira Lima	Liderança	Santa Luzia	1		Dois pistoleiros
	02/11/1992	Domingos Mendes Martins	Posseiro	Grajaú	1		
	03/12/1992	Francisco Jerônimo Silva	Dirigente Sindical	Imperatriz	1		Pistoleiro
	24/12/1992	Manoel de Jesus	Liderança	Vitória do Mearim	1		Pistoleiro de Carilindo
	14/05/1993	José Miguel Pinto Morais	Presidente STR	Grajaú	1		Floriano Bandeira de Souza e Outros
	29/06/1993	Raimundo Reis	Dirigente Sindical	Turiiaçu/Santa Helena	1		Dois pistoleiros da Agropecuária de Ceres S/A
	02/07/1993	Antônio Alves Cruz (Timbó)	Posseiro	Lima Campos	1		
	02/07/1993	Antônio Camilo Lima	Posseiro	Lima Campos	1		
	28/10/1993	Chico Panasqueiro	Sem Terra	Santa Luzia/Bom Jardim	1		Pistoleiros
	11/01/1994	Manoel Arari	Dirigente Sindical	San ta Luzia	1		Pistoleiros
	26/06/1994	Djalma Soares Penha	Posseiro	Penalva	1		
	18/08/1994	Valdir Delgado	Posseiro	Lago da Pedra	1		Antenor – capataz do fazendeiro Valdir Jorge de Melo
	16/09/1994	Joaquim Neo Gomes	Posseiro		1		Pist. do Faz. José Osvaldo
	22/10/1994	Valdivino Mendes	Posseiro	Viana	1		Família do fazendeiro João Souza
	25/11/1994	Francisco Rodrigues	Comerciante	Coroatá	1		Pistoleiro da família de Jurandir Brito
	25/11/1994	Francisco Carvalho	Posseiro	Coroatá	1		Pistoleiro da família de Jurandir Brito
	08/12/1994	Josiel Alves Lima "Rosi"	Sem Terra	Lago da Pedra	1		Pistoleiro
10/01/1995	Raimundo Nonato de Jesus	Posseiro	Santa Luzia	1		Pistoleiro Carlos Galego e Fazendeiro José Maria	
22/11/1995	Mateus Marques Bastos, 44	Pequeno Proprietário	Lago Verde	1			

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	04/12/1995	Felício Medeiros Filho, 19	Assentado	Carutapera	1		
	11/06/1996	José Domingos Bezerra (Duquinha)	Sem Terra	Santa Luzia	1		
	23/07/1996	Antônio Silva	Sem Terra	Imperatriz	1		José Maria a mando do fazendeiro José Oswaldo
	18/08/1996	Domingos Sousa Brito (Neto)	Sem Terra	João Lisboa	1		Nilton Sousa da Silva
	25/09/1996	Américo Araújo Martins	Assentado	Santa Luzia	1		Matias, filho de Delfino Salviano Lima
	08/10/1997	Francisco da Conceição (Chicão)	Sem Terra	Açailândia	1		Gilson Reis e pistoleiros
	04/01/1998	Maria Conceição Rosa de Jesus Souza, 72	Pequena Proprietária	Itapecuru Mirim	1		Pistoleiros do Faz. José Renato
	20/03/1998	Gonçalo Costa da Silva, 58	Assentado	Alto Alegre	1		
	12/04/1998	Adalberto Reis Silva, 23	Lavrador	Alto Alegre	1		Pistoleiros
	.../07/98	Manoel Sebastião Pereira	Sem Terra	Bom Jardim	1		Pistoleiros
	17/04/1999	Assunção Ferreira da Silva	Sem Terra	Fernando Falcão	1		João Lobo/João Mineiro/Nego Mineiro/Edilson Moreira Maciel/Edmilson Moreira Maciel/Gerônimo Moreira Maciel/Josimo Moreira Maciel/Raimundo Moreira Maciel/Ednaldo Rodrigues Nascimento/Dvino Bier
	04/05/2001	José de Jesus Santana	Posseiro	Chapadinha	1		Pistoleiros a mando do fazendeiro William Nagem e do encarregado Wilson Leite
	06/05/2001	Eliesser Cândido Costa	Liderança	Plo XII	1		Dois Pistoleiros
04/04/2003	Regis	Assentado	Burititupu	1		Ex-proprietários da Fazenda Lago Azul	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MA	09/07/2003	Antônio Gregório da Conceição	Posseiro	Bacabal	1	16/07/03 Pisão de Iolanda e todos os executores. 18/01/04 Prisão do advogado Roberío Brígido. 27/10/04 Executores e mandantes libertos.	Executores: Antônio da Conceição; Raimundo Pereira dos Santos; Alberto Cantanhede dos Santos; Moacir Figueiredo. Mandantes: Iolanda Borges da Silva e o Advogado Roberío de Oliveira Brígido
	09/07/2003	Raimundo de Aquino Filho	Posseiro	Bacabal	1		Idem
	27/09/2003	Antônio Pires dos Reis	Posseiro	Urbano Santos	1		Pistoleiros não identificados
	21/01/2004	José Borges da Silva, 67	Posseiro	Aldeias Altas	1		Fazendeiro Matias e três pistoleiros
	06/02/2004	Evaldo	Assentado	Nina Rodrigues	1		Fazendeiro Francisco Gomes da Silva; executor: pistoleiros João pinto
	21/05/2005	João Araújo Guajajara	Índio	Grajaú	1		Fazendeiro Milton Careca e seus filhos Wilson e Júnior
	15/08/2006	Rosa Pereira Macedo	Pequeno proprietário	Tuntum	1		Orleans; Pistoleiros: Antônio e Marcos
	15/08/2006	José Nascimento da Costa "Zé Vaqueiro"	Pequeno proprietário	Tuntum	1		Idem

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	/03/1985	Vaidir Rocha	Posseiro	Pontes de Lacerda	1		
	24/07/1985	Pe. Ezequiel Ramin	Padre	Aripuanã	1	15/3/1988; 31/10/1989 Intermediário absolvido (25 anos e 24 anos, respectivamente).	Osmar Bruno; José Paulo Brandão; Olavo Sutil de Oliveira. Intermediário: Nagib Alves Almeida; Executores: Deuzello G. Fraga; Altamiro Flauzino
	.../11/1985	Esposa de Parrião	Posseira	Canarana	1		
	10/11/1985	Manuel Pimenta		Jauru	1		
	05/01/1986	José de Melo Filho "Pernambuco"	Lavrador	Sinop	1		
	.../03/1986	Waldomiro	Lavrador	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Manuel Figueiredo	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Eurico	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Não identificado	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Baixinha	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Plauí	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	.../03/1986	Não identificados	Policiais	Alta Floresta	3		
	.../03/1986	Não identificado	Garimpeiro	Alta Floresta	1		
	24/04/1986	Anastácio	Peão	São José do Xingu	1		
	.../07/1986	"Velha" (esposa de Antônio)	Posseiro	Juina	1		Madeira Paulicéia, Madeira. Estil e Grileiro Joaquim Campos
	.../07/1986	Crianças (filhos de Antônio)	Posseiro	Juina	6		Idem
.../07/1986	Antônio Ferreira	Posseiro	Juina	1		Índios Eneune – Mare	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	.../08/1986	Não identificado	Posseiro	Juína	6		PMs e jagunços
	05/08/1986	Manuel Messias de Souza	Posseiro	Cascalheira	1		
	22/12/1986	Gilmar	Posseiro	Jauru	1		PMs e jagunços
	22/12/1986	Edinho "Paciência"	Posseiro	Jauru	1		PMs e jagunços
	22/12/1986	Joaquim Vieira dos Santos	Posseiro	Jauru	1		PMs e jagunços
	22/12/1986	Zeção "Cabeça Cortada"	Posseiro	Jauru	1		PMs e jagunços
	22/12/1986	Manoel "Chapéu de Couro"	Posseiro	Jauru	1		PMs e jagunços
	17/01/1987	Não identificado	Peão	Alta Floresta	1		Pistoleiros
	17/01/1987	Hélio Lobato	Peão	Alta Floresta	1		Pistoleiros
	17/01/1987	Sebastião Paraíso	Peão	Alta Floresta	1		Pistoleiros
	10/03/1987	Ivan Geraldo de Souza	Peão	Luciara (São José do Xingu)	1		Gato – Doninha
	16/05/1987	Vicente Cañas	Religioso	Juína	1	24/10 Após 19 anos, o juiz Jeferson Schneider, extingue o processo contra o pistoleiros Martinez Abadio da Silva, 73. 30/10 O juri decidiu que houve assassinato, mas absolveram e ex-delegado Ronaldo Antônio Osmar. 09/11/2006 O juri decide absolver o pistoleiro José Vicente da Silva.	Madeiros
	03/06/1987	Manuel José Flores	Posseiro	Vila Rica	1		4 PMs e 2 Cíveis, Egidio Consoli

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	...07/1987	Manoel H. Lourenço		Alta Floresta	1		Funcionários de Empresa
	05/05/1988	Amauri Lourenço dos Santos	Posseiro	Cocalinho	1		Odilon de Souza/ Roberto Ferreira/ Edmir Moreira/ PM
	05/05/1988	Wimar José da Silva	Posseiro	Cocalinho	1		Odilon de Souza/ Roberto Ferreira/ Edmir Moreira/ PM
	13/10/1988	Carlos	Posseiro	Luciara (São José do Xingu)	1		Samir Emilio Yamin
	16/10/1988	Yaminer Surui		Aripuanã	1		Pistoleiros de Vicente
	.../.../1989	"Cuiabano"	Peão	Aripuanã	1		
	.../.../1989	"Fuscão"	Peão	Aripuanã	1		
	.../.../1989	Oswaldo	Peão	Aripuanã	1		
	.../.../1989	"Paulista"	Peão	Aripuanã	1		
	.../.../1989	"Mineiro"	Peão	Aripuanã	1		
	10/02/1989	Herculano P. Silva "Piauí"	Posseiro	Porto Alegre do Norte	1		
	10/06/1989	Raimundo Nonato da Silva	Dirigente Sindical	Rondonópolis	1		
	22/06/1989	Assis Vieira de Souza	Posseiro	Pedra Preta	1		Fazendeiro e funcionário da fazenda
	23/06/1989	Atemar Resende	Posseiro	Paranatinga	1		
	05/01/1990	Teodoro Pereira dos Santos	Peão	Porto Alegre do Norte	1		Pistoleiro Reginaldo
23/03/1990	Não Identificado	Garimpeiro	Peixoto Azevedo	1		Segurança do Supermercado Cintia	
24/04/1990	Wanderlin Torres Pinheiro	Advogado	Nova Xavantina	1		Três pistoleiros	
24/08/1990	Oney Ribeiro Pereira	Posseiro	Nobres	1		Fazendeiro Antônio Isidoro da Silva, Ferreira Miranda	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	24/08/1990	Severino Bernardino Golçal	Posseiro	Nobres	1		Faz. Antônio Isidoro da Silva
	03/09/1990	Élio Marins	Posseiro	Terra Nova do Norte	1		Faz. Jaime Vieira, um filho
	15/10/1990	Creuza Cardoso de Oliveira	Posseira	Terra Nova do Norte	1	23-24/10/91 Executores condenados (67 anos e 35 anos, respectiva-mente).	Executores: Administrador da fazenda Cle- mente de Almeida; Sinval do Nascimento
	15/10/1990	Franciene	Posseira	Terra Nova do Norte	1	Idem.	Executores: Administrador da fazenda Cle- mente de Almeida; e Sinval do Nascimento
	15/10/1990	José P. Martins de Souza	Posseiro	Terra Nova do Norte	1	Idem.	Executores: Administrador da fazenda Cle- mente de Almeida; Sinval do Nascimento
	15/10/1990	Raimundo Ferreira de Souza	Posseiro	Terra Nova do Norte	1	Idem.	Executores: Administrador da fazenda Cle- mente de Almeida; Sinval do Nascimento
	05/08/1991	Trabalhador	Peão	Vila Bela da Trindade	1		
	15/08/1992	Colono Não Identificado	Assentado	Vera	1		Pistoleiro da Família Sackmann
	25/02/1993	Dorival Carlos Oliveira	Peão	Pontes e Lacerda	1		Pistoleiro da fazenda Rancho Grande
	25/02/1993	Romildo Conceição Barbosa	Peão	Pontes e Lacerda	1		Idem
	28/06/1993	Sebastião Francisco Oliveira	Posseiro	S. Félix do Araguaia	1		José Inácio da Silva, Zé Lito e Celso
	28/06/1993	Márcio Antônio Nasci- mento	Posseiro	São Félix do Araguaia	1		Idem
	03/09/1993	Gilmar Sauer	Trabalhador Rural	Aripuarã	1		Pistoleiro

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	03/03/1994	Elias dos Santos Dreher	Trabalhador Rural	Aripuanã	1		Pistoleiro
	20/03/1994	Velho Manoel	Posseiro	Ribeirão Cascalheira	1		Pistoleiro
	01/06/1994	Francisco Lima de Jesus	Presidente STR	Poconé	1		Roberto Rondon
	01/06/1994	Edmar Viana Pereira	Dirigente Sindical	Poconé	1		Roberto Rondon
	20/10/1994	José Ferreira de Souza	Pequeno Proprietário.	Diamantino	1		Sem informação
	01/11/1994	Raimundo Nonato (Frederico)	Posseiro	Terra Nova	1		PM
	23/12/1994	Jaime Santana Filho	Posseiro	Santo Antônio do Leveger	1		Sem informação
	11/01/1996	Adailton Teixeira Dourado	Trabalhador Rural	Alto da Boa Vista	1		Vitor Gonçalves da Silva (capataz/administrador)
	11/06/1996	Lourival dos S. Fernandes, 42	Sem Terra	Rosário Oeste	1		Cícero Araújo Cândido
	11/06/1996	Jane de Oliveira, 22	Sem Terra	Rosário Oeste	1		Cícero Araújo Cândido
	11/06/1996	Tiago de Oliveira, 6	Sem Terra	Rosário Oeste	1		Cícero Araújo Cândido
	14/02/1997	Lino Borges de Aquino	Pescador	Santa Terezinha	1		Fiscais do IBAMA
	06/06/1997	Serafim Pereira Gomes	Sem Terra	Porto Alegre do Norte	1		Sem informação
04/03/1998	Teodomiro Ferreira dos Santos, 62	Trabalhador Rural	Terra nova do Norte	1		Pistoleiro	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	25/07/1999	Carlos Gonçalves de Barros	Liderança	Cuiabá	1		Pistoleiro
	13/07/2002	Aurélio Marcos de Assunção	Assentado	Nossa Senhora do Livramento	1		Bonifácio e Ladislau
	13/07/2002	Marciano Marins da Costa	Assentado	Nossa Senhora do Livramento	1		Bonifácio e Ladislau
	01/12/2002	Trabalhador da fazenda Malu	Trabalhador Rural	Ribeirão Cascalheira	1		Fiscal da fazenda Malu
	21/05/2003	Gídenor Moura da Silva	Trabalhador Rural	Nova Mariândia/Diamantino	1		Pistoleiros
	21/05/2003	Reginaldo da Silva Santos	Trabalhador Rural	Nova Mariândia/Diamantino	1		Pistoleiros
	21/05/2003	Trabalhador rural não identificado	Trabalhador Rural	Nova Mariândia/Diamantino	1		Pistoleiros
	03/11/2003	Milton	Assentado	Vila Rica	1		Fazendeiros da região de Vila Rica
	03/11/2003	Urana	Assentado	Vila Rica	1		Fazendeiros da região
	10/11/2003	João Maria Chaves	Trabalhador Rural	Colniza	1		Grileiros da região
	10/11/2003	José Carlos Chaves	Trabalhador Rural	Colniza	1		Grileiros da região
	14/11/2003	Nero Romeu Costa, "Totó"	Liderança	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	1		Fazendeiros da região de Nova Guarita
	30/11/2003	Júlio Romano de Jesus	Assentado	Rosário do Oeste	1		Pistoleiros, fazendeiros
	03/01/2004	Joaquim Rosa da Cruz	Liderança	Rosário do Oeste	1		Indícios do mandante ser o Fazendeiro José Roberto Cerri
	22/09/2004	José Lopes Sobrinho	Presidente STR	Vila Bela da Trindade	1		Sem informação
20/02/2005	José Luis da Silva Filho	Posseiro	Aripuanã	1		Pistoleiro	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
MT	09/03/2005	Jerônimo	Sem terra	Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	1		Pistoleiros da Gleba Gama
	25/07/2005	Itamir Barbosa Lagare	Sem Terra	Sto. An tônio do Leverg	1		"Seguranças" da Fazenda da Serra Verde
	16/11/2005	Vanderlei Macenas Cruz, 30	Sem Terra	Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	1		Pistoleiros da Gleba Gama
	16/11/2005	Mauro Gomes Duarte, 27	Sem Terra	Peixoto de Azevedo/Nova Guarita	1		Idem
	28/08/2006	Cláudio Souza de Oliveira	Posseiro	Colniza	1		Ex-policiaI Edson Kasuki
	28/08/2006	José Roberto Tranquilo	Posseiro	Colniza	1		Idem

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	02/01/1985	Não identificado	Posseiro	Xinguara	1		Fazendeiro Almir Moraes
	03/01/1985	Daniel	Trabalhador Rural	Xinguara	1		Edie Castor e pistoleiros
	03/01/1985	Não identificado	Trabalhador Rural	Xinguara	1		Edie Castor
	04/01/1985	Armando Oliveira da Silva (Quintino Silva Lira)	Posseiro	Vizeu-Ourem	1	11/3/1991 Executor absolvido.	PM da área de CIDAPAR
	04/01/1985	Bodão	Posseiro	Vizeu-Ourem	1	Idem.	PM da área de CIDAPAR
	04/01/1985	"Mão de Sola"	Posseiro	Vizeu-Ourem	1	Idem.	Idem
	17/01/1985	Não identificadas	Trabalhadoras rurais	Xinguara	3		Pistoleiros de Almir Moraes, Sebastião da Teresona
	20/01/1985	Ercilio Francisco Xavier	Posseiro	Xinguara	1		Idem
	20/01/1985	José Francisco de Souza	Posseiro	Xinguara	1		Idem
	20/01/1985	Lázaro Pereira Sobrinho	Dirigente Sindical	Xinguara	1		Idem
	20/01/1985	Não identificados	Peões	Xinguara	3		Idem
	25/01/1985	Jaime	Funcionário da fazenda (vaqueiro)	Xinguara	1		Pistoleiros
	11/02/1985	Waldemir Cordeiro de Souza	Posseiro	Ourém	1		Pistoleiros
	05/03/1985	Zé Raimundo	Lavrador	Ourém	1		Pistoleiros da CIDAPAR
06/03/1985	Elias	Trabalhador Rural	Vizeu	1			
06/03/1985	Aloisio	Trabalhador Rural	Vizeu	1			
06/03/1985	Damásio Fernandes Silva	Lavrador	Xinguara	1		Madeiro Cupu	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	17/03/1985	Polcarpo de Souza ("Louza")	Lavrador	Xinguara	1		Fazendeiros Neif Murad, Valmir, Aldemir
	.../03/1985	Francisco	Peão	Marabá	1		Antônio Araújo da Silva ("Tonhão"); Francisco Chagas da Silveira; Bernardino ("Riograndense")
	.../03/1985	Gaspar	Peão	Marabá	1		Idem
	13/04/1985	Severino Lopes da Silva	Lavrador	Xinguara	1		Pistoleiros a serviço do cel. Edie Castor
	13/04/1985	Adão Vieira	Lavrador	Xinguara	1		Idem
	13/04/1985	Salustriano "Terto"	Lavrador	Xinguara	1		Idem
	14/04/1985	Irmã Adelaide Molinari	Religiosa	Marabá	1	Processo n. 147/90, Comarca de Curionópolis. A partir de maio de 1992, o processo simplesmente parou, em virtude do único acusado, José de Ribamar Rodrigues Lopes, encontrar-se foragido. Em julho de 2003, Ribamar foi preso no Rio de Janeiro através de articulação feita pela CPT. Dois acusados de serem mandantes foram impronunciados. O julgamento de José de Ribamar aconteceu em 28.04.2004. O pistoleiro foi absolvido.	Mandantes: Aloísio Ribeiro Vieira (falecido); João Roberto Chaves. Executor: José de Ribamar Rodrigues Lopes
	01/05/1985	Julimar Barbosa Lima	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiros de Sebastião de Teresina a mando de João Almeida (Nellito)
	06/05/1985	José dos Reis Silva ("Maranhão")	Trabalhador Rural	São Miguel do Guamá	1		Seis Pistoleiros

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	21/05/1985	Paulo Franca de Ramos	Peão	Conceição do Araguaia	1		Pistoleiro "Neguinho"
	22/05/1985	Não identificados	Posseiros	Xinguara	2		Bando Sebastião Teresona
	23/05/1985	Francisco Pereira Morais	Posseiro	Xinguara	1		Idem
	23/05/1985	Manuel Pereira Morais	Posseiro	Xinguara	1		Idem
	23/05/1985	Leonilde R. da Silva	Posseiro	Xinguara	1		Idem
	26/05/1985	Edson	Trabalhador Rural	Jacundá	1		"Gato" Chico e Pistoleiro Ceará
	.../05/1985	Não Identificado	Trabalhador Rural	Conceição do Araguaia	12		
	.../06/1985	Isaias Tomás da Silva	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		
	.../06/19 85	Divino	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		
	06/06/1985	Gilberto	Lavrador	Xinguara	1		
	07/06/1985	Oscar Chaves Costa	Peão	Marabá	1	20/7/1993 Executor condenado (19 anos).	Bando Sebastião Teresona
	07/06/1985	Antônio Pereira da Silva	Peão	Marabá	1	20/7/1993 Executor condenado (19anos).	Bando Sebastião Teresona

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	13/06/1985	José Gonçalves de Souza (Chacina Ubá)	Posseiro	São João do Araguaia	1	Comarca de São João do Araguaia, processo 019/2005. O mandante foi pronunciado os recursos julgados. O Ministério Público entrou com pedido de desaforamento do processo da Comarca de São João do Araguaia para Belém. Recurso não foi julgado. Apenas um dos acusados, possivelmente, ainda reside em Marabá. Pedido de desaforamento no tribunal. 12/12/2006 José Edmundo Ortiz Vergolino, 69, é julgado e condenado a 152 anos de reclusão.	Mandante: José Edmundo Ortiz Vergolino. Executores: Sebastião P. Dias (Terezona), Valdir P. de Araujo e Raimundo Nonato Sousa
	13/06/1985	João Evangelista Vilarins	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	
	13/06/1985	Francisco Pereira Alves	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	13/06/1985	Jowão Evangelista Vilarins	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	13/06/1985	Luis Carlos Pereira Souza	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	13/06/1985	Januário Ferreira Lima	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	13/06/1985	Francisca de Souza, 13 (grávida)	Posseira	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	18/06/1985	José Pereira Silva	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	18/06/1985	Waldemar Alves de Almeida	Posseiro	São João do Araguaia	1	1	Idem
	18/06/1985	Nelson Ribeiro	Funcionário da fazenda	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	.../06/1985	Não identificados	Peão	Xinguara	17		Pistoleiros
	.../06/1985	Roberto	Peão	Xinguara	1		Pistoleiros contratados por Imael Guedes
	.../06/1985	Não identificado	Peão	Xinguara	1		Pistoleiros
	.../06/1985	Não identificado	Peão	Xinguara	1		Pistoleiros
	.../06/1985	Não identificado	Peão	Xinguara	3		Pistoleiros
	04/07/1985	Airton Alves dos Santos	Dir. Sindical	Paragominas	1		Pistoleiros
	15/08/1985	Tião	Lavrador	Santana do Araguaia	1		Polícia Militar
	16/09/1985	Salvador Alves dos Santos	Dirigente Sindical	Paragominas	1		Três pistoleiros
	19/09/1985	Raimundo Maia	Posseiro	Rio Maria	1		Waldomiro G. de Paula
	20/09/1985	Elias de Almeida	Peão	Paragominas	1		Pistoleiro
	20/09/1985	Antônio B. Ferreira Varela	Peão	Paragominas	1	Processo n. 034-86. Fase de instrução. Réus foragidos.	Raimundo Nonato e Euclides Marques
	20/09/1985	Raimundo Ferreira Brandão	Peão	Paragominas	1	Idem.	Raimundo Nonato e Euclides Marques
20/09/1985	Eder F. Santos	Peão	Paragominas	1	Idem.	Raimundo Nonato e Euclides Marques	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	27/09/1985	Manoel Barbosa da Costa	Assentado	Marabá	1	Comarca de Marabá, processo n. 198520000022. Os réus foram pronunciados, bem como decretada a prisão preventiva dos mesmos, mas nunca foram presos. A Polícia não demonstra interesse em localizá-los. O processo foi para a Vara Agrária ficando mais de dois anos parado, e retornou recentemente para a 4ª Vara Penal da Comarca de Marabá. 14/03/2006 Marlon Lopes é preso pela PF em SP.	Marlon Lopes Pistoleiro e Pistoleiros: José Gomes de Sousa, Lourival Santos da Rocha
	27/09/1985	José Barbosa da Costa	Assentado	Marabá	1	Idem.	Idem
	27/09/1985	José Pereira de Oliveira	Assentado	Marabá	1	Idem.	Idem
	27/09/1985	Francisco da Silva	Assentado	Marabá	1	Idem.	Idem
	27/09/1985	Ezequiel Pereira Santos	Assentado	Marabá	1	Idem.	Idem
	29/09/1985	Raimundo Nonato Souza	Trabalhador Rural	Ourém	1		Soldado PM
	14/10/1985	Martins	Trabalhador Rural	Altamira	1		Pistoleiro
	14/10/1985	Eduardo Lisboa	Trabalhador Rural	Bragança	1	Comarca de Bragança. Os réus foram pronunciados em 29.08.96. Encontraram-se foragidos. (CPT, 14/03/2006).	Ademir Barros Borges e Pedro Barros Borges
	20/10/1985	Isaias Tomas da Silva	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Divino
	20/10/1985	Divino	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Isaias

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis	
PA	03/11/1985	Não identificado	Trabalhador Rural	Xinguara	2		Pistoleiros	
	21/11/1985	"Zé Cabeludo"	Lavrador	Ourém	1		Pistoleiro Valdeci	
	22/11/1985	Paulista	Posseiro	Rio Maria	1	Processo n. 325-92. O acusado teve sua preventiva decretada.	Pistoleiro Piauí; Mandante Faz. Venturil Gomes	
	23/11/1985	Não identificado (Menor)		Ouriximiná	1			
	.../11/1985	Elesbron Pereira do Lago	Trabalhador Rural	Xinguara	1		Olimpio Cardoso. Pistoleiro Eurico	
	04/12/1985	Pedro Joaquim Bezerra	Fotógrafo	Rio Maria	1		Olimpio Cardoso. Pistoleiro Eurico	
	04/12/1985	Djaci Pereira Damasceno	Posseiro	Rio Maria	1		Olimpio Cardoso. Pistoleiro Eurico	
	04/12/1985	Antônio Medeiros	Posseiro	Rio Maria	1		Olimpio Cardoso. Pistoleiro Eurico	
	11/12/1985	José Djalma da Costa	Trabalhador Rural	Bragança	1		Fazendeiro Antônio Adélino	
	18/12/1985	João Canuto de Oliveira	Presidente STR	Rio Maria	1	O inquérito policial demorou oito anos para ser concluído. O Ministério Público levou três anos para oferecer a denúncia. Os réus foram a julgamento em 2003 e foram condenados a 19 anos e 10 meses. Após perderem os recursos no TJ foram decretadas suas prisões mas fugiram em julho de 2005.	Fazendeiros Vantuir Gonçalves de Paula e Adilson Carvalho Laranjeira (prefeito) Executores: pistoleiros	
	A luta em defesa da Reforma Agrária e da agricultura familiar, desenvolvida por João Canuto, levou-o a ser executado com 18 tiros, por dois pistoleiros profissionais. Canuto, pai de seis filhos menores de idade, era membro das Comunidades Eclesiais de Base, militante do PC do B e foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. A ascensão de uma liderança sindical e de esquerda no município incomodou os "donos do poder". Seu assassinato foi planejado por um grupo de fazendeiros da região.							

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Mandantes
PA	20/12/1985	Não identificado	Trabalhador Rural	Xinguara	1		
	31/01/1986	Severino Santos	Lavrador	Redenção	1		Artur Felício e Sebastião
	.../01/1986	Baiano	Trabalhador Rural	Floresta do Araguaia	1		Pistoleiro Zezinho; Fazendeiro Dimas
	02/02/1986	Não identificados	Posseiros	Marabá	4		Pistoleiros
	11/02/1986	Manuel A.F.	Peão	Xinguara	1		Pistoleiros
	13/02/1986	Antônio José Pires	Agregado	Conceição do Araguaia	1	Comarca de Conceição do Araguaia. Processo n. 039-86.	Fazendeiro José Vieira
	13/02/1986	Antônio Plínio	Trabalhador Rural	Redenção	1		
	14/02/1986	Israel Baiano "Baianão"	Posseiro	Redenção	1		Pistoleiro Gilson Ramos.
	04/03/1986	Paulino de Souza Mendes		Altamira/ Itaituba	1		Pistoleiros a serviço do fazendeiro Luis Veras.
	19/03/1986	Olimpio de Souza Calixto	Peão	Redenção	1	Processo n. 118-86.	Gato Antônio Bispo de Sousa a mando de Jeremias.
	19/03/1986	Não identificado	Peão	Redenção	2		Gato Antônio Bispo a mando de Jeremias.
	.../03/1986	Não identificado	Posseiro	São Félix do Xingu	1		Pistoleiro do gerente do Projeto Tucumã.
	10/04/1986	Antônio Moreira Diniz	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Mariveti/Messias Antônio ("gatos")
16/04/1986	Valdemar Bandeira de Freitas	Trabalhador Rural	Marabá	1		Chico Gavião Mando de José Veloso	
06/05/1986	Valdivino Alves Santos "Souza"	Trabalhador Rural	Xinguara	1		José Luis Ferreira Silva	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Mandantes
PA	15/05/1986	Raimundo "Paulista"	Peão	Santana do Araguaia	1		
	21/05/1986	Raimundo Ferreira Farias	Trabalhador Rural	São Miguel do Guama	1		
	28/05/1986	Raimundo N. Neres de Souza	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		"Patrocínio e Alfredo"
	28/05/1986	José Batista	Posseiro	São Domingos do Capim	1		
	28/05/1986	Jurandir Rodrigues do Amaral	Posseiro	São Domingos do Capim	1		Ideki Migão
	.../05/1986	Não identificado	Peão	Redenção	1		José Cristiano de Souza Filho; Pist.: Mineiro, Neguinho e Brás
	.../05/1986	Não identificado	Posseiro	Visou	1		
	.../05/1986	Não identificado	Posseiro	Visou	6		Pistoleiros a serviço das fazendas do grupo Cidadapar
	.../06/1986	Não identificado	Posseiro	Acará	1		Juvenal dos Santos
	.../06/1986	Não identificado	Trabalhadores Rural	Itaituba	1		
	.../06/1986	Não identificado	Posseiro	São Geraldo do Araguaia	10		
	10/07/1986	Raimundo Alves Coelho	Trabalhador Rural	Redenção/ Santana	1		
	16/07/1986	Não identificado	Peão	Paragominas	2		

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Mandantes
PA	23/07/1986	José Bernardo Pinto "Zé Doca"	Lavrador	Paragominas	1		
	23/07/1986	Anastácio Pereira dos Santos	Posseiro	Xinguara	1		
	.../07/1986	Baianinho	Peão	Santana do Araguaia	1		
	.../07/1986	Não identificado	Peão	Paragominas	5		Pistoleiros
	.../07/1986	Não identificado	Lavrador	Inhangapi	1		
	04/08/1986	Aristeu Alves	Trabalhador Rural	Paragominas	1		Henrique Memberger
	20/08/1986	Perino Antônio Cacao da Silva	Trabalhador Rural	Oriximiná	1		Henrique Memberger
	23/08/1986	José Bernardino Pinto	Posseiro	Paragominas	1		Joaquim Fonseca
	25/08/1986	José Vieira Filho	Trabalhador Rural	Paragominas	1		
	03/09/1986	Não identificado	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		
	07/09/1986	Doralicio Lima	Trabalhador Rural	Viscu	1		
	08/09/1986	Anastácio Alves Pereira	Trabalhador Rural	Marabá	1	Crime ocorrido no município de Água Azul, Comarca de Xinguara. Processo n. 501/89.	SDPM Manoel Gomes dos Reis
	09/09/1986	Não identificado (menor)		São Domingos do Capim	1		
	09/09/1986	Luis Heitor Fernandes	Trabalhador Rural	Itaituba	1		Pistoleiros
09/09/1986	Não identificado	Trabalhador Rural	Itaituba	1		Pistoleiros	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	12/09/1986	Eliza Santana de Oliveira	Trabalhador Rural	Paragominas	1		Cabo Adolfo e Dono da Fazenda Faiscão
	12/09/1986	Emiliana Santana de Oliveira	Trabalhador Rural	Paragominas	1		Cabo Adolfo e Dono da Fazenda Faiscão
	13/09/1986	Reginaldo de A. da Silva	Trabalhador Rural	Paragominas	1		Quadrilha do Tota
	16/09/1986	Ademir Pessoa da Silva	Peão	Paragominas	1		Fazendeiro Alcísio
	01/10/1986	José P. da Silva Lobato	Posseiro	Altamira	1		
	.../10/1986	Ariston	Trabalhador Rural	Paragominas	1		
	11/10/1986	Antônio Eduardo Carvalho	Posseiro	Uruará	1		Antônio Jeromil Santos
	11/10/1986	Euzébio Abreu de Oliveira	Posseiro	Uruará	1		Antônio Jeromil Santos
	11/10/1986	Não identificados	Garimpeiros	Parauapebas	2		PM
	11/10/1986	João Edson Ferreira Borges		Parauapebas	1		PM Jorge Nazareno Ramos
	23/11/1986	Luis Gonzaga de Melo	Trabalhador Rural	Ourém	1		
	23/11/1986	Luis M. Vieira de Melo	Trabalhador Rural	Ourém	1		
	.../11/1986	Luis Vítório Rigonato	Trabalhador Rural	Santana do Araguaia	1	Em 28.08.95, o processo encontrava-se na fase de instrução. O MP solicitou ao juiz o prosseguimento do processo IN CONTINENTE, devido a demora no cumprimento das procatóias.	Gaspar Francisco R Dantas, Jose Mineiro da Silva, Orlando C Gama, Olivar C Gama, José Rodrigues e Jose M Branco
	16/12/1986	Não identificado	Peão	Santa Maria das Barreiras	1		

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	17/12/1986	Doralice Pereira Cordovil	Trabalhador Rural	Ourém	1		
	17/12/1986	Domingos Pereira Cordovil	Camponês	Ourém	1		
	17/01/1987	Alberto G. de Alcântara	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Ivan; Paralba; Pedro
	27/01/1987	João Fernandes Bezerra	Posseiro	Xinguara	1		Fazendeiro Waldemar Carneiro
	.../02/1987	Não Identificado	Peão	Xinguara	2		Pistoleiros
	26/02/1987	Antônio Bispo dos Santos	Posseiro	Santiana do Araguaia	1	Após o oferecimento da denúncia o processo encontrava-se paralizado até 1994.	Fazendeiro Jairo Andrade e pistoleiro Sebastião Vanderlei Gonçalves
	05/04/1987	Virgílio Serrão Sacramento	Dirigente Sindical	Moju	1	Assassinato ocorrido em no dia 5 de abril 1987 em 30/9/199 o Réu foi condenado a 2 anos. Houve recurso de apelação, solicitando o MP, mais uma vez, a manutenção da condenação do réu. O desembargador Elzeman já elaborou o relatório que passou pelo desembargador revisor.	Motorista Osvaldo Camargo
	29/04/1987	Não Identificado	Peão	Paragominas	2		Fazendeiro Henrique Membergue
	09/05/1987	Maria Goreti de Souza (menor)		Conceição do Araguaia	1		Fazendeiro Jurandir Gonçalves Siqueira/ Gerente Bulhões e PIM
	16/06/1987	Antônio Araújo de Souza	Posseiro	São Félix do Xingu	1		Fazendeiro Anísio de Souza e pistoleiro
	.../05/1987	Pedro da Silva Oliveira	Peão	Baião	1		Peão Maranhão
	27/05/1987	José	Peão	São Félix do Xingu	1		Pistoleiro

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	11/06/1987	Paulo Fontelles de Lima	Advogado	Ananindeua	1	Comarca de Belém. Todos foram pronunciados. Somente James Vita Lopes foi a júri por duas vezes, o primeiro júri foi em 22/01/1993 e Vita Lopes foi condenado a 21 anos o novo júri aconteceu em 15/05/1993 onde ele foi novamente condenado. 23/01/93 Intermediário con denado (21 anos), 15/05/93 Executor condenado (19 anos).	Acusados: Mandante James Sylvio de Vita Lopes, intermediário Osvaldo R. Pereira e pistoleiro Antonio Pereira Sobrinho
	12/06/1987	Não identificado	Trab. Rural	Paragominas	2	Destacou-se na defesa da Reforma Agrária transformando-se em símbolo de luta pela terra no Pará e no Brasil. A reação sanguinária e violenta não suportava assistir a contribuição deste ardoso combatente do povo e nos dias de votação do projeto da Reforma Agrária na Constituinte, de forma covarde, fria, vil e traiçoeira o assassinaram, quando viajava para o interior do Pará, no ofício da profissão, aos 38 anos de idade. "Estávamos no fragor das grandes lutas no sul do Pará, praticamente tínhamos conseguido obstruir todas as "ordens de despejo", contra centenas, senão milhares de famílias. A polícia se retraiu sob a pressão da opinião pública... Como advogado dos posseiros integrou-me inteiramente na luta, atacando os grileiros na justiça, defendendo os posseiros, percorrendo os sertões mais distantes, denunciando vigorosamente as violências perpetradas contra os agricultores", dizia Paulo Fonteles.	PM
	15/06/1987	Não Identificado (menino)	Posseiro	São João do Araguaia	1		Pistoleiro
	15/06/1987	Não identificado	Peões	Santana do Araguaia	2		Quincas Baiano
	.../06/1987	Não identificado	Peão	Ipixuna do Pará	2		PM

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	24/07/1987	Januário Santana Lima	Posseiro	São João do Araguaia	1	Denúncia oferecida em 29.05.91. Em 05.03.96 o processo encontrava-se em fase de alegações finais. Foi decretada a preventiva dos acusados. Foragidos.	Fazendeiro Antônio Paraiba e pistoleiros Adão Aguiar e Cicero Soares da Silva
	06/08/1987	Não Identificado	Garimpeiro	Xinguara	1		PM
	13/08/1987	Manoel Gonçalves de Souza	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Família Mutran/ Cel. Edie Castor e PM
	13/08/1987	Francisco Vicente de Lima	Posseiro	São Domingos do Araguaia	1		Família Mutran/ Cel. Edie Castor e PM
	13/08/1987	Manoel P. do Nascimento	Posseiro	São Domingos do Araguaia	1		Família Mutran/ Cel. Edie Castor e PM
	14/08/1987	João Moreira de Souza	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Faz. Jurandir Gonçalves Siqueira
	15/08/1987	Raimundo Nascimento Moreira	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		Faz. Jurandir Gonçalves Siqueira
	23/08/1987	Eduardo Seabra	Governo Municipal	São Félix do Xingu	1		Três pistoleiros
	.../09/1987	Não Identificados	Posseiro	Xinguara	4		Pistoleiros
	03/09/1987	José Gonçalves	Funcionário da Fazenda	Xinguara	1		PM
	03/09/1987	Genésio F. dos Santos	Posseiro	Xinguara	1		PM
	02/10/1987	Milton Araújo de Souza	Garimpeiro	Marabá	1		PM – Oliveira Neto e Ivan Silva/ com – Denis Sampaio e Cicero Silva/ Del – Ubaldino Andrade e motorista José Pereira da Silva

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	02/10/1987	Izabete Gomes dos Santos	Garimpeira	Marabá	1		Idem
	18/10/1987	Antônio de Souza Vianna	Camponês	São João do Araguaia	1		Hamilton e Adolfo Martins
	28/10/1987	João Passarinho "Vintinha"	camponês	Rondon do Pará	1	Processo n. 011/89. Processo originalmente da Comarca de São Miguel do Guamá, depois transitado na Comarca de Rondon do Pará. Os acusados foram pronunciados. Os recursos foram julgados. Antes de ser marcado o júri o processo desapareceu do cartório da Comarca de Rondon do Pará. Apenas os mandantes foram identificados na época. O processo está sendo restaurado, desde de 2004, na Comarca de Jacundá.	Mandantes: Joaquim Pereira Balaço e Hermínio P. Balaço e 3 pistoleiros
	28/10/1987	Sebastião Ferreira de Souza	Posseiro	Rondon do Pará	1	Idem.	Idem
	28/10/1987	Clésio Silvino Silva (criança)		Rondon do Pará	1	Idem.	Idem
	19/12/1987	Felipe Soares de Souza	Posseiro	Xinguara	1		PM
	29/12/1987	José Santos	Garimpeiro	Marabá	1		PM
	29/12/1987	Laurindo A. da Luz	Garimpeiro	Marabá	1		PM
	29/12/1987	Laudelino E. da Silva	Garimpeiro	Marabá	1		PM
	02/01/1988	Francisco	Garimpeiro	Parauapebas	1		PM à paisana e pistoleiro.
	03/01/1988	Canidé	Lavrador	Moju	1		Pist. Alvin e Augustinho. Fazendeira Claudiomiro Barbosa

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	14/01/1988	João da Silva Ribeiro	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiros
	02/02/1988	Aldemar Batista da Silva	Trab Rural	Altamira	1		Gemiro e filho Carlos
	19/02/1988	Genésio Alves de Oliveira	Dirigente Sindical	Acará	1	Processo n. 009-91(Acará, Bujariú e Concórdia do Pará). O réu foi pronunciado mas encontrava-se foragido. (CPT, 14/03/2006).	Antônio "Doido" e pequeno proprietário Pedro Gaspar de Araujo
	22/02/1988	José Francisco Martins	Posseiro	Redenção	1		Pistoleiros
	23/02/1988	José Martins dos Santos	Posseiro	Redenção	1		Acioli José
	23/02/1988	Manuel Martins Santos	Posseiro	Redenção	1		Acioli José
	.../03/1988	"Zezinho"	Posseiro	Rio Maria	1		Pistoleiro
	15/03/1988	Miguel Lira da Silva	Posseiro	Eldorado do Carajás	1		
	09/04/1988	Antonio Ismar Alvarenga	Imprensa	São João do Araguaia	1		Pistoleiros da Família Mutran
	15/04/1988	Juscélino Rodrigues Santos	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiro de Manoel de Sá Júnior
	19/04/1988	Chiquinho	Posseiro	Mojú	1		Pistoleiros
	30/04/1988	Severino Eugênio Lima	Posseiro	Rio Maria	1		Pistoleiro
	03/05/1988	Não Identificada	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiros
17/06/1988	Raimundo Nonato da Silva	Posseiro	Santana do Araguaia	1			
21/06/1988	Raimundo Gomes de Souza	Posseiro	São Félix do Xingu	1		Vanderlei / Raimundo e gerente "Bil"	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	30/06/1988	Manoel Ribeiro da Silva	Lavrador	Viscu	1		
	13/07/1988	Galdino de Jesus Fagundes	Trabalhador Rural	Acará	1		PM
	31/07/1988	Basilio R. Menezes	Trabalhador Rural	Inhangapi	1	.../09/93 Executor condenado (16 anos) Encontrado foragido.(CPT 14/03/2006).	Pistoleiro Nelson Plauí
	31/07/1988	Francisco R. Menezes. 8		Inhangapi	1	Idem.	Pistoleiro Nelson Plauí
	.../07/1988	Não Identificado	Posseiro	Xinguara	1		
	.../08/1988	Rio Grande	Lavrador	Paragominas	1	Processo n. 80-88. Os acusados foram pronunciados em 14.09.90. Processo arquivado.	Fazendeiro Joaquim Lourenço Matos e pistoleiros Orlando Padilha Martins e Edilson Rodrigues de Sousa
	.../08/1988	Mineiro	Lavrador	Paragominas	1	Idem.	Idem
	.../08/1988	Paulo Vieira	Lavrador	Paragominas	1	Idem.	Idem
	22/08/1988	Manoel Francisco Martins	Posseiro	Redenção	1		
	28/08/1988	Valdir Antônio Soares de Souza	Posseiro	Santana do Araguaia	1		Pistoleiro
	.../10/1988	Não Identificado	Peão	Jacundá	1		
	01/11/1988	Geraldo de Souza	Trabalhador Rural	Paragominas	1		
04/11/1988	Edinaldo Ciriaco Pereira	Posseiro	Marapanim	1		Airton Moreira Silva (Paulistina)	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	06/12/1988	João Carlos Batista	Advogado/ Deputado	Belém	1	Todos foram pronunciados, com exceção de Jeová que faleceu antes da pronuncia. O único que foi a júri deste caso foi o pistoleiro Pérciles Ribeiro Moreira que foi condenado a 28 anos de reclusão em 15 de maio de 2001, após o julgamento foi transferido para a penitenciária de São Luis, - MA por responder por outro homicídio lá. Não há notícias recentes se ele continua ou não preso. Roberto Cirino de Oliveira foi preso e morreu durante uma rebelião na penitenciária. Josiel Rodrigues Martins através de recurso conseguir ser despronunciado.	Acusados: Roberto Cirino de Oliveira (falecido), Josiel Rodrigues Martins, Jeová de Souza Campos (falecido), Oscar Ferreira do Nascimento e Pérciles Ribeiro Moreira
	26/12/1988	Antenor Alves Moreira	Posseiro	Xinguara	1	Acusados denunciados. Preventiva decretada. Foragidos desde 31.10.89.	Agemiro e Sebastião
	.../12/1988	Não Identificado	Posseiro	Tomé Açú	3		
	.../.../1988	José Acácio Pereira	Posseiro	Rio Maria	1		
	.../03/1989	Posseiro	Posseiro	Santa Maria das Barreiras	1		Madeireiros: Carlito Zé Vergueiro/Salvador/ Divino Modesto/João Gato/ Antônio Leandro e filhos/ Mané Gato / Pedro Paraná / Carlito e pistoleiro Negão / Seguranças de Carlitos
	04/04/1989	Moacir de Souza	Trabalhador Rural	Santa Cruz do Arari	1		Fazendeiro Arthur Pranteria Lobato / Paulo Matos e pistoleiro

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	04/04/1989	Baiardo Medeiros	Trabalhador Rural	Santa Cruz do Arari	1		Fazendeiro Arthur Prantera Lobato / Paulo Matos e pistoleiro
	02/05/1989	Manoel Batista Neves, 26	Posseiro	Xinguara	1		Fazendeiro Sobrinho e Elviro Arantes
	07/05/1989	Euripedes Gonzaga	Posseiro	Xinguara	1	Acusado pronunciado em 17.01.96. Dívida trabalhista.	José Resende
	14/05/1989	Não Identificado	Posseiro	Rio Maria	1		Pistoleiro
	24/05/1989	Severino Francisco Oliveira	Posseiro	Rio Maria	1		Fazendeiro Braguinha e pistoleiro
	28/05/1989	Lucimar Souza Pantoja	Lavrador	Rio Maria	1		
	01/08/1989	Miguel Capixaba	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiro
	13/09/1989	Paraná, 21	Peão	Xinguara	1		Pist. Chico Gato / Carlão e outros dois
	17/09/1989	Raimundo Nonato Borges, 26	Posseiro	Conceição do Araguaia	1		
	19/09/1989	Reginaldo Oliveira Chagas	Peão	Curionópolis	1		Clóvis Souza
	16/10/1989	Antônio Lopes da Silva	Posseiro	Xinguara	1		Clodomiro Baixinho
	02/11/1989	Henrique Cristo de Carvalho	ONG	Monte Alegre	1		Pistoleiro Cícero Trindade da Costa / Fazendeiro Azir da Mota e Nilton Rabelo
	21/01/1990	Mattias	Posseiro	Paragominas	1		Fazendeiro Edson Alvorenga e Messias
17/02/1990	Cecílio de Cunha Souza	Posseiro	Parauapebas	1		PM	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	14/03/1990	Antônio	Peão	Redenção	1		Pistoleiro "Neguinho"
	24/03/1990	Otámir Carvalho dos Santos, 31	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiro
	03/04/1990	Braz Antônio de Oliveira, 41	Diretor do STR	Rio Maria	1	Comarca de Rio Maria. Pistoleiros e mandante foram pronunciados em 1996. A defesa perdeu todos seus Recursos no STF e STJ. O processo voltou para a Comarca de Origem, em outubro de 2005, com modificações que implicam na devolução dos Autos para o Tribunal de Justiça.	Geraldo de Oliveira Braga, Executor: Ubiratan Ubirajara
	03/04/1990	Ronan Rafael Ventura	companheiro do diretor do STR	Rio Maria	1	idem.	idem
	16/04/1990	Domingos Pereira de Abreu, 24	Posseiro	Curionópolis	1	Comarca de Curionópolis. Processo nº 291/91. Denúncia apresentada e todas as testemunhas de defesa ouvidas. Réus foragidos.	Acusado: Manoel Maitias de Oliveira, Marivaldo Ribeiro da Silva, José Ubiratan Matos, Edgar Ferreira Braga e João Diniz Filho
	22/04/1990	José Canuto de Oliveira, 27	Dir. Sindical	Rio Maria	1	28/4/1994 Executor condenado (19 anos). Fugiu em 1995 da penitenciária de Belém. Edson Matos teve prisão preventiva decretada, mas fugiu prisão.	Executores: PM José Ubiratan Matos Ubirajara, Edson Matos dos Santos, João Machado dos Santos, João Diniz Filho. Mandante: Geraldo Oliveira Braga. Intermediária: Arpígio Soares
	22/04/1990	Paulo Canuto de Oliveira, 19	Dir. Sindical	Rio Maria	1	Idem.	Idem
	Mesmo após pedirem proteção policial, José e Paulo Canuto, foram covardemente sequestrados e mortos por continuarem a luta do pai, João Canuto, em defesa dos trabalhadores rurais da região.						

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	02/06/1990	Sebastião Francisco Silva, 48	Dirigente Sindical	Marabá	1	Processo 1992.200.224, Acusados foragidos. Severino chegou a ser preso em 06.06.90 mas foi posto em liberdade posteriormente. Processo, tramitando na 5ª Vara Penal da Comarca de Marabá.	Severino dos Santos e Talmir Sanote
	21/07/1990	José Goiano	Posseiro	Curionópolis	1		25 policiais militares e civis
	22/08/1990	Não Identificado	Posseiro	Curionópolis	2		Víuva de Trajano Francisco Borges Neto
	.../08/1990	Juarez	Posseiro	Tucumã	1		Pistoleiro
	18/09/1990	Jacinto	Posseiro	Paragominas	1		Fazendeiro Edson Alvarenga e Messias
	.../10/1990	Cipó de Fogo	Posseiro	Curionópolis	1		Dirigente Sindical – Jovino Monteiro Sampaio
	.../10/1990	Cláudio P. da Silva, 33	Peão	Parauebas	1	Comarca de Parauebas. Processo n. 045/91.	Milton Fernandes Gomes "Tim"
	07/10/1990	Oleriano	Posseiro	Paragominas	1		Fazendeiro Edson Alvarenga e Messias
	16/10/1990	Antônio Cinta Larga	Posseiro	Parauebas / Água Azul do Norte	1		Pistoleiro
	30/10/1990	João Dui	Posseiro	Paragominas	1		Fazendeiro Edson Alvarenga e Messias

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	02/02/1991	Expedito Ribeiro de Souza	Presidente STR	Rio Maria	1	O pistoleiro Barreiro foi julgado e condenado, em 1995, mas, antes do cumprimento da pena, teve sua fuga facilitada da Penitenciária de Marabá em 2000. "Grilo" foi condenado pelo tribunal do Juri, em 1995, e está em liberdade condicional. Jerônimo Amorim, apesar de ter sido condenado a 19 anos e meio de prisão em regime fechado, em 2000, gozou de privilégios na penitenciária de Goiânia. Foi beneficiado de forma escandalosa, por indulto do Tribunal de Justiça de Goiás no fim de dez./04.	Executor: José Serafin Sales "Barreiro"; Intermediário: Francisco de Assis Ferreira "Grilo" Mandante: Jerônimo Alves de Amorim – fazendeiro
	08/03/1991	Sebastião Ribeiro da Silva, 43	Dirigente Sindical	Taiândia	1	Processo na comarca de Moju. Em 1993 o processo encontrava-se em fase de instrução. Os acusados chegaram a ser presos.	Gerente da Fazenda, João Ribeiro e pistoleiro Cícero. José Carlos Arcaño e Manoel da Conceição
	17/04/1991	Denis de Jesus Ribeiro, 20	Pescador	Cachoeira do Arari	1		Capataz Emiliano Santos e PM
	24/04/1991	Raimundo Souza Neto, 40	Posseiro	Xinguara	1		Pistoleiro da fazenda Djadema
	29/04/1991	Manoel Ribeiro dos Santos, 52	Posseiro	Xinguara	1		Fazendeiro Salomi Silva Costa, 30 Pms e pistoleiro Mazolino, Erovaldo e Lotrisvaldo
	.../05/1991	Não Identificado	Posseiro	Paraupabas	1		
	09/05/1991	Berto Pereira da Costa	Posseiro	Santana do Araguaia	1	Denúncia oferecida em 29.10.92. Em fase de instrução.	Weimar Sorino Pereira, João Luiz da Silva Mendes e Ariolino F da Silva

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	13/05/1991	José Félix do Nascimento	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiro da fazenda Alto Bonito
	13/05/1991	Não Identificado	Peão	Marabá	1		Pist. Da Fazenda Alto Bonito
	.../06/1991	Antônio Perdido	Posseiro	Santa Maria das Barreiras	1		Antônio Leandro, Tota
	28/08/1991	Raimundo Barbosa Santos	Posseiro	São Félix do Xingu	1		Fazendeiro Aciole J. Teixeira, filho e pistoleiros
	05/10/1991	Mauro Carneiro dos Santos, 39	Dirigente Sindical	São Domingos do Capim	1	Oferencias as alegações finais em maio de 1995.	Fazendeiro Derval Gomes Leão, Carlos Roberto Silva e Marco Antônio Silva, e 12 pistoleiros
	05/10/1991	Francisco Nunes de Souza	Camponês	São Domingos do Capim	1		Fazendeiro Derval Leão, Roberto e Marco Antônio Leão e 12 Pistoleiros
	15/11/1991	Baiano	Posseiro	Conceição do Araguaia / Rio Maria	1		
	28/11/1991	Raimundo Antônio de Souza	Posseiro	Paragominas	1		Pistoleiros
	28/11/1991	José Nazaré da Silva	Posseiro	Paragominas	1		Pistoleiros
	04/01/1992	Domingos Menezes Cardoso	Posseiro	São João do Araguaia	1	Processo n. 139/92. Comarca de São João do Araguaia A denúncia é de julho de 1992 e ainda está em fase de oitiva de testemunhas de acusação.	Acusados: Paulo Mariano Colais, Zelito Pereira de Jesus, Francisco de Assis Mendes da Silva, Paulo Domingos de Paulo e Orlando Nunes dos Santos

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	04/01/1992	João de Tal (João Doido)	Posseiro	São João do Araguaia	1	idem.	idem
	06/01/1992	José Pereira da Silva	Posseiro	São João do Araguaia	1		
	19/01/1992	Francisco de Tal	Peão	São João do Araguaia	1		
	.../02/1992	Raimundo Crente	Posseiro	São Geraldo do Araguaia	1		Pistoleiro Paissandu e Ferreirinha.
	.../03/1992	Antônio Simão	Posseiro	Novo Repartimento	1		Fazendeiro Jonas Paulino, pistoleiro Manoel e Zé Capixaba
	.../04/1992	Não Identificado	Peão	Repartimento	1		Fazendeiro da Pacajazinho
	03/05/1992	Lourival Cardoso Rodrigues, 57	Posseiro	Barcarena	1		Fazendeiro Sebastião Ramos Dias
	16/05/1992	Luzio de Souza	Posseiro	Xinguara	1		PM Edson e Gerente Milton
	29/08/1992	Luiz	Posseiro	Novo Repartimento	1		Pistoleiro
	.../09/1992	Carlos Alberto Rego de Souza	Peão	Santa Maria das Barreiras	1		
	29/09/1992	Júlio Marinho Lopes	Dirigente Sindical	Mãe do Rio	1	Denúncia oferecida em n. 28.04.93.	Pistoleiro da fazenda José Matos de Mesquita, "Zé Marreta"
	.../11/1992	Ageu Soero Gomes	Dirigente Sindical	Curionópolis	1	Processo 054-92. Acusação do falecido.	Pistoleiro Antônio do Baltazar, Manelão, Jorge, Pela Paca, Antônio Presa de Onça
	11/12/1992	Julietta Pereira Soriano	Garimpeira	Rio Maria	1		Dois pistoleiros e um vaqueiro

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	23/12/1992	Vilmar Barbosa Lima, 21	Posseiro	Conceição do Araguaia	1	Processo n. 003-93.	Pistoleiro e fazendeiro João Bernardes
	.../.../1993	Valdeci Alves de Oliveira	Posseiro	Marabá	1		
	12/04/1993	José Pereira da Silva	Posseiro	Taiandã	1		Pistoleiro
	02/05/1993	Amano Delcídio Ferreira, 47	Presidente STR	Eldorado de Carajás	1	Proc. n. 592/93 09/07/93 Mandado de prisão; 14/09/93 mandado de soltura.	Pistoleiros: Marco Antônio Cipriano e Manoel Timóteo Filho. Mandante: Marco Antônio C. Rangel (falecido)
	.../06/1993	Francisco Coelho da Costa, 46	Trabalhador Rural	Paragominas	1		Parazinho e Natanael
	13/06/1993	Alfim Alves Fagundes	Posseiro	Rondon do Pará	1		Faz. José Hilário
	17/06/1993	Alcebiades Anjos Santos	Posseiro	Taiandã	1	Denunciados e presos. Soltos por HC perante o T.J.	Pistoleiro da fazenda Esmeralda e Edson Oliveira da Silva, José Afrindo da Silva e Gilberto Barata
	17/06/1993	Inácio Batista da Silva	Posseiro	Taiandã	1	Idem.	Idem
	17/06/1993	João Maria da Costa	Posseiro	Taiandã	1	Idem.	Idem
	17/06/1993	Aparício Vites Farrapos	Posseiro	Taiandã	1	Idem.	Idem
	25/06/1993	José Pereira da Silva	Posseiro	Taiandã	1		
	28/07/1993	Odair de Jesus, 31	Posseiro	São Félix do Xingu	1		Pistoleiros
	.../08/1993	Não identificado	Posseiro	São Félix do Xingu	6		Fazendeiro Ivanir e Pistoleiro Romualdo

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	12/09/1993	Chico Preto	Posseiro	Tucumã	1		16 pistoleiros da fazenda São Sebastião
	12/09/1993	Chico Moreno	Posseiro	Tucumã	1		16 pistoleiros da fazenda São Sebastião
	12/09/1993	João Pedro	Posseiro	Tucumã	1		16 pistoleiros da fazenda São Sebastião
	12/09/1993	Baixinho	Posseiro	Tucumã	1		16 pistoleiros da fazenda São Sebastião
	.../.../1993	Valdeci Alves de Oliveira	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiros
	16/02/1994	Geraldo de Oliveira, 30	Pequeno Proprietário	Ouriândia do Norte	1	Acusados denunciados em 27.07.94. Decretada a preventiva dos mesmos devido não comparecimento em juízo.	Sebastião Itamar Rodrigues e Luiz Carlos Pereira
	13/04/1994	Newton Coutinho Mendes	Pequeno Proprietário	Xinguara	1		Pistoleiros
	23/04/1994	Ceará	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiros
	01/05/1994	Domingos Inácio dos Santos	Posseiro	São Geraldo do Araguaia	1		Pistoleiros
	05/06/1994	Moacir Rosa de Andrade	Pequeno Proprietário	Xinguara	1		Pistoleiros
	11/06/1994	Osmar Barbosa	Comerciante	Xinguara	1		Pistoleiros
	14/06/1994	Pedro Conceição dos Santos	Posseiro	Santa Maria das Barreiras	1		Policiais Cíveis e Militares

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	27/06/1994	José Martins dos Santos	Comerciante	Xinguara	1	Comarca de Xinguara. O TJE-PA confirmou a impro-núncia de Jerônimo Alves de Amorim pelo Juiz de Xinguara, cuja decisão foi publicada erroneamente. Os assistentes de acusação interuseram Embargos Declaratórios que foram providos e republicado o acórdão 01 ano depois (final de 2003). Em seguida os assistentes de acusação ingressaram com recurso especial no STJ, o qual voltou para o TJ em outubro de 2005. Não sabemos o resultado ainda.	Pistoleiros e Mandante. Jerônimo Alves de Amorim
	27/06/1994	Gilvan Carneiro dos Santos	Comerciante	Xinguara	1		Pistoleiros
	.../07/1994	José Divino Pereira	Posseiro	Marabá	1		
	02/10/1994	Antônio Teles Saraiva, 47	Presidente STR	Eldorado dos Carajás	1	Comarca de Curionópolis. Processo nº 696/95. José Aparecido foi pronunciado. O processo encontra-se parado.	Acusados: Ismael S. Oliveira, Antônio Baltazar Brito e José Aparecido Santos. Pistoleiros
	02/10/1994	Alcina Gomes Barbosa, 48	Posseira – esposa do presidente STR	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Idem
	01/11/1994	José Sabino de Sá, 64	Trabalhador Rural	Ipixuna	1		Clóvis, João Souza Pereira
	11/02/1995	Antônio Alves Freitas ("Beja")	Posseiro	Tailândia	1		Policial Civil Assis Alves Pereira; PMS Genivaldo e João Carlos; fazendeiro Valdinei Palhares
	11/02/1995	Edilson	Posseiro	Tailândia	1		Policial Civil Assis Alves Pereira; PMS Genivaldo e João Carlos; fazendeiro Valdinei Palhares

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	18/02/1995	Francivaldo Cardoso Oliveira, 27	Posseiro	Taiandã	1		Policial Civil Assis Alves Pereira; PMs Genivaldo e João Carlos; fazendeiro Valdínei Palhares
	13/06/1995	Mineirinho	Peão de fazenda	São Francisco do Pará	1		Fazendeiro Fábio Rangel
	29/06/1995	Francisco Nunes da Silva	Posseiro	São Félix do Xingu	1		
	29/06/1995	Abdias	Posseiro	São Félix do Xingu	1		
	06/08/1995	João Menezes (chacina Faz. Pastoziza)	Posseiro	São João do Araguaia	1	Processo n. 043/91-B. Comarca de São João do Araguaia. Processo parado. Alguns dos acusados tiveram suas prisões preventivas decretadas e estão foragidos.	Executores: Antônio Paulo R. Oliveira "Doutor", Genésio Sousa Terrão, Expedito A. Santos e Reginaldo Gomes Cardoso
	06/08/1995	Waldemir Brito	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	06/08/1995	Bigode	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Sebastião	Posseiro	São João do Araguaia	1	Idem.	Idem

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	28/10/1995	Raimundo Conceição Nascimento	Posseiro	São João do Araguaia	1		Fazendeiro Paulo Mariano Calais; Gerente Zélio Pereira; pistoleiro Manoel Bandeira da Silva
	04/11/1995	Guilherme Francisco de Sales, 43	Sem Terra	Conceição do Araguaia	1		
	11/11/1995	Maria da Cruz, 38	Posseira	Parauapebas	1	Processo n. 045-95. Fase de instrução. (CPT, 14/03/2006).	Pistoleiros Issair (ou Jessair) e Edmilson. José de Arimatéia Ribeiro
	21/12/1995	Alexandre Roberto Castro Cortez, 43	Liderança Sem Terra	Tucumã	1		Pistoleiros
	.../03/1996	Josias da Silva Barros	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiro Jararaca
	.../03/1996	Otalmir da Silva Barros	Posseiro	Marabá	1		Pistoleiro Jararaca
	25/03/1996	José Ribeiro, 65	Posseiro	Goianésia	1		Pistoleiros Tyson e Bianco do Jegue. Mandante faz. Mineiro
	25/03/1996	Maria Lúcia Ribeiro, 68	Posseira	Goianésia	1		Pistoleiros Tyson e Bianco do Jegue. Mandante: fazendeiro Mineiro
	17/04/1996	Altamiro Ricardo da Silva, 42	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Coronel Mário Colares Pantoja(228 anos); Capitão José Maria Pereira de Oliveira(158 anos), condenados: nove sargentos absolvidos. 24/09/2005 STF concede habeas corpus para Coronel Mário Colares Pantoja. 16/10/2005 o ministro do STF Cezar Peluz concede habeas corpus ao capitão José Maria Pereira de Oliveira. Os dois comandante aguardam em liberdade julgamento de recurso.	Policiais Militares

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	17/04/1996	Antônio Costa Dias, 27	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Raimundo Lopes Pereira, 20	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Leonardo Batista Almeida, 46	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Graciano Olimpio Souza (Badé), 46	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	José Rbamar Alves Souza, 22	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Oziel Alves Pereira, 17	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Manoel Gomes Souza (Leiteiro), 49	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Lourival Costa Santana, 26	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Antônio Alves da Cruz, 59	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Adílio Alves Rabelo, 57	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	João Carneiro da Silva	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Antônio (Irmão)	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	José Alves da Silva, 65	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	17/04/1996	Robson Vitor Sobrinho, 25	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Amâncio Santos Silva, 42	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Valdemir Ferreira da Silva (Bem Te Vi)	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	Joaquim Pereira Veras, 32	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	17/04/1996	João Rodrigues Araújo	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1	Idem.	Policiais Militares
	03/07/1996	Antônio Carlos "Baixinho"	Peão	Redenção	1	Processo n 010-97. Acusado foragido.	Empreiteiro Hlário Alves. Antônio Bertoldo da Silva
	.../08/1996	Não identificados	Peão	Paraupabas	3		
	.../08/1996	Raimundo Nonato "Barbudo"	Peão	Paraupabas	1		Pistoleiro Roberto
	21/08/1996	Manoel Soares de Souza	Posseiro	Eldorado dos Carajás	1		Pistoleiros
	21/08/1996	Sebastião Paulo de Miranda	Posseiro	Eldorado dos Carajás	1		Pistoleiros
21/08/1996	Manoel de Jesus Gon- çalves	Posseiro	Eldorado dos Carajás	1		Pistoleiros	
04/09/1996	Antônio do Bira	Posseiro	Rio Maria / Floresta do Araguaia	1		Pistoleiros de Flávio Pinho de Almeida	

1500 camponeses ocuparam a rodovia PA-150, na altura do vilarejo de Eldorado dos Carajás em protesto contra a demora do governo federal em assentar suas famílias nas terras da Fazenda Macaxeira, onde já se encontravam há vários meses. No final da tarde, o comando da polícia militar do Pará enviou tropas de dois quartéis diferentes, com fuzis e metralhadoras, que cercaram os manifestantes dos dois lados da estrada e em seguida abriram fogo, matando 19 camponeses e deixando 57 feridos.

PA

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Mandantes
PA	.../10/1996	"Paulista"	Posseiro	Rio Maria / Floresta do Araguaia	1		Pistoleiros de Flávio Pinho de Almeida
	04/01/1997	Raimundo Guimarães	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1		Pist. do faz. Vinícius Pimentel
	04/01/1997	Alilton César Reis	Sem Terra	Eldorado dos Carajás	1		Pist. de Vinícius Pimentel
	13/01/1997	José Júlio Rodrigues da Silva	Sem Terra	Ouriândia Norte	1		Pist. do Dr. Edvair Vilela Queiroz
	13/01/1997	Antônio Ferreira Filho	Sem Terra	Ouriândia Norte	1		Pist. do Dr. Edvair Vilela Queiroz
	16/01/1997	Célio Alves Pantoja Correa	Posseiro	Taitiândia	1		Maria Ribeiro Correa/ Izaac Rodrigues
	31/01/1997	Francisco Carmo Silva	Posseiro	Paraupebas	1		Pistoleiros
	31/01/1997	José de Jesus Moraes	Posseiro	Paraupebas	1		Pistoleiros
	01/03/1997	Reinaldo Félix "Peção"	Trabalhador Rural	Rondon do Pará	1		Pistoleiro "Neguim"
	31/05/1997	João Ferreira Lima "Bentivi"	Posseiro	Itaituba	1		Policiais Militares
	19/06/1997	Raimundo F. Melo "Pernambuco"	Dirigente Sindical	Marabá	1		Pistoleiros
	02/10/1997	Luis Rodrigues da Silva, "Baiano"	Posseiro	Acará	1		Quatro pistoleiros a mando do ex-Pref. Paulo Afonso de Paiva.
	06/02/1998	"Zé Goiano"	Trabalhador Rural	Marabá	1		Pistoleiros

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis	
PA	04/03/1998	Pedro Viana de Carvalho	Trabalhador Rural	Paraupébas	1	Processo n. 1998.200.484. 5ª Vara Penal de Marabá. Suspeita de desaparecimento de peças do processo. Sem informações do andamento processual.	Acusado: Raimundo Barros Cardoso "Diquinho".	
	26/03/1998	Onalício Araújo Barros "Fusquinha"	Sem Terra	Paraupébas	1	Processo na Comarca de Paraupébas, processo n. 524/1998. O processo está parado na fase de instrução. Há mais de 5 anos que nenhuma audiência é marcada.	Executor: José Marques Ferreira "Donizete". Mandantes: Carlos Antônio da Costa "Carlinhos" e outros.	
	Integrava a liderança do MST. Teve a morte anunciada, pois já havia sido ameaçado direta e indiretamente várias vezes, por ser ativo nos processos de luta pela terra.							
	26/03/1998	Valentim da Silva Serra "Doutor"	Sem Terra	Paraupébas	1	idem.	idem	
	Fazia parte da liderança do MST. Sua morte comprova a existência da lista dos assassinatos "seletivos", assassinato de pessoas de lideranças populares.							
	30/04/1998	Antônio Vicente da Silva, 54	Motorista do MST	Paraupébas	1			
	20/08/1998	Miguel Souza, 42	Sem Terra	Paraupébas	1			
	05/11/1998	Miguel Pereira de Melo, 45	Fotógrafo	Marabá	1			
	14/12/1998	Carlos Alberto Campelo	Posseiro	Tailândia	1		Serrinha	
	27/12/1998	Francisco Fonseca dos Santos	Sem Terra	Paraupébas	1		15 pessoas armadas, lideradas por um homem conhecido por Waldemar	
27/12/1998	José Antônio de Souza	Sem Terra	Paraupébas	1		15 pessoas armadas, lideradas por um homem conhecido por Waldemar		
04/01/1999	Sizefredo Moura de Barros, 31	Liderança Sem Terra	Ourlândia do Norte	1				

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	.../02/1999	Posseiro não identificado	Posseiro	Altamira	1		Pistoleiros
	23/03/1999	Assentado da Fazenda Travessão	Assentado	Rio Maria/Floresta	1		
	23/03/1999	Assentado da Fazenda Travessão	Assentado	Rio Maria/Floresta	1		
	25/03/1999	Rosilda Conceição da Silva, 33	Assentada/ Professora	Eldorado dos Carajás	1		
	05/05/1999	Agripino Soares da Silva, 40	Dirigente Sindical	Marabá	1		
	20/05/1999	Euclides Francisco de Paula, 37	Presidente do STR	Parauapebas	1	Comarca de Parauapebas, processo n. 577/99. O pistoleiro acusado de ser o autor do crime foi julgado em março de 2004 e condenado pelo Tribunal do Júri. Em relação aos mandantes o processo está parado.	Executores: Antônio Silva Santos, "escorpião"
	26/09/1999	Benedito Medina dos Santos, 35	Trabalhador Rural	Goianésia	1		Manoel Fernandes Pessoa, Biei Fernandes da Costa "Adão", João Fernandes da Costa "João da Pulga" e Milton

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	26/09/1999	Sebastião Gomes de Andrade, 31	Trabalhador Rural	Goiânia	1	Manoel Fernandes Pessoa, Blei Fernandes da Costa "Adão", João Fernandes da Costa "João da Pulga" e Milton.	
	21/11/2000	José Dutra da Costa, 43	Diretor do STR de Rondon do Pará	Rondon do Pará	1	Processo n. 046/2000 Wellington foi preso no instante do crime por populares. Os intermediários tem decreto de prisão preventiva. Nenhum dos três estão presos, Wellington saiu da prisão após 12 dias. 08/06/2006 A desembargadora Rosa Portugal Gueiros, concede liminar em um Habeas Corpus, para o fazendeiro Décio Barroso Nunes (mandante do crime) e manda suspender o processo. O processo foi desmembrado em relação ao pistoleiro. Este foi pronunciado e o MP está ingressando com o pedido de desatramento do processo para Belém. Em relação ao mandante está na fase das alegações finais. Os intermediários continuam foragidos.	Wellington de Jesus Silva e outro pistoleiro, contratados por Igor Ismar Mariano. O fazendeiro Décio Barroso Nunes (Delsão) é acusado de ser o mandante do crime. 13/11/2006 Wellington de Jesus Silva é condenado a 30 anos de prisão
	13/02/2000	José Ribamar de Souza, 50	Sem Terra	São João do Araguaia	1		Suspeita de ser mandante: ex-Prefeita Niuza de Souza
	30/05/2000	Neuci Barbosa da Silva, 33	Liderança	Parauapebas	1		Alberto Machado dos Santos
	07/05/2000	João Batista Pereira, 56	Assentado	Curionópolis	1		
	04/07/2001	Manoel Messias Colono de Souza	Trabalhador Rural	Marabá	1		Pistoleiros da Fazenda Três Poderes
	09/07/2001	José Pinheiro de Lima	Sindicalista	Marabá	1	Processo n. 2001.200.380, 5ª Vara Penal de Marabá. O pistoleiro e os dois acusados de serem os mandantes foram interrogados. Decretada a Prisão preventiva de Admir /ramos e Domingos Bibiano. Audiência de interrogatório de Domingos Bibiano realizada em 09 de março de 2006. Processo em fase de oitiva e testemunha de acusação.	Executor: Ademir Ramos Intermediário: Domingos Bibiano. Mandantes: João David de Melo e "Marruquinho"

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	09/07/2001	Cleonice Campos Lima	Trabalhadora Rural(esposa do sindicalista)	Marabá	1	idem.	idem
	09/07/2001	Samuel Lima, 15	Trabalhador Rural(filho do sindicalista)	Marabá	1	idem.	idem
	09/07/2001	Francisco Xavier Ferreira Nunes	Sem Terra	Itupiranga	1		
	25/08/2001	Ademir Alfeu Fredericci	Dirigente Sindical	Altamira	1	Comarca de Altamira. Processo n. 2002701148. O MP ofereceu denúncia por latrocínio. Fase do art. 499 do CPP (pedido de novas diligências).	Acusado: Fernando Jerônimo "Leito"
	01/09/2001	Miguel Freitas da Silva	Presidente do STR	Baião	1		Pistoleiros
	07/06/2001	João dos Santos Batista	Trabalhador Rural(extrativista)	Monte Dourado	1		Policiais Militares
	23/05/2001	Elton Cesa, 26	Trabalhador Rural	Novo Progresso	1		Paulo Rosnka, José Rosnka, Valdir Siqueira de Alencar, o Gaúcho
	20/04/2001	Antônio Firme da Silva, 43	Assentado	São João do Araguaia	1		Genivaldo Cabeludo
	23/02/2002	Deuzimar Pereira dos Santos, 40	Assentado	Xinguara/Rio Maria	1		Pistoleiros da Fazenda Mandassaia
	23/02/2002	Olavo (filho de Deuzimar)	Assentado	Xinguara/Rio Maria	1		Pistoleiros da Fazenda Mandassaia
23/02/2002	Raimundo	Assentado	Xinguara/Rio Maria	1		Pistoleiros da Fazenda Mandassaia	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis	
PA	01/03/2002	Geraldo, 70	Posseiro	Abel Figueiredo	1		Pistoleiros da família Moraes	
	01/06/2002	Edvan Pereira, 22	Trabalhador Rural	Xinguara	1		Sem informação	
	13/06/2002	Amarair Câmara da Silva	Sem terra	São Félix do Xingu	1		Pistoleiros	
	27/06/2002	Ivo Laurindo do Carmo, 34	Liderança Sem Terra	Irituia	1	O Processo na fase de instrução (sem andamento) Comarca de Castanhal.	Acusado: Seunizio de Brito Lemos	
	09/07/2002	Maria de Nazaré Moraes Maués, 53	Posseiro	Abetetuba	1		Antônio Farias Pinheiro	
	21/07/2002	Bartolomeu Moraes da Silva, "Brasília", 47	Dirigente sindical	Altamira/Novo Progresso	1	Crime ocorrido em Castelo dos Sonhos, Comarca de Altamira. Processo n. 2003700176-8. Os três acusados encontra-se presos. Pedido o desmembramento do processo em relação ao fazendeiro. Em fase oitiva das testemunhas de defesa.	Delegado Willian Alexandre da Silva. Acusados: Alexandre Manoel Trevisan "maneca" (mandante), Márcio Antônio Sartor e Juvenal Oliveira da Rocha (executores).	
	<p>"Brasília", foi torturado por pistoleiros no distrito de Castelo dos Sonhos. Era trabalhador rural, com liderança expressiva do movimento social regional. Buscava a construção de um projeto de desenvolvimento balizado pelo uso racional dos recursos naturais, tecnologias capazes de garantir o fortalecimento econômico da região, garantindo qualidade de vida a todos os trabalhadores. Denunciava a grilagem das terras, o saque dos recursos naturais, os desvios de recursos públicos. Estava à frente de lutas de resistência ao grande complexo hidrelétrico de Belo Monte.</p>							
		24/08/2002	Wilson Cardec Bento dos Santos, 35	Sem terra	Marabá	1	Processo n. 2002.200.635-3, 4ª Vara Penal da Comarca de Marabá. Em fase de oitiva das testemunhas de acusação.	Delegado José Euclides de Aquino e policiais. Acusado: Ibaneis Carvalho Parentes

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	10/09/2002	Magno Fernandes do Nascimento, 39	Posseiro	Rondon do Pará	1		Louival de Souza Costa
	07/10/2002	Semir Magalhães	Assentado	Cumaru do Norte	1		Marcelo, Demi, "Gatinho", "Ratinho", Ricardo
	20/10/2002	Oswaldino Viana de Almeida, 64	Ribeirinhos	Afuá	1		Em sigilo para garantir a vida dos ameaçados de morte
	20/10/2002	Mineirinho	Sem terra	Baião	1		Lindomar
	01/11/2002	Euzival Nascimento, 46	Assentado	Bannach	1		Sem informação
	06/11/2002	Vaidivan Ferreira da Silva, 27	Trabalhador Rural	Novo Repartimento	1		Pistoleiros do fazendeiro Vadinho
	06/11/2002	Vaidir Sabino da Silva, 30	Trabalhador Rural	Novo Repartimento	1		Pistoleiros do fazendeiro Vadinho
	17/11/2002	Antônio Clênio Cunha Lemos, 36	Dirigente sindical	Curionópolis/Paraupebas	1		Josivaldo Oliveira Rosa, "Negro Rosa"
	25/12/2002	Raimundo Alves de Souza, 44	Assentado	Novo Repartimento	1		Zé do Ó "Capixaba"
	03/01/2003	Deneval Vieira dos Santos	Outros	Cumaru do Norte	1		Bernardino Alexandre de Andrade; Osvaldir Pereira Dias
	03/01/2003	Raimundo Félix dos Santos, 12	Outros	Cumaru do Norte	1		Bernardino Alexandre de Andrade; Osvaldir Pereira Dias
	22/01/2003	José Mendes, 63	Dirigente sindical	Curionópolis/Paraupebas	1		Sem informação
	25/01/2003	Raimundo Amorim, 38	Garimpeiro	Curionópolis/Paraupebas	1		Sem informação
	27/01/2003	Luiz Carlos Campos "Negão"	Liderança	Novo Repartimento	1		Carlos Roberto Buss "Carlinhos"

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	16/02/2003	Antônio Vasquez Cardoso, 47	Ribeirinhos	Afuá	1		Ronaldo Cardoso Carvalho
	22/02/2003	Antônio Henrique Martins	Liderança	Altamira	1		Madeira Tigre
	07/03/2003	José do Carmo Silva "Dodo", 34	Assentado	Marabá	1	Processo n. 2005.2001197-1, em trâmite na 5ª Vara Penal da Comarca de Marabá. Em fase de oferecimento do ilibelo.	Maria das Graças Pereira da Luz; Raimundo Nonato da Silva
	08/03/2003	Raimundo Braga, 64	Ribeirinhos	Afuá	1		Naldo e foragido da Justiça do Amapá (não identificado)
	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte (filho)	Posseiro	Novo Repartimento/ Anapu	1		Sem informação
	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte (pai)	Trabalha- dor Rural	Novo Repartimento/ Anapu	1		Sem informação
	31/03/2003	Posseiro da Gleba Belo Monte (genro)	Posseiro	Novo Repartimento/ Anapu	1		Sem informação
	06/04/2003	Rosildo Lima	Trabalha- dor Rural	Santana do Araguaia	1		Antônio Rodrigues; José Gonzaga de Albuquerque; Sr. Trajano
	14/04/2003	Oswaldo Pereira dos Santos	Assentado	Marabá/Rondon do Pará/Itupiranga	1		Sem informação
	17/04/2003	Juarez Pereira da Conceição	Sem terra	Piçarra	1		Polícia militar
	03/05/2003	José Orlando de Souza, 37	Liderança	Santarém	1		Acusados: Darlen Ferreira de Sousa, Gleidson dos Santos Siqueira, Jamil Farias Casseb, Manoel Agenor Coelho Filho, Mario James Sena Rodrigues, Maurileno Raimundo Oliveira Tavares e Wellington Castro de Lima.

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	06/05/2003	Raimundo Guilherme da Silva	Sem terra	Baião	1	Sem informação	
	30/05/2003	Solam, 47	Trabalhador Rural	Novo Repartimento	1		Carlos Roberto Buss "Carlinhos"
	02/06/2003	Cícero Ferreira Lima	Sem terra	Altamira	1		Leno e Lino
	29/06/2003	José "Ceará"	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Dr. Lazir
	01/07/2003	Mauro Xavier dos Santos	Sem terra	São Félix do Xingu	1		Dr. Lazir
	27/07/2003	Assentado do Fronteiras Aparecido "Cido"	Assentado	Novo Progresso	1		
	25/08/2003	Francisco Bento da Silva	Posseiro	Novo Repartimento	1		Sem informação
	12/09/2003	Justino Pereira da Silva	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1	Processo na Comarca de São Félix do Xingu. Processo encaminhado para a Vara Agrária de Marabá em abril de 2004. Devolvido à Comarca de Origem. Sem andamento.	Antônio José Manoel da Silva, Sebastião Ferreira Lacerda, Daniel Pinheiro da Silva, Genivaldo da Paixão Moura
	12/09/2003	Pedro Formiga	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem
	12/09/2003	Penteadão Antônio	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem
	12/09/2003	Antônio Vieira da Silva	Comerciante	São Félix do Xingu	1		Idem
	12/09/2003	Antônio da Conceição	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem
12/09/2003	Eiseu	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	12/09/2003	Maurício	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem
	12/09/2003	Baixinho Moreno	Trabalhador Rural	São Félix do Xingu	1		Idem
	24/09/2003	Trabalhador rural da Gleba Capiwara	Trabalhador Rural	Novo Repartimento	1		Sem informação
	27/09/2003	Joaquim de Jesus Figueiredo	Sem terra	Baião	1		Alfredo Raisan e Dois pistoleiros
	20/01/2004	Gil	Trab. Rural	Novo Repartimento	1		Sem informação
	20/01/2004	Eudes	Trab. Rural	Novo Repartimento	1		Sem informação
	29/01/2004	Ezequiel de Moraes Nascimento	Liderança	Sta. Maria das Barreiras	1		Mandantes: grupo de grileiros, os indícios recaem principalmente sobre a Sra. Terezinha Boeck
	01/02/2004	Antônio da "farinha"	Assentado	Sta. Maria das Barreiras	1		Sem informação
	06/02/2004	Ribamar Francisco dos Santos, 47	Presidente de STR	Rondon do Pará	1	Comarca do Rondon do Pará. Inquérito concluído com mais de um ano e ainda não houve oferecimento da denúncia.	Sem informação
	28/02/2004	José Ribamar Ribeiro	Assentado	Pacajá	1		Sem informação
	23/03/2004	Epiácio Gomes da Silva	Liderança	Taiândia	1		Sem informação
	30/03/2004	José Antônio Pereira de Souza	Assentado	Novo Repartimento	1		Sem informação
	03/05/2004	Gaspar	Trab. Rural	Novo Repartimento	1		Sem informação

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	03/05/2004	Manoel da Silva Costa	Trab. Rural	Taiandã	1		Sem informação
	29/05/2004	José Wires	Sem Terra	Anapu	1		Mandante e executor: conhecido por JK
	03/07/2004	Adilson Prestes, 26	Ag. Pastoral	Novo Progresso	1		Sem informação
	19/08/2004	Antônio	Trab. Rural	Novo Repartimento	1		Sem informação
	30/10/2004	Manoel Pereira	Assentado	Cumaru do Norte	1		Sem informação
	30/10/2004	Jerônimo Gonçalves de Souza	Assentado	Cumaru do Norte	1		Sem informação
	08/01/2005	Francinalva da Conceição Silva, 16 (grávida)	Sem Terra	Tucuruí	1		Suspeito de ser o mandante: Mário Japonês
	09/01/2005	Ivandro Rodrigues	Sindicalista	Castanhal	1	Comarca de Castanhal. O assassinato ocorreu em 09/01/2005, no assentamento Cupiuba- Castanhal. O processo em relação ao executor está na fase de alegações finais, em relação aos mandantes, vai haver a audiência de qualificação e interrogatório visto que dois dos mandantes foram presos nos últimos 20 dias e ainda há um que se encontra foragido (Roberto).	Acusados de mandantes: Reinaldo Leitão, Roberto Leitão e Rosemir Leitão. Executor: Hilton César Ogando Videira
	26/01/2005	Carlos Coelho de Freitas, "Carlito", 50	Sem Terra	Marabá/Pauapebas	1		Principal suspeito: Valdemar Camilo de Lima

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	12/02/2005	Ir. Dorothy Mae Stang, 73	Religiosa	Anapu	1	26/04/2006 é julgado e condenado a 18 anos de reclusão o intermediário Amair Feijoli da Cunha, o Tatá. 29/06/2006 A justiça concede habeas corpus para Regivaldo Galvão. 10/12/2006 são julgados e condenados os executores: Rayfran das Neves Sales(27 anos) e Clodoaldo Carlos Batista(17 anos). 15/05/2007 julgado e condenado a 30 de prisão o mandante Vitalmiro Bastos de Moura (Bida).	Mandantes: Vitalmiro Bastos de Moura(Bida) e Regivaldo Pereira Galvão(Taradão). Executores: Pistoleiros Rayfran das Neves Sales(Fogoio) e Clodoaldo Carlos Batista. Intermediário: Amair Feijoli da Cunha (Tato)
	18/02/2005	Jailton da Silva Lago, 31	Trab. Rural	Altamira/São Félix do Xingu	1	A irmã Dorothy Stang foi assassinada, com sete tiros, aos 73 anos de idade. Atuou ativamente nos movimentos sociais no Pará. A sua participação em projetos de desenvolvimento sustentável ultrapassou as fronteiras da pequena Vila de Sucupira, no município de Anapu, no Estado do Pará, a 500 quilômetros de Belém do Pará, ganhando reconhecimento nacional e internacional. Pouco antes de ser assassinada declarou: "Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar".	Sem informação
	19/02/2005	Rony Silva da Conceição	Assentado	Marabá	1		Suspeito de ser o mandante: Antero Martins
	01/03/2005	José dos Reis da Conceição "Batano", 41	Sem Terra	Marabá	1		Suspeito: Altamir Soares da Costa
	15/02/2005	Claúdio Dantas Muniz, 41	Assentado	Anapu	1		Suspeito de ser o responsável: José Vicente
	15/02/2005	Daniel Soares da Costa Filho, 43	Pres. de STR	Parauapebas	1	Comarca de Parauapebas. Processo nº 2005.200.610-9. Todos os acusados interrogados. O processo esta em fase de oitiva de testemunha de acusação.	Executores: Valdir Vieira da Silva, Antonio da Conceição Araújo. Intermediário: Francisco Sideaux. Mandante: Valdemar Rodrigues do Vale

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	13/05/2005	Raimundo Nonato Pereira de Moraes	Liderança	Anapu	1		Suspeito: vice-presidente do P.A. Virola Jatobá (nome N.I.) e Osmar Santiago dos Santos
	20/05/2005	Raimundo Moraes Pinheiro	Liderança	Santarém	1		Pistoleiros a mando de grileiros e madeireiros
	08/06/2005	Antônio Matos Filho	Sindicalista	Parauapebas	1		Pistoleiros
	15/06/2005	José Ribeiro do Nascimento, 41	Sem Terra	Parauapebas/Marabá	1		Sem informação
	15/06/2005	José Pereira da Silva, 32	Sem Terra	Canaã dos Carajás	1		Sem informação
	08/11/2005	Domingos Farias dos Santos	Sindicalista	Itupiranga	1	Processo da Comarca de Itupiranga. Os dois acusados estão presos na Penitenciária Americana II, e já foram interrogados.	Acusados de serem mandantes: Paulo Rosa da Silva, o "Paulo Gordo" e Paulo Rosa da Silva Júnior, o "Paulinho". Aparece como suspeito tb. Aurélio, prop. da Faz. Mineira
	17/11/2005	Pedro Laurindo da Silva	Sindicalista	Marabá	1	17/11/2005 Valdemir Coelho de Oliveira é preso pela polícia. Processo nº 2005.2.001499-1, 5ª Vara penal do Marabá. Acusado interrogado e marcada audiência de inquirição das testemunhas da acusação para março. 28/05/2007 Valdemir é solto após dois anos do ocorrido devido à morosidade da Justiça.	Executor: pistoleiro Valdemir Coelho de Oliveira
	14/06/2006	Trabalhadores da Faz. do Jaime	Trabalhador rural	Altamira	2		Valdir/Jaime
	10/10/2006	Antônio Augusto	Trabalhador rural	Anapu/Pacajá	1		Nico e Domingos

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
PA	20/06/2006	Raimundo Nonato Muniz	Liderança	Baião	1		Famílias Lucas. Pistoleiros: Adelson, Edmilson, Ronilson e outros dois não identificados
	20/06/2006	Izaura Alves Muniz	Sem Terra	Baião	1		Idem
	20/06/2006	Tatiane Alves Muniz	Sem Terra	Baião	1		Idem
	20/06/2006	Tiago Alves Muniz, 20	Sem Terra	Baião	1		Idem
	08/01/2006	Domingos Carneiro	Liderança	Bannach	1		Grileiros: Antônio Edna Pereira da Silva, Enildo Barbosa "Licrim" e Gilberto
	04/09/2006	Almir Pedro de Paula	Sem Terra	Cumaru do Norte	1		Cássio Carvalho do Val. Executo: pistoleiros da Faz. Sta. Tereza
	04/09/2006	Cícero Jacinto de Jesus	Sem Terra	Cumaru do Norte	1		Idem
	17/08/2006	José Lopes do Carmo, 62	Sem Terra	Itupiranga	1		Wilson Luiz Pires. Executores: pistoleiros
	22/01/2006	Genivaldo	Liderança	Marabá/Itupiranga	1		Argentino. Executores: pistoleiros
	31/05/2006	Antônio Barbosa da Silva, 50	Sem Terra	Moju	1		Suposto mandante: Dário Bernardes. Executores: pistoleiros Capixaba, Leo e Josimar Carneiro
	20/09/2006	Raimundo Nonato da Silva, "Cinato"	Liderança	Moju	1		Executor madeireiro Otávio Antônio Silva Pinto
	16/01/2006	Antônio Carlos de Souza Bezerra	Trabalhador rural	Ouriândia	1		Suspeito: José Carlos Valente
	20/07/2006	Morador da Com. São Miguel Arcanjo	Ribeirinho	Portel	1		madeiros José Alberto de Sá "Zezinho Português", Carlos Pereira (Portugal). Executores: pistoleiros
20/07/2006	Sr. Cabral	Sem terra	São Domingos do Araguaia	1		Mauro Onça. Executores: pistoleiros Gilson, Astrogil, Astrogeno, Banana, Macarrão e Sadan	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis	
PA	08/01/2006	Antônio Bezerra da Silva	Trabalhador rural	São Félix do Xingu	1		Aldo	
	07/10/2006	Gerson Cristo, 40	Político	São Félix do Xingu	1		Pistoleiros	
	04/06/2006	Henrique Aparecido Ribeiro, 11	Criança	São Félix do Xingu	1		Mandante: fazendeiro Ronan Garcia dos Reis. Executores: Ronaldo (vaqueiro); Cicero da Silva nascimento (Preto)	
	10/07/2006	Francisco Cleves Guimarães de Araújo, 40	Liderança	Tucuruí	1		Madeiros	
	03/12/2006	Jorge das Mercedes Roque, 33	Liderança	Tucuruí	1		Mandante: grileiro José Ricardo Reseck. Executores: dois pistoleiros	
	05/07/2006	Manoel Coelho dos Santos	Liderança	Tucuruí/Tupiranga	1		Grileiros: Paraná e Isolde	
	17/12/2006	Valdeir Joaquim Santiago, 54	Assentado	Xinguara	1		Sem informação	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
RO	10/05/1985	Francisco de Oliveira	Posseiro	Presidente Médici	1		
	09/08/1986	Colono	Assentado	Costa Marques	2		Responsável Madeireira Cometal mortos por índios
	03/08/1986	Jorge Augusto de Souza	Liderança	Jaru	1		
	.../02/1987	Trabalhador Não Identific.	Peão	Cerejeiras	1		
	02/04/1987	Josias Ribeiro Gomes	Trab.Rural	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	02/04/1987	José Carneiro	Posseiro	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	02/04/1987	Claudinei Elias de Moraes	Posseiro	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	02/04/1987	Vaidemir Pereira	Posseiro	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	02/04/1987	Davi de Jesus Gomes	Posseiro	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	02/04/1987	Dionmar Ferreira Maia	Posseiro	Vilhena – Espigão	1		PM e Grileiro Wilson Gomes da Silva
	03/05/1987	Manoel Pedro Richem	Trabalhador Rural	Rollim de Moura	1		
	03/05/1987	Cenilda L.Ribeiro Richem	Trabalhador Rural	Rollim de Moura	1		
	03/06/1987	Valdir Viana	Posseiro	Pimenta Bueno	1		
	03/06/1987	Antônio de Jesus	Posseiro	Pimenta Bueno	1		
03/06/1987	José Alves da Silva	Posseiro	Pimenta Bueno	1			

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
RO	03/06/1987	Francisco F. da Silva	Posseiro	Pimenta Bueno	1		
	03/06/1987	José Luiz de Oliveira F	Posseiro	Pimenta Bueno	1		
	03/06/1987	Dalvino Viana	Posseiro	Pimenta Bueno	1		
	27/06/1987	João Ribeiro dos Anjos	Posseiro	Jaru	1		2 Jagunços
	27/06/1987	Elizeu Bento Franco	Posseiro	Jaru	1		2 Jagunços
	27/06/1987	Osmar Soares Sindra	Posseiro	Jaru	1		
	.../10/1987		Garimpeiros	Ariquemes	2		
	14/03/1988		Garimpeiros	Costa Marques	2		
	25/08/1988	Manoel Tomás de Oliveira		Porto Velho	1		
	23/06/1989	José De Jesus Santos	Peão de Fazenda	Ariquemes	1		
	23/06/1989	Neusa de Conceição Almeida	Peão	Ariquemes	1		
	22/07/1990	Ivo Antonio Schmitz	Posseiro	Ariquemes	1		Pistoleiro Valmor e Laciir
	20/09/1990	Armando Pereira Freitas	Posseiro	Alvorada D'Oeste	1		
	07/09/1991	Leodoro Ferreira	Camponés	Alvorada D'oeste	1		
18/10/1993	Luiz Augusto de Castro	Sem Terra	Monte Negro	1		Fazendeiro Dilson Caldiato e Pist. Cecilio Basilio e Nelson Alves	
14/01/1994	Luiz Carlos Voltolin " Gauchinho"	Camponés	Porto Velho	1	18/8/1994 Condenação de mandante (16 anos).	Mandante: Francisco de Souza Farias. Executores: Cleiton Avila Peletin, Vilson Ávila Peletin	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
RO	27/05/1994	Não identificado	Peão	Seringueiro	1	Pistoleiro da Fazenda Terboy.	
	09/08/1995	Vanessa dos Santos Silva, 7	Criança Sem Terra	Corumbiara	1	18/8/2000 Condenação dos Pms Daniel da Silva Furtado e Airton Ramos de Moraes (16 e 18 anos).	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, Fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
	09/08/1995	Nelsi Ferreira, 25	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Ênio Rocha Borges	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	José Marcondes da Silva	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Ercilio Oliveira Campos, 41	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Odilon Feliciano	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Ari Pinheiro Santos	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	09/08/1995	Alcino Correia da Silva	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	28/08/1995	Sérgio Rodrigues Gomes, 24	Sem Terra	Corumbiara	1	Idem.	Idem
	02/11/1995	Oliveira Inácio Dutra	Sem Terra	Corumbiara	1		
	29/11/1995	Jesus Ribeiro de Souza	Sem Terra	Corumbiara	1		
	16/12/1995	Manoel Ribeiro (Nelinho)	Vereador	Corumbiara	1		Pistoleiros
	21/11/1996	Eli Anastácio de Araújo	Posseiro	Porto Velho	1		
	04/08/2000	Francisco de Souza Silva,49	Sitiente	Porto Velho	1		Gaúcho
							Capangas do fazendeiro Gaúcho
		13/07/2002	Raimundo Ferreira de Oliveira	Trabalhador Rural	Buritit	1	
	21/11/2002	Ivo Martins dos Santos, 42	Posseiro	Cacaulândia	1		Pistoleiros
	27/11/2002	Ozéias Martins de Souza, 19	Assentado	Nova Mamoré	1		Antônio Correia; Dionísio; Noraldino Magalhães Lopes

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
RO	05/02/2003	Benedito, 60	Posseiro	Porto Velho	1		Grieiros da região (não identificados)
	01/08/2003	Serafim José de Santana	Liderança	Ariquemes	1		Motoqueiros não identificados
	06/10/2003	Devair Cordeiro Verbano, 52	Posseiro	Nova Mamoré	1		Carlos Schumann; Décio da Luz Campos; Carlos Schumann Júnior; Pistoleiros
	06/10/2003	Oswaldo Pereira, 44	Posseiro	Nova Mamoré	1		Carlos Schumann; Décio da Luz Campos; Carlos Schumann Júnior; Pistoleiros
	30/07/2002	Edilson Ferreira, 26	Assentado	Nova Mamoré	1		Carlos Schumann; Policiais Militares; Pistoleiros
	01/08/2003	Antônia Santana de Castro	Liderança	Ariquemes	1		Motoqueiros não identificados
	06/10/2003	Evaldo Hilton Margoto Verbano, 26	Posseiro	Nova Mamoré	1		Carlos Schumann; Décio da Luz Campos; Carlos Schumann Júnior; Pistoleiros
	06/10/2003	João Olegário da Silva, 53	Posseiro	Nova Mamoré	1		Carlos Schumann; Décio da Luz Campos; Carlos Schumann Júnior; Pistoleiros
	20/07/2003	Edgar Trevisan, 54	Liderança	Cujubim	1		Sebastião Martins dos Santos; Antônio Aquino; Luiz Marques Hamil
	15/05/2005	José Freitas de Melo	Posseiro	Parecis	1		Pistoleiros a mando de Jaime Agostinho Brodi
	26/03/2006	José Wanderlei Ravewfki, "Polaco", 31	Sem terra	Campo Novo de Rondônia	1		Mandante: Lourival Carlos de Lima. Executores: pistoleiros: Osmar e Negão
	26/03/2006	Nélio Lima Azevedo,30	Sem terra	Campo Novo de Rondônia	1		Idem

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
RR	15/08/1987	Garimpeiros	Garimpeiro	Mucajai	8		Pistoleiros
	09/01/2003	Aldo da Silva Mota	Índio	Uiramutã	1		Indícios da ação de pistoleiros
	23/02/2004	Valdez Marinho Lima	Índio	Mucajai	1		Garimpeiros

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
TO	09/06/1985	Otávio Ferreira Júnior	Posseiro	Arapoema	1		
	07/03/1986	Não Identificado	Posseiro	Colméia	1		Fazendeiro Luis Spindola Cardoso e pistoleiro
	07/03/1986	Não Identificada (criança)		Colméia	1		Fazendeiro Luis Spindola Cardoso e pistoleiro
	07/03/1986	Não Identificada	Posseira	Colméia	1		Fazendeiro Luis Spindola Cardoso e pistoleiro
	23/03/1986	José Vieira Sobral	Pequeno Arrendatário	Araguatins	1		João Hissani Yano
	.../05/1986	"Naiço"	Posseiro	Araguaina	1		
	10/05/1986	Pe. Josimo Moraes Tavares	Padre	Imperatriz	1	19/04/88 Executor condenado (18 anos) 27/6/1997 Três Mandantes condenados (14, 18 e 19 anos respectiva-mente). 17/9/2003 Osmar Teodoro da Silva é condenado a 19 anos de prisão pelo júri popular, acusado de ser o principal mandante do assassinato. 19/03/2004 Nazaré Teodoro e Osvaldo Teodoro, são ino-centados. A sentença é pronunciada pelo Juiz José dos Santos Costa.	Guiomar Teodoro Filho; Nazaré Teodoro da Silva; Osmar Teodoro, Wilson Nunes Cardoso, Arlindo G. da Silva; Osvaldo Teodoro da Silva; #Adailson Paulo; Geraldo Paulo Vieira. Executor: Geraldo Rodrigues da Costa
	25/08/1986	Manuel Pereira "Cabeçudo"	Posseiro	Araguatins	1		
	26/08/1986	Joana Margarete Araujo		Araguatins	1		
	23/10/1986	Gerônimo Vieira da Silva	Posseiro	Couto de Magalhães	1		Jeruse Pires Merinho/Aldo
01/06/1987	Mercício F. de Souza	Posseiro	Itacajá	1		Pistoleiro Bahiano; Felix Guimarães, Memésio de Oliveira	

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
TO	18/07/1987	Vilmone Campos da Silva	Posseiro	Colméia	1	Fazendeiro Luis Spindola Cardoso Junior.	
	18/08/1987	Olair Dias de Oliveira	Posseiro	Araguacema	1		Fazendeiro Evaldo Pinto da Cruz
	18/08/1987	Juraci Sena Feitosa	Posseiro	Araguacema	1		Fazendeiro Evaldo Pinto da Cruz
	10/10/1987	José de Deus F. do Nascimento	Posseiro	Colméia	1		Mandantes: Fazendeiro Luis Sapindola Cardoso e Ulisses Espinola Cardoso
	12/10/1988	Antônio Nunes Rezende	Trabalhador Rural	Pedro Afonso	1		José Alencar
	14/11/1988	Olimpio Farias	Posseiro	Lizarda	1		Ananias Grileiro
	25/11/1988	Laurindo Silva Amorim	Posseiro	Colméia e Pequizeiro	1		Airon Ferreira Lima
	30/11/1988	Adelino Teixeira Milhomem	Posseiro	Colméia e Pequizeiro	1		Airon Ferreira Lima
	10/12/1989	Pedro Alves da Silva	Posseiro	Araguatins	1		Faz. João H. Yano, Jair R. e Tobias e 2 pistoleiros
	02/02/1990	José Barros de Oliveira	Posseiro	Guaraí	1		Faz. Mezair de Oliveira Aguiar
	03/07/1990	Eudi Pereira da Silva	Posseiro	Itaguatins	1	30/10/2003 os dois acusados são absolvidos. A justiça entende que agriram em legítima defesa.	Executores: Gerente Natali Carneiro de Souza e João Carlos Carneiro Souza
	11/01/1991	Junivaldo de Souza (Menor)		Arapoama	1		Gerente Chicão e 8 pistoleiros
	10/02/1992	Raimundo Ferreira Souza	Posseiro	Araguatins	1		Sebastião – empregado do Deca

Estado	Data	Nome	Profissão	Município	Nº	Resumo do Caso	Responsáveis
TO	16/01/1993	José Alves de Souza	Posseiro	Mauriândia	1		Pistoleiro do fazendeiro Gedeon
	16/03/1993	Mozarniel Patrício Pessoa	Dirigente Sindical	Araguaina	1	8/10/2009 Executor absolvido.	Executor: Antônio Conceição dos Santos.
	23/08/1993	Bispo Rodrigues Neto	Camponês	Natividade	1		Policiais
	19/10/1993	Henrique de Castro	Sem Terra	Piraque	1		Pistoleiro do fazendeiro Humberto Fernandes de Oliveira
	12/11/1993	Oswaldo Pereira Pires, 34	Pequeno Proprietário.	Palmas	1		Pistoleiro do fazendeiro Vilmar Alves Nascimento
	25/12/1993	Jacob Martins do Carmo	Camponês	Palmas	1		
	25/12/1993	Armando Martins do Carmo	Camponês	Palmas	1		
	26/04/1995	Raimundo Cândido Mendes	Posseiro	Colméia	1	12/6/1996; 15/3/1997 Executor absolvido.	Mandante: José F. de Freitas; José F. de Freitas Filho. Executor: Natal Ferreira de Souza
	10/11/1995	Paulo Gonçalves Oliveira	Posseiro	Natividade	1		Capataz João Jesus de Carvalho "João Cuscuz"
	22/07/1998	Raimundo Lima de Souza	Sem Terra	Couto Magalhães	1		Policiais Militares
	27/08/1998	Geraldo Ferreira da Silva	Assentado	Pequizeiro	1		José Luciano Vieira
	21/05/2000	Oswaldo Bonifácio dos Santos, 55	Assentado	Araguacema	1		Francisco Balista Nunes; Luiz Elisandro
26/08/2003	Antônio Fernandes de Araújo	Assentado	Natividade	1		Hildemar Araujo dos Reis; José Francisco da Costa Leite	
26/08/2003	Vitória Filha do Nascimento	Assentado	Natividade	1		Hildemar Araujo dos Reis; José Francisco da Costa Leite	

ISBN 978-85-736-5572-8



9 788573 655728